

SONIA REGINA VARGAS MANSANO

SOCIEDADE DE CONTROLE
E LINHAS DE SUBJETIVAÇÃO

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

PUC – SP
2007

SONIA REGINA VARGAS MANSANO

SOCIEDADE DE CONTROLE
E LINHAS DE SUBJETIVAÇÃO

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica, sob orientação do Prof. Dr. Alfredo Naffah Neto.

PUC - SP
2007

BANCA EXAMINADORA

*Dedico este estudo ao
Paulo Roberto de Carvalho,
um companheiro que acompanha.*

Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. (...) É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo.

Gilles Deleuze

Não podemos nos colocar *fora* da situação, em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder. Mas nós podemos sempre transformar a situação.

Michel Foucault

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Alfredo Naffah Neto, professor e amigo sempre atento aos movimentos de singularização que foram vividos no decorrer dessa trajetória acadêmica.

Ao Luiz Orlandi, mais do que um mestre, uma fonte de vida e de intensidade que, por fazer da própria existência uma bela experimentação de conceitos, torna o processo de aprendizagem um convite ao risco e à invenção.

Ao Peter Pál Pelbart, cujas reflexões sempre tiveram a potência de repercutir para além das aulas ou da produção dos textos.

À Suely Rolnik, uma explosão de intensidade e paixão pela vida, capaz de contagiar e provocar o desejo por experimentar novos afetos e novos encontros.

À Bader Sawaia e Salma Tannus Muchail, gentis professoras com quem tive a oportunidade de tomar contato com outras perspectivas teóricas na aprendizagem desse exercício que é o pensamento.

Aos colegas do núcleo “Método Psicanalítico e Formações da Cultura” por cada momento vivido, desde os mais difíceis até aqueles em que, sem perceber, descobríamos juntos as alegrias da produção acadêmica.

Aos colegas do núcleo “Subjetividade”, pela acolhida e pelas preciosas interlocuções que tanto me fizeram crescer.

À Ester, pela confiança e pela generosidade da entrevista.

À minha mãe pelo apoio e por sua maneira tão própria de se fazer presente.

Ao Paulo, companheiro sempre carinhoso e ao mesmo tempo aliado em tudo aquilo que aumentava a potência da pesquisadora e do texto.

Ao Silvio, que sempre me surpreende com sua arte de receber e encantar pessoas.

Aos amigos queridos com os quais era possível criar momentos de fuga para passeios e risadas. Em especial J. Vero, pela cumplicidade.

À Universidade Estadual de Londrina, especialmente aos colegas do Departamento de Psicologia Social e Institucional que acreditaram e confiaram na possibilidade desta pesquisa, apoiando a sua produção.

À Capes, pela ajuda financeira que foi fundamental para a elaboração desta tese.

RESUMO

A crise da sociedade disciplinar e a passagem dessa para uma sociedade de controle foram anunciadas nas obras de Michel Foucault e Gilles Deleuze. Cada um desses filósofos, a seu modo, deixou para seus leitores o desafio de estudar e ampliar as investigações sobre as novas formas de vida que estão em vias de ser construídas a partir dessas mudanças que se operam no cenário histórico e social que estamos vivendo. Atento a isso, o presente trabalho ocupou-se, primeiramente, de fazer um resgate histórico e também uma cartografia parcial das novas forças que se anunciam por ocasião dessa passagem. Em seguida, foram investigadas situações cotidianas nas quais novos dispositivos, voltados para o controle, vêm sendo elaborados e permanentemente transformados, conseguindo penetrar nas esferas mais íntimas da vida da população. Como estratégia investigativa, optou-se por descrever situações que foram retiradas de documentos que são de domínio público e englobam jornais, encartes, campanhas publicitárias, sites, enunciados e áreas arquitetonicamente planejadas. Percebendo-se que as formas de controle são cada vez mais múltiplas e diversificadas, as situações investigadas foram agrupadas em três feixes de linhas assim denominados: “Vigilância Disseminada”, “Controle-estimulação” e “Controle de riscos”. Em cada um desses capítulos, será possível compreender como os dispositivos de controle vêm sendo engendrados em diferentes partes de nosso país valendo-se de estratégias e agentes distintos. Após essa parte descritiva, o trabalho segue com um capítulo que procura analisar como essas linhas se cruzam e, nesse movimento inesperado, convocam cada sujeito a se inscrever nos dispositivos de controle, ora aderindo, ora resistindo a eles. Dando-se continuidade a esta investigação, será apresentado e analisado o depoimento de uma pessoa que passou por um seqüestro e permaneceu em cativeiro durante cinco dias. O relato dessa experiência serviu para mostrar como a problemática do controle é complexa, podendo ser compreendida e operacionalizada a partir de perspectivas distintas. As conclusões trazidas por este estudo buscam chamar a atenção para a dimensão política presente na Psicologia Clínica como uma área de conhecimento que se ocupa em compreender o humano e suas mutações. Mas, para que isso aconteça, é indispensável uma abertura para acolher e analisar as transformações subjetivas que são experimentadas em cada tempo histórico.

Palavras-chave: subjetividade; controle; resistência

ABSTRACT

Michel Foucault and Gilles Deleuze announced the crisis concerning the passage from a disciplinary towards a controlling society. Each of these two authors left their readers the challenge of studying and broadening the investigations, regarding new forms of life being constructed as of these changes that are happening in our present social and historical scenario. In tune with these issues, the present paper initially involved itself with a partial cartography of the new forces beginning to appear at this time. Next, everyday situations have been investigated focusing on new mechanisms, geared towards control as they are being worked through and permanently transformed, entering the most intimate spaces of private life. As a research technique, it has been decided that common knowledge documents should be investigated, such as newspapers, publicity pieces, advertising campaigns, websites, and architecturally planned public areas. Noticing that control means are becoming more and more diversified, these were rounded up in three investigation lines defined and called “Disseminated Surveillance”, “Stimulation Control” and “Risk Control”. In each of these chapters, it will be possible to understand how the control mechanisms are being formed in different parts of our country through different agents and strategies. After this description, there is a chapter aiming at describing how these lines are intertwined. Through this unexpected movement, each individual is drawn to either adopt or resist them. Next follows an interview with a person who has been abducted remaining in hiding during five days. The story of this experience served as a basis to show the complexity of the control issues leading to different understanding and operating possibilities. The conclusions aim at calling the attention to the political dimension present in Clinical Psychology as an area of knowledge committed to understanding the human being and his mutations. However, so that this may happen, it is a must to have an opening to welcome and understand the subjective transformations occurring in each historical period.

Keywords: subjectivity; control; resistance

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo I: Da Sociedade Disciplinar à Sociedade de Controle	11
Capítulo II: Vigilância Disseminada	31
Capítulo III: Controle-Estimulação	52
Capítulo IV: Controle de Riscos	73
Capítulo V: Cruzando as linhas	94
Capítulo VI: O Seqüestro	105
Entrevista.....	106
Análise da Entrevista.....	118
Conclusão	135
Referências Bibliográficas	150

INTRODUÇÃO

Um olhar sobre a produção artística de determinado período histórico pode funcionar como indicador dos problemas que estão colocados para a vida humana naquele momento. Esse é o caso de duas obras da literatura publicadas na primeira metade do século XX que, a seu tempo, vislumbraram como poderia ser o cotidiano de uma sociedade organizada a partir de um controle extremo exercido sobre seus membros. No romance de George Orwell, *1984*¹ ou mesmo na obra *Admirável mundo novo*² de Aldous Huxley, podemos acompanhar a descrição de sociedades nas quais a vida cotidiana era amplamente monitorada. Nelas, ganhavam destaque não apenas as estratégias concretas de vigilância e domínio sobre os corpos mas também sobre o psiquismo dos que aí viviam.

Na obra *1984*, diversas formas de vigilância eram realizadas sobre a vida da população. Toda a história se desenrola em torno da figura de um controlador principal, o chamado “Grande Irmão”, que tinha acesso a acontecimentos e informações produzidos sobre diversas esferas da vida coletiva, incluindo-se aí aquelas dimensões mais privadas e corriqueiras que ocorrem na intimidade do cotidiano. A partir do saber acumulado e centralizado na figura do grande controlador, que “tudo” via graças à convergência das informações que lhe chegavam, esse Grande Irmão podia interferir e, em certa medida, dirigir a vida dos que lhe eram submetidos. Numa dinâmica assim estabelecida não era apenas o agente policial quem realizava a vigilância. O sucesso desse empreendimento foi conquistado especialmente com a viabilização daquilo que era denominado, no romance, como a “polícia do pensamento”. Por meio dela, cada indivíduo tomava para si a função de vigiar a própria conduta participando de um circuito cujas informações, ao final, convergiam sempre para o controlador soberano. E este circuito aparece tão bem articulado que dá a

¹ ORWELL, George. *1984*. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1975.

impressão, no desenrolar da leitura, de que não existe qualquer possibilidade de estar fora do controle. Tudo está sob a sua égide, nada lhe escapa.

A produção de um modo de vida obediente também é abordada em *Admirável mundo novo*. Ali, não só o controle sobre os corpos é amplamente intensificado como ganham evidência, novamente, as estratégias utilizadas para fazer com que cada indivíduo esteja envolvido na manutenção da ordem. E isso acontece de tal forma que qualquer questionamento é entendido como insubmissão, como algo que precisa ser amplamente combatido e abolido, seja por meio de punições físicas seja pelo chamado “*soma*”. Este último consistia em uma espécie de droga que, uma vez ingerida, agia diretamente sobre o organismo e o psiquismo, pondo fim aos questionamentos identificados como uma subversão da ordem estabelecida. Esse sedativo servia também para combater o mal-estar desencadeado pelo próprio fato de se estar vivo e, dessa forma, sujeito a experimentar crises, dúvidas e transformações. Entretanto, por mais que essas dimensões fossem neutralizadas e controladas pelos diversos mecanismos de vigilância descritos no romance, elas não deixavam de ser, de alguma maneira, experimentadas pelos personagens.

É sabido que o século XX foi profundamente marcado pela emergência do autoritarismo em diferentes matizes o que trouxe funestas conseqüências para a vida humana, dentre as quais merecem destaque a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Em consonância com esses acontecimentos, as obras literárias anteriormente citadas mostraram-se amplamente implicadas com o seu tempo, podendo ser tomadas como índices da problemática política que marcava o período: uma forma de poder que tendia para o autoritarismo e que marcava a vida da população de maneira bastante coercitiva. O que chama atenção nessas obras é o fato delas vislumbrarem um futuro no qual a vigilância seria cada vez mais austera e rigorosa.

Mais de meio século se passou depois dessas publicações. E podemos dizer que os procedimentos que nelas foram descritos são diferentes daqueles que vemos hoje se instalar. Novas estratégias de controle vêm sendo recorrentemente

² HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Tradução de Lino Vallandro e Vidal Serrano. São Paulo:

produzidas e ganham contornos bem mais diversificados, móveis e difusos como veremos no decorrer deste estudo.

Assim, basta um olhar mais atento sobre a maneira como vivemos hoje para percebermos que foram produzidas novas configurações para o controle e que estas se fazem presentes em todos os lugares por onde andamos. São olhares, enunciados, imagens, escritos, enfim, uma ampla variedade de meios que nos convoca a prestar atenção sobre alguns aspectos da nossa própria vida e sobre a vida daqueles que nos cercam. Esse monitoramento invade o cotidiano, ora de maneira sutil, como na recorrente frase: “Sorria, você está sendo filmado!”, ora por meios ostensivos como a presença constante da polícia armada nas ruas. Isso nos leva a acreditar que o controle tornou-se, nos últimos anos, um dispositivo sofisticado que se disseminou no cotidiano e passou a fazer parte da vida da população sem ser necessariamente identificado como tal.

Sendo operacionalizados hoje de maneira disseminada e refinada, os dispositivos de controle não se limitam a atuar apenas em espaços fechados. De fato, com o avanço e as transformações da vida urbana nas últimas décadas, cresceu também a necessidade de ampliar as formas de controle e de estendê-las para os espaços abertos. Esses espaços são bem mais complexos e se caracterizam pela passagem de um fluxo populacional constituído pela mistura de indivíduos diferentes. Para tentar administrar essa diversidade e os conflitos que nela ocorrem, os dispositivos de controle se multiplicam e atuam em redes que monitoram a movimentação e o deslocamento do sujeito bem como dos demais fluxos que atravessam a sua existência. Tais fluxos são os mais variados e envolvem desde a passagem de veículos, mercadorias, dinheiro até a localização de vírus e moléculas que circulam no interior do organismo, sendo que essa lista não pára de crescer.

É claro que o indivíduo continua sendo um alvo do controle. Mas, como ele já não é facilmente localizável dentro dos limites de um espaço institucional fechado, a ação estratégica dos dispositivos sofreu modificações, passando a operar por

modulação, ou seja, só interessa controlar o indivíduo (ou os demais fluxos) naquelas ocasiões em que a sua passagem, de alguma maneira, atrapalha a continuidade de uma determinada organização social. Diante dessa mobilidade, o controle foi disseminado por um espaço urbano que tende a se expandir, produzindo mudanças para além dele, em áreas mais distantes e pouco povoadas.

Vemos assim que novos dispositivos são continuamente criados. Por meio deles, é possível identificar e selecionar quais são as pessoas, os fluxos, os lugares e as ocorrências que, do ponto de vista de uma sociedade organizada e administrada, precisam sofrer algum tipo de intervenção. Para entender como esse empreendimento acontece, vale tomar em análise, em primeiro lugar, o que vem a ser um dispositivo.

A palavra dispositivo diz respeito a uma determinada maneira de *dispor*, de *ordenar* ou de *posicionar* estrategicamente sujeitos e equipamentos. Junto com essa disposição são produzidas formas específicas de saber que, por sua vez, subsidiam os programas institucionais, as regras de conduta e os diversos procedimentos de normalização. Michel Foucault, numa entrevista denominada “*Sobre a História da Sexualidade*”, explica o que ele entende por dispositivo:

Através desse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.³

As diversas conexões, geradas a partir dessa rede heterogênea, fazem com que os dispositivos se espalhem por diferentes contextos penetrando até mesmo nas relações privadas. Cada sujeito se inscreve como parte integrante do dispositivo de maneira singular, sendo-lhe doador de sentido e de legitimidade. Trata-se de uma produção coletiva na qual cada indivíduo comparece como um co-produtor. Estamos lidando, portanto, com uma invenção humana que, enquanto tal, é sempre contextualizada ao momento histórico no qual foi criada, sendo operacionalizada e

transformada continuamente pelos agentes que com ela se conectam. Por isso mesmo, Deleuze considera que nós “pertencemos a dispositivos e neles agimos”.⁴ Assim, ao mesmo tempo que nos inserimos numa determinada organização social, aderindo ou resistindo a ela, também contribuímos para reproduzir ou para transformar os dispositivos que nela circulam.

Quando analisamos especificamente a produção dos dispositivos de controle contemporâneos, deparamo-nos com um funcionamento que se torna mais descentralizado e agrega um número cada vez maior de agentes. Nesse empreendimento, cada participante atua sem ser, necessariamente, identificado como um agente controlador. Assim, a tendência que hoje se afirma é a de que os dispositivos de controle podem ser acionados em qualquer lugar, por qualquer indivíduo e a qualquer momento, dependendo das estratégias utilizadas para viabilizar o seu exercício.

Foucault esclarece ainda que esse conjunto heterogêneo pode ser articulado no cotidiano de diferentes formas e com objetivos distintos. É possível encontrá-lo, por exemplo, no “programa de uma instituição”⁵ que se ocupa em educar, em curar, em julgar ou em fazer produzir. Em cada um desses casos, os dispositivos são colocados em funcionamento estrategicamente e isso pressupõe uma “intervenção racional e organizada”⁶ produzida pelo acúmulo de saberes o que, ao mesmo tempo e indissociavelmente, gera diversos efeitos de poder sobre a vida dos indivíduos.

Entretanto, essa racionalidade não se mantém estável. Ela está, o tempo todo, atravessada por novos elementos que recorrentemente entram em cena e, de maneira imprevisível, alteram, rompem ou introduzem mudanças no seu funcionamento. O próprio sujeito pode ser analisado como um desses elementos. Afinal, ao se deparar com diferentes dispositivos, ele os acolhe ou os recusa sempre de

³ FOUCAULT, Michel. “Sobre a História da Sexualidade”. In: *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996, p. 244.

⁴ DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana*. Tradução de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega Passagens. 1996, p. 92.

⁵ FOUCAULT, op. cit., p. 244.

⁶ Id. Ibid., p. 246.

maneira singular e, com isso, também se torna capaz de gerar uma série de outros saberes sobre a situação.

À medida que novos elementos dispersos (sujeitos ou equipamentos) são introduzidos nessa rede heterogênea, eles tendem a modificá-la, rearticulando suas conexões e produzindo efeitos que guardam diferenças em relação ao arranjo anterior. Nesse processo, é o próprio dispositivo que se transforma a fim de acompanhar problemas específicos que são enfrentados por cada tempo histórico.

Atentando para esse movimento, o presente trabalho inicia-se com uma investigação histórica sobre as rupturas que vêm se efetuando nos dispositivos e sobre as maneiras como cada sujeito se implica com essas transformações em seu cotidiano. No decorrer do Capítulo I, denominado “*Da Sociedade Disciplinar à Sociedade de Controle*”, partimos da análise foucaultiana sobre as disciplinas e avançamos até aquilo que Gilles Deleuze denominou, em um de seus últimos escritos, como sociedade de controle. Veremos que tais transformações não envolvem uma mera passagem linear (de um regime de poder a outro) já finalizada, mas um movimento complexo que abarca a coexistência dos dispositivos disciplinares e dos de controle.

Em seguida, este trabalho ocupou-se da seguinte questão: Como investigar os dispositivos de controle contemporâneos que se tornam cada vez mais diversificados e oferecem condições para que a vida seja monitorada de diferentes perspectivas? Em vista dessa dificuldade é que recorreremos, então, à estratégia da *descrição* de fatos cotidianos que são vividos pela população e veiculados pelos meios de comunicação. Acreditamos que as descrições das diferentes situações que envolvem o controle possibilitam um mapeamento parcial dessa rede heterogênea sem comprometer a fluidez que lhe é própria.

As situações cotidianas, nas quais o controle se faz presente, foram então pesquisadas em documentos que são de domínio público. Esses englobam jornais, encartes, peças publicitárias, sites, programas televisivos e revistas de circulação nacional que se ocupam em noticiar acontecimentos da realidade brasileira. Interessava-nos dar visibilidade a esses tipos de documentos precisamente pela

facilidade que se tem, a partir deles, de fazer circular informações que até podem estar longínquas do dia-a-dia do leitor e/ou espectador mas que, por seu intermédio, podem ser tanto acessadas quanto amplamente debatidas e problematizadas.

Se, como dito anteriormente por Foucault, os dispositivos se articulam em redes heterogêneas, o passo seguinte deste estudo foi desdobrar parte dessas redes e acompanhar o movimento incessante de suas linhas. Isso porque, à medida que se efetuam e penetram no cotidiano da população, os dispositivos também participam da produção de subjetividades. Pode-se dizer que parte dessa produção ocorre a partir das conexões que cada sujeito estabelece com os dispositivos. Nesse contato, ele é recorrentemente solicitado a falar e também a pensar sobre si mesmo ou sobre aquilo que acontece ao seu redor. Assim, percorrer os enunciados, as imagens, os equipamentos, os planejamentos arquitetônicos e as reformas institucionais de diferentes tipos configurou-se como um modo possível de acompanhar o movimento das diferentes linhas que compõem essa complexa rede.

Entretanto, durante essa investigação, as descrições selecionadas apresentavam um grau de complexidade crescente, deixando entrever que o dispositivo não se presta a segmentações evidentes e estáticas. Sobre isso, Deleuze assinala que as linhas “seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam umas das outras”.⁷ Nota-se então que para analisar as formas de controle contemporâneas é fundamental compreender a sua fluidez.

Para lidar com essa multiplicidade de direções e de conexões, as situações pesquisadas foram agrupadas em três feixes de linhas assim denominados: “*Vigilância Disseminada*”, “*Controle-estimulação*” e “*Controle de riscos*”. Em cada um desses capítulos, será possível encontrar situações de controle que guardam ressonâncias entre si e que, uma vez reunidas em feixes, serviram como ponto de partida para produzir uma cartografia parcial do dispositivo de controle sem, com isso, obviamente, pretender esgotá-lo.

⁷ DELEUZE, op. cit., p. 83.

No decorrer do Capítulo II, sobre a “*Vigilância Disseminada*”, serão encontradas descrições que, apesar de ocorrerem em locais distintos de nosso país, guardam semelhanças entre si visto que convocam o sujeito a observar detalhes da sua própria vida e da vida do outro sob o enfoque da vigilância. Diversas questões atravessam esse capítulo: Afinal, de onde parte a vigilância? Para quem são dirigidos esses olhares? Quais fluxos são preferencialmente monitorados? Quais novos componentes de subjetivação são criados e colocados em circulação a partir dessa preocupação com a vigilância? Percorrendo tais questões foi possível dar maior visibilidade ao modo como é efetuada essa forma de controle e às diferentes maneiras como o sujeito nela comparece.

Quando avançamos para o Capítulo III, que transcorre sobre o “*Controle-estimulação*”, um outro universo de controle emerge e, apesar de ser tão propagado quanto a vigilância, não necessariamente é reconhecido enquanto tal. Esse tipo de controle utiliza-se dos resultados de pesquisas nas quais a população é amplamente estimulada a expressar seus anseios e preferências referentes a diversos aspectos de seu dia-a-dia. As opiniões, valores, idéias e aspirações, uma vez coletados e analisados, são transformados em peças publicitárias que, por sua vez, se ocupam em lançar novas mercadorias e serviços a serem consumidos. Assim, partindo de um controle que se exerce por estimulação, novas questões emergem: Como é que historicamente consumo, felicidade e verdade foram articulados para facilitar a circulação de dinheiro? Como o sujeito se inscreve no circuito produção-consumo? Que tipo de satisfação é possível ser experimentada no acesso às mercadorias e aos serviços, visto que a inserção do sujeito nesse universo não se efetua por mera obediência?

Por fim, nas descrições do Capítulo IV, que atentam para o “*Controle de riscos*”, encontramos como diferencial uma preocupação crescente por parte da população no que diz respeito à continuidade da existência em suas diferentes dimensões que podem ir desde a preservação do corpo vivo até a garantia de segurança sobre um patrimônio financeiro conquistado. Nesse caso, há todo um esforço para identificar, administrar e evitar aqueles riscos que, de alguma maneira, já podem ser

minimamente representados e mensurados. Enfrentamos, neste capítulo, questões como: De que maneira a tecnologia participa desse projeto preventivo? Como o sujeito se constitui diante dos diferentes dados elaborados sobre seu corpo e diante da constatação da sua vulnerabilidade aos riscos?

Essas questões e tantas outras que atravessaram as descrições foram decisivas para cartografar e dar certa visibilidade para os três feixes de linhas aqui estudados. Entretanto, no decorrer da elaboração dos capítulos descritivos, era comum nos depararmos com situações mais complexas que sempre tendiam a escapar daquele feixe de linhas no qual haviam sido momentaneamente localizadas. Nessas ocasiões, era possível notar que não se podem apreender os fluxos que atravessam a existência em linhas endurecidas, visto que eles estão em constante agitação e movimento. Constatando essa mobilidade, recorriamos novamente a Deleuze que assinala o quanto as linhas: “se entrecruzam e se misturam, acabando umas por dar noutras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações”.⁸ Assim, por vezes, uma mesma descrição poderia estar presente nos três feixes, fazer conexões inusitadas entre eles e, ao mesmo tempo, insistir na fuga, lançando a investigação num desafio provocante e renovado.

Buscando certa aproximação com esse movimento, avançamos então para o Capítulo V denominado “*Cruzando as linhas*”. Nele, é a própria linha de subjetivação, ou seja, a constituição do sujeito em meio aos dados de cada experiência vivida, que será abordada. E esse cruzamento inclui também as diferentes possibilidades de resistência que ora se ensaiam no contexto de controle. Isso porque, apesar da dificuldade tanto de detectar os dispositivos que atravessam nosso cotidiano e se multiplicam a cada dia, quanto de atribuir-lhes sentidos, não estamos meramente passivos nesse processo. Buscaremos analisar, no presente capítulo, como o sujeito se constitui nesse vasto campo de possibilidades, explorando as diferentes modalidades de conexão ao dispositivo.

⁸ Id. Ibid., p. 89.

Tendo percorrido o movimento dessas linhas pudemos notar que ainda faltava mostrar como elas, ao se cruzarem, passavam a fazer parte da vida do sujeito sendo atualizadas de maneira singular em seu cotidiano. Para dar visibilidade a isso trouxemos então o relato de uma experiência que compõe o Capítulo VI e que foi denominado: “*O Seqüestro*”. Nesse depoimento, será possível acompanhar *como* um acontecimento pode afetar, perturbar e gerar processos de subjetivação quando convoca o sujeito a se conectar com os dados de uma experiência que é única e a agir de acordo com as condições que ele encontra em cada instante que vive. Cabe assinalar que tal acontecimento, um seqüestro, caracteriza-se por um controle sobre o destino do seqüestrado, que pretende ser absoluto. O desfecho dessa situação, como veremos, se dará também pela utilização estratégica e multifacetada desse dispositivo.

Assim, se como considerou Deleuze estamos vivendo uma passagem histórica da sociedade disciplinar à sociedade de controle, este trabalho busca identificar e problematizar quais as mudanças que essa passagem introduz nos modos de viver e de se relacionar com o mundo. E, por fim, como a Psicologia pode colaborar para a compreensão deste tempo histórico.

Num terreno mutante como esse são experimentadas transformações subjetivas de diferentes tipos e intensidades. Isso nos coloca em contato tanto com a irredutibilidade da vida aos dispositivos quanto com algumas situações nas quais o controle toma contornos intoleráveis. Tais contatos exigem todo um esforço de elaboração sobre o vivido. Assim, em cada novo regime de poder o sujeito se enfrenta com acontecimentos inusitados, nem sempre imediatamente identificáveis, nem sempre facilmente representáveis. Acolhendo os incômodos trazidos por estas questões, o presente estudo busca servir como mais um espaço de problematização daquilo sobre o que ainda pouco se sabe: a complexidade crescente da vida em sociedade.

CAPÍTULO I: DA SOCIEDADE DISCIPLINAR À SOCIEDADE DE CONTROLE

É sabido que as mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI têm acontecido de maneira bastante veloz e talvez mais veloz do que em qualquer outro tempo histórico. Destacam-se aí os avanços tecnológicos, midiáticos e da ciência, para ficar em apenas alguns exemplos. Com isso, novos modos de subjetivação vêm sendo produzidos na contemporaneidade, num movimento complexo de adesão, de sustentação ou de resistência a tais mudanças. Neste capítulo será investigada uma dimensão dessas transformações: a passagem da organização social disciplinar para algo que vem sendo denominado por alguns autores como sociedade de controle.

É Deleuze, em um de seus últimos escritos, quem nos anuncia que desde a segunda metade do século XX, estamos vivendo um tempo histórico de rápidas mudanças no que se refere à organização social e à construção dos modos de subjetivação que as acompanham. Ele mostra que a organização da sociedade a partir do dispositivo disciplinar, amplamente estudada por Foucault, consiste em algo que

estamos deixando para trás. Com isso, há um rearranjo na paisagem social contemporânea, que ajuda a compor diferentemente a dinâmica da sociedade atual. E, em parte, isso se deve aos novos dispositivos de controle que vêm sendo criados e se encontram espalhados por todo o campo social.

Apesar do modo de organização disciplinar ainda não ter sido, em larga medida, superado, Deleuze assinala que “as disciplinas descritas por Foucault são a história daquilo que vamos deixando pouco a pouco de ser; e a nossa actualidade desenha-se em dispositivos de *controle* aberto e contínuo, muito diferentes das recentes disciplinas fechadas”.⁹ Para avançar nessa discussão, ocupar-nos-emos primeiramente de uma breve caracterização da chamada sociedade disciplinar a fim de cartografar quais são as mudanças que se ensaiam na passagem desta para a sociedade de controle.

Foucault nos esclarece que, para fazer a descrição das formas de dominação presentes na sociedade disciplinar, mantendo contato com a trama das suas múltiplas articulações e com as ações de base que possibilitaram o seu funcionamento, é necessário primeiramente estabelecer uma proximidade com os meandros do campo social e conhecê-lo detalhadamente. Isso porque, de acordo com este pensador, as relações de poder percorrem a vida por inteiro e se efetuam por meio de pequenas “astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza”.¹⁰ Analisar a sociedade disciplinar implica, portanto, na “demora sobre o detalhe e na atenção às minúcias”.¹¹ Trata-se de investigar como é que ganha forma e se articula esta “microfísica do poder”¹², que aos poucos se espalhou por todo o campo social.

A sociedade disciplinar pode ser localizada historicamente a partir do século XVIII, tendo como condição para sua emergência a composição de diversas forças dentre as quais se destaca a expansão do capitalismo e da industrialização.

⁹ DELEUZE, Gilles. “O que é um dispositivo?” In: *O Mistério de Ariana*. Tradução de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja Passagens, 1996, p. 93.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 120.

¹¹ Id. *Ibid.*

Foucault nos mostra então que, para atender às demandas econômicas que tomavam forma nesse momento, a sociedade disciplinar ajudou a consolidar e a disseminar a noção de *indivíduo*. Este era tomado como uma “unidade evidente” que precisava ser conhecida a fim de responder uma demanda da época como mão de obra disciplinada e inserida no sistema de produção. Entretanto, essa não era uma tarefa simples. Para viabilizá-la, o indivíduo foi amplamente investigado e submetido a um sistema de vigilância especializado que se ocupava em fazer respeitar todo um conjunto de referência às leis e às normas. Assim, somente aos poucos, a disciplina foi internalizada nas massas do capitalismo vigente. Tratava-se da produção dos chamados “corpos dóceis”¹³, ou seja, a produção de “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.¹⁴

De acordo com Foucault, o exercício do poder voltado para promover a individualização e para aumentar a produtividade, foi construído de maneira contextualizada e situada, aplicando-se “à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele”.¹⁵ A individualização configurou-se, portanto, como uma espécie de lei, como um regime de verdade legitimado na esfera social pelo qual o indivíduo foi fixado nos meios de produção, contando, para isso, com a intervenção das instituições disciplinares.

Entretanto, promover a incorporação das práticas preconizadas por estas instituições na vida cotidiana da população não foi um movimento rápido. Isso exigiu a expansão e especialização das redes do poder que ajudaram a disseminar um modo de subjetivação caracterizado pelo assujeitamento, mas também toda a produção de saberes difundidos pelas ciências humanas. Assim, expõe Foucault:

¹² Id. Ibid.

¹³ Id. Ibid., p. 117.

¹⁴ Id. Ibid., p. 118.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. “O Sujeito e o poder”. In: RABINOW, Paul & DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 235.

Para que o homem transformasse seu corpo, sua existência e seu tempo em força de trabalho, e a pusesse à disposição do aparelho de produção que o capitalismo buscava fazer funcionar, foi preciso todo um aparelho de coações; e me parece que todas essas coações que atingem o homem desde a creche e a escola o conduzem ao asilo de velhos passando pela caserna, sempre a ameaçá-lo – “ou bem você vai para a usina, ou bem você encalha na prisão ou no asilo de alienados!” –, à prisão ou ao hospital psiquiátrico, todas essas coações estão referidas a um mesmo sistema de poder.¹⁶

Foucault mostra então que esse sistema de poder que se utilizou do dispositivo disciplinar foi articulado na sociedade por meio de duas estratégias diferentes: primeiramente aquela estratégia que se apoiava na disposição arquitetônica, tendo por finalidade criar condições objetivas de observação e controle sobre cada indivíduo, investindo para isso no planejamento calculado da estrutura física das instituições. E, em segundo lugar, aquela que procurava esquadrihar e qualificar a existência do indivíduo, atenta principalmente ao seu comportamento; promovendo a aquisição de habilidades e utilizando-se das práticas presentes nas diversas instituições.

Começamos pela disposição arquitetônica das construções que foram minuciosamente planejadas com vistas a favorecer a disseminação da disciplina no seu interior. Tal planejamento facilitava a vigilância contínua sobre cada um de seus membros. Assim, em sua obra *Vigiar e Punir*, Foucault chama a atenção para a preocupação com a arquitetura dessas instituições. Ele nos diz que nesse momento histórico uma nova problemática toma forma:

[...] a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até

¹⁶ FOUCAULT, Michel. “Prisões e revoltas nas prisões”. In: *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 67.

eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los.¹⁷

Dar visibilidade ao comportamento daquele que abriga, produzindo saberes a partir dos quais se tornou possível aprimorar os efeitos do poder disciplinar, eis o objetivo dessa nova arquitetura. Ao promover-se o planejamento do espaço físico fechado de maneira a facilitar a vigilância, era possível alcançar tanto objetivos econômicos quanto políticos, visto que os efeitos dessas novas formas de poder, que foram inscritos primeiramente no interior desse contexto institucional, também puderam, posteriormente, estender-se para fora dele. Assim, a preocupação com a estrutura arquitetônica criou um campo de visibilidade pela distribuição espacial dos corpos de forma a manter “cada indivíduo no seu lugar; e, em cada lugar, um indivíduo”¹⁸, buscando organizá-los por meio da separação e do alinhamento em séries de produção. Cada espaço era planejado com vistas a favorecer a utilidade e a funcionalidade das ações.

Juntamente com o controle dos espaços, também foi possível efetuar um controle sobre o corpo, planejando o tempo gasto para realizar cada uma das atividades programadas. Tais atividades poderiam ser agora minuciosamente monitoradas com vistas a aumentar o ritmo e a qualidade da produção. Foucault considera então que:

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento.¹⁹

Mas esta maquinaria é ainda mais complexa. Como dissemos anteriormente, uma outra dimensão desse dispositivo disciplinar a ser considerada diz respeito ao modo de viver no interior das instituições. Em um conjunto de conferências publicadas no livro *A Verdade e as formas jurídicas*, Foucault esclarece sobre algumas mudanças que o século XIX sofreu em relação à organização das instituições e às novas exigências de aperfeiçoamento colocadas pelo capitalismo, especialmente no

¹⁷ FOUCAULT, op. cit., 1998, p. 144.

¹⁸ Id. Ibid., p. 123.

contexto francês. Ele aponta então três mudanças que ajudam a caracterizar a sociedade disciplinar no que se refere à produção de um modo de subjetivação individual, bem como às estratégias utilizadas para aumentar a força útil dos corpos, criando condições para disseminar o uso dos exercícios, dos treinamentos e da obediência às hierarquias.

Até o século XVIII, encontramos modos de subjetivação construídos no interior dos grupos sociais onde a manifestação do vínculo era o que lhes dava sustentação e onde o controle era definido e exercido pelos próprios membros que o constituíam²⁰. Já na organização disciplinar há uma mudança significativa. Uma vez inserido e enquadrado nas instituições de acordo com a situação em que se encontrava num dado momento (seja como estudante, doente, operário ou prisioneiro), o indivíduo era vigiado por um conjunto restrito de pessoas que se ocupavam prioritariamente da tarefa de discipliná-lo. Assim, a existência das instituições e de sua organização interna era anterior à composição dos grupos que, por sua vez, eram formados de acordo com os objetivos já definidos previamente por outrem. De acordo com Foucault, o que muda a partir da emergência das instituições disciplinares é que

[...] não é de forma alguma na qualidade de membro de um grupo que o indivíduo é vigiado; ao contrário, é justamente por ser um indivíduo que ele se encontra colocado em uma instituição, sendo esta instituição que vai constituir o grupo, a coletividade que será vigiada. É enquanto indivíduo que se entra na escola, é enquanto indivíduo que se entra no hospital, ou que se entra na prisão. A prisão, o hospital, a escola, a oficina não são formas de vigilância do próprio grupo. É a estrutura de vigilância que, chamando para si os indivíduos, tomando-os individualmente, integrando-os, vai constituí-los secundariamente enquanto grupo.²¹

A organização das instituições disciplinares tinha por objetivo incluir cada indivíduo em domínios bem específicos de poder a fim de fixá-los em papéis sociais que, uma vez definidos e cristalizados, deveriam ser incorporados e

¹⁹ Id. Ibid., p. 145.

²⁰ FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999a.

²¹ Id. Ibid., p. 113.

desempenhados ao longo do tempo em que ele aí permanecesse, tendo como suporte o olhar de uma vigilância atenta e especializada.

Entramos assim em uma segunda mudança operacionalizada a partir das instituições disciplinares. Estas últimas, desde a sua criação, “têm como finalidade não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos [...] em um aparelho de normalização dos homens”.²² Dessa maneira, a organização da sociedade disciplinar se ocupava em ampliar seu raio de intervenção envolvendo, se não toda, pelo menos o máximo possível da vida desse indivíduo que precisava estar sempre incluído em uma de suas instituições e estar fixado em algum regime disciplinar. Com isso, além de disciplinar, as instituições também produziam os mais diferentes tipos de saberes que davam sustentação a esse processo de normalização dos corpos e da existência, utilizando-se para isso dos exames e dos registros. Por meio da inclusão institucional, o indivíduo poderia ser socialmente reconhecido à medida que lhe eram atribuídos um papel social, uma atividade, um lugar, enfim, uma identidade. Sobre isso Foucault diz:

A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão.²³

Podemos perceber, então, que na sociedade disciplinar o indivíduo encontra-se o tempo todo inserido em uma instituição, podendo percorrer várias delas no decorrer de sua existência desde que termine a tarefa para a qual fora aí incluído. Uma vez concluída essa tarefa, ele poderia começar outra atividade em uma instituição diferente, ou seja: na escola, terminar os estudos; no hospital, reabilitar a saúde física ou mental; na prisão, ‘pagar’ por um crime e assim sucessivamente, num movimento que seguia certa linearidade. Deleuze nos diz que nesse contexto, o “indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis”.²⁴

²² Id. Ibid., p. 114.

²³ Id. Ibid.

²⁴ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219.

Apesar de ocupar-se de dimensões diferentes da existência e utilizar-se de distintos aparelhos de inclusão, o objetivo disciplinar atravessava todas as instituições. Com isso, uma terceira mudança ajudou a concretizar os objetivos da sociedade disciplinar, pois, apesar de cada instituição buscar imprimir marcas diferenciadas na vida cotidiana, seu funcionamento não ocorria de maneira isolada, mas envolvia uma rede ampla de contato por intermédio da qual circulavam informações sobre a disciplinarização, o comportamento, enfim, uma troca de diferentes saberes acumulados a partir da observação e da vigilância. Foucault enfatiza que as instituições se constituem como um interior no qual a “... nossa existência se encontra aprisionada”.²⁵

Temos então a organização planejada dos espaços institucionais com a distribuição calculada dos indivíduos em séries e cadeias produtivas; mas também uma análise minuciosa sobre sua conduta. Esses dois aspectos garantiam o bom desempenho das atividades executadas no interior das instituições.

Entretanto, esta organização não funcionava de maneira regular e contínua. Havia focos de resistência a esta forma de poder nos diferentes espaços e com diferentes configurações, fato que demandava a presença constante de fiscalizadores e chefes, especialistas no olhar e na vigilância, os quais trabalhavam para manter os corpos dóceis, disciplinados e produtivos.

Mas, para que estaria servindo esta rede institucional tão bem articulada? Foucault mostra que a produção e o acúmulo de riquezas constituíam o centro de todo este dispositivo de poder voltado para a disciplinarização. E, para garanti-los, diversas dimensões da vida humana foram postas a serviço da produção, por um movimento que não era tão simples quanto a reclusão no interior das instituições. Ganhava forma,

²⁵ FOUCAULT, op. cit., 1999a, p. 115.

naquele período, algo bem mais complexo que ele denominou como “seqüestro”.²⁶ Tratava-se de um seqüestro que se apropriava do tempo, do corpo e do comportamento dos homens, com o objetivo de extrair mais saberes que, por sua vez, serviriam de sustentação para a manutenção e o aperfeiçoamento do exercício do poder sobre esses mesmos homens.

Assim, toda a produção disciplinar e de regulamentação da vida caminhavam lado a lado, dando condições para a consolidação do sistema de produção capitalista. Foucault diz então:

Na verdade os dois processos, acumulação de homens e acumulação de capital, não podem ser separados; não teria sido possível resolver o problema da acumulação de homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz ao mesmo tempo de mantê-los e de utilizá-los; inversamente, as técnicas que tornam útil a multiplicidade cumulativa de homens aceleram o movimento de acumulação de capital.²⁷

O dispositivo disciplinar conjugava elementos múltiplos e díspares que envolviam a produção de saberes (daí a importância atribuída às ciências humanas nesse momento histórico), mas também a efetuação de práticas específicas de vigilância e registro a partir das quais era possível produzir a normalização desses mesmos indivíduos. Foi na busca desta produção que o corpo tornou-se um objeto a ser investigado.

Um dos procedimentos utilizados nessa época, com o objetivo de facilitar a normalização dos indivíduos, foi o exame. Segundo Foucault, esta prática “combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza”.²⁸ Assim, além de ajudar a promover a vigilância sobre o indivíduo, o exame ainda servia para qualificar, classificar e dar condições de, a partir do registro e do acúmulo de dados, definir quando era necessário recorrer a algum tipo de tratamento ou punição. Foi por meio do exame que o século XVIII viu organizarem-se, de maneira mais efetiva, as instituições

²⁶ Id. Ibid., p. 114.

²⁷ FOUCAULT, op. cit., 1998, p. 182.

²⁸ Id. Ibid., p. 154.

hospitalares e suas rotinas de trabalho, introduzindo em seu funcionamento cotidiano as visitas mais freqüentes dos médicos aos doentes e a definição de uma hierarquia rígida que facilitou a inspeção e a observação constantes. Toda essa mudança, de acordo com Foucault, serviu para colocar “o doente em situação de exame quase perpétuo”.²⁹ Essa condição de vigilância contínua não era exclusiva dos hospitais, fazia-se presente também nas demais instituições.

Assim, o uso do exame como um procedimento que associava a produção de saberes com os diferentes efeitos de poder, além de qualificar e classificar, ajudava ainda a calcular, a distribuir e, principalmente, a comparar os indivíduos, normalizando-os. Isso era feito à medida que esses dados ajudavam a dar visibilidade ao que era até então invisível: o indivíduo, seu corpo, sua saúde e sua capacidade produtiva.

Mas não foi só o indivíduo quem ganhou visibilidade por meio do exame. Também a população, enquanto um corpo múltiplo e diversificado passou a requerer uma atenção mais cuidadosa dos cálculos do poder. A preocupação com a espécie viva tornou-se, no século XIX, um novo alvo para aprimorar ainda mais todo o funcionamento dessa maquinaria. Tratava-se de uma tarefa política voltada para a bio-regulamentação, realizada pelo poder de Estado, que utilizava um sistema comparativo de dados e a estimativa de desvios.

Foucault chama a atenção para a existência dessas duas tecnologias distintas, que foram introduzidas em momentos históricos diferentes, mas que se sobrepunham e se articulavam nesse exercício do poder:

Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a

²⁹ Id. Ibid., p. 155.

probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa portanto não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeóstase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos.³⁰

Nessa maquinaria disciplinar tanto os indivíduos quanto a população ocupavam lugares distintos. Os primeiros precisavam estar devidamente inseridos em uma instituição, fixados em uma rede de produção e, ocasionalmente, ser submetidos a exames, a tratamentos ou a punições. Já a população demandava uma atenção cada vez mais rigorosa por parte do Estado, visto que o seu crescimento a tornava mais complexa. Diante desse cenário, um dos grandes problemas enfrentados era exatamente a dificuldade de manter o controle e a vigilância sobre a totalidade da população.

Vemos então que o exame, como uma técnica que incidiu sobre a vida do indivíduo, ampliou sua aplicabilidade, desdobrando-se em cálculos, medições, estimativas estatísticas e mesmo previsões. Tudo isso foi feito tendo-se como base as grandes classificações binárias: normal – anormal, saudável – doente, incluído – excluído. Por meio desses dados foi possível, então, definir mecanismos reguladores que poderiam introduzir modificações na vida da população, podendo até mesmo corrigi-la. Foi assim que o dispositivo disciplinar articulou-se com outras dimensões da vida da população que ganharam relevância nesse momento histórico, como a questão da saúde pública e do saneamento, o crescimento e o planejamento urbano, a educação e a organização da família no modelo burguês. Todas essas dimensões da existência passaram a ser alvo de estudos quantitativos e qualitativos a partir dos quais era possível delinear ações que agora, contando com dados estatísticos cada vez mais precisos, poderiam, em certa medida, introduzir mudanças dirigidas para aumentar a utilidade, a produtividade e a longevidade da espécie.

Tomando como referência os saberes acumulados pelo exame individual e os dados analisados pela estatística populacional, o indivíduo era permanentemente definido por um grau de normalidade comparativa. Na tentativa de promover a homogeneização da massa populacional, esses dados serviam de suporte para mostrar

³⁰ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976)*. Tradução de

que toda ação realizada pelo indivíduo ou pelo grupo estava submetida a duas possibilidades: ser castigado ou ser recompensado.

Foucault avança em sua análise sobre as disciplinas fazendo um estudo sobre o panóptico de Bentham³¹. Suas investigações nesse momento mostram que as disciplinas não precisam ser efetuadas exclusivamente no interior das instituições, mas podem ter os seus efeitos de vigilância e de obediência estendidos para além de seus muros. Ele afirma, então, que “também importa mostrar como se pode ‘destrancar’ as disciplinas e fazê-las funcionar de maneira difusa, múltipla, polivalente no corpo social inteiro”.³² Recorrer ao panóptico serviu precisamente para mostrar como a lógica do dispositivo disciplinar pode transpor os muros institucionais à medida que cada indivíduo tenha internalizado, de maneira profunda, o seu funcionamento e o tenha adotado nas relações do dia-a-dia. Assim, para Foucault, o panóptico “deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens”.³³

Ele começa então a vislumbrar quais são as transformações que podem ser geradas em uma sociedade a partir da disseminação da disciplina em um meio social mais aberto. Neste caso, o dispositivo passa a circular em estado livre, sem obstáculos que inviabilizem a sua efetuação, ou seja, trata-se de “um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir”.³⁴ Essa funcionalidade e essa capacidade de circular em estado livre assinalam uma ruptura com os dispositivos disciplinares evidenciando a emergência do controle como um dispositivo distinto.

Maria Ermínia Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 297.

³¹ O Panóptico de Bentham consiste em uma construção arquitetonicamente planejada que visa facilitar a vigilância sobre aqueles que se encontram em seu interior. Na obra *Vigiar e punir*, Foucault a descreve da seguinte maneira: “na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado”. FOUCAULT, op.cit., 1998, pp. 165-166.

³² FOUCAULT, op. cit., 1998, p. 172.

³³ Id. Ibid., pp. 169-170.

³⁴ Id. Ibid., p. 173.

Em face dessa breve caracterização da sociedade disciplinar³⁵, podemos agora circunscrever quais foram algumas das forças que deram forma a esta política de subjetivação presente no interior das instituições. Primeiramente, temos o indivíduo, sujeito a um regime de verdade que se materializava na obediência às leis jurídicas, aos procedimentos higiênicos e às normas sociais vigentes naquela época. As instituições, bastante fortalecidas, ocupavam-se em difundir a importância do trabalho, da utilidade e da produção como valores que deveriam ser assumidos pelo indivíduo dito normal. Nesse sentido, Foucault diz que, na sociedade disciplinar, estamos diante de um poder que se consolida por intermédio da lei, em que “o sujeito que é construído como sujeito – que é ‘sujeitado’ – é aquele que obedece”.³⁶

Para que essa obediência se tornasse efetiva, foi necessário criar uma dinâmica na qual o indivíduo se reconhecesse como alguém que estava sendo permanentemente vigiado por uma rede hierárquica extensa e composta por pessoas especializadas no olhar. E, por estar submetido a este dispositivo de vigilância e ter consciência de seu funcionamento, ele tinha certa clareza de que estava, na maior parte do tempo, à mercê das mais diferentes penalidades, caso fosse pego fazendo algo que contrariasse os códigos normativos e legais.

Assim, o modo de subjetivação consolidado nesse tempo histórico envolveu um processo de individualização e de busca constante pela posse de uma identidade a partir da qual era possível fixar cada indivíduo em uma instituição e em um papel social bem definido, o que facilitava a localização de cada um. O foco desses procedimentos estava no uso da razão e da consciência; por meio deles o indivíduo era tomado como senhor de si, centrado, capaz de decidir e de controlar a própria vida e, portanto, capaz de obedecer, de responder por si.

³⁵ O leitor interessado especificamente nesse assunto poderá encontrar mais informações nas obras *Vigiar e Punir* e *As verdades e as formas jurídicas* de Michel Foucault citadas anteriormente.

³⁶ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza de Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 82.

É possível considerar, então, que os modos de subjetivação produzidos nessa época eram muito mais rígidos e identitários. Sobre isso Antonio Negri e Michel Hardt comentam:

As subjetividades produzidas nas instituições modernas eram como as peças de máquina padronizadas produzidas nas fábricas: o detento, a mãe, o operário, o estudante e assim por diante. Cada parte desempenhava um papel específico na máquina montada, mas era padronizada, produzida em massa, e portanto substituível por qualquer parte do seu tipo.³⁷

Ocupando-se das tarefas de segmentarização e disciplinarização da vida da população, que deveria ser consciente de seu papel na máquina e reprodutora de valores sociais padronizados, a lógica disciplinar que vigorava no interior das instituições, aos poucos, atingiu também o seu exterior.

Nesse sentido, o dispositivo de vigilância era indispensável para manter e disseminar a ordem e a obediência aos preceitos morais vigentes. Tal dispositivo se organizava pela definição clara das mais diferentes hierarquias, que, por sua vez, faziam-se presentes em todas as instituições. Havia, dessa maneira, uma distância entre

o indivíduo e as formas de poder que se materializavam em hierarquias rígidas, conhecidas e planejadas para “fazer obedecer”. Até mesmo os focos de resistência que emergiam nessa época estavam colados a esta lógica e, em larga medida, aconteciam por meio da oposição. Deparamo-nos, portanto, com uma polaridade entre poder e resistência, a partir da qual era possível definir contra quem era preciso lutar e analisar quais as melhores estratégias para direcionar a batalha.

Dois séculos nos separam da invenção dessa maquinaria disciplinar e, de acordo com Deleuze, novas formas de controle sobre a vida da população vêm-se afirmando diferentemente em nosso tempo histórico contando com a produção de novos dispositivos que são bem mais múltiplos e diversificados. O filósofo chama a

³⁷ NEGRI, Antonio & HARDT, Michel. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Record, 2001, p. 353.

atenção para o fato de que ainda estamos vivendo esta passagem e que, portanto, temos apenas indícios daquilo com que estamos em vias de romper bem como de quais são as forças que poderão vir a se afirmar neste novo contexto.

Um dos indícios dessa passagem pode ser encontrado no crescente enfraquecimento das instituições disciplinares assinalado por Deleuze:

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um ‘interior’, em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as *sociedades de controle* que estão substituindo as sociedades disciplinares.³⁸

Mas, como foi que as instituições disciplinares entraram em crise? A estratificação do campo social e a criação de instituições fechadas que atendessem a demandas bem específicas, como é o caso dos hospitais, das escolas, das prisões, dentre outras, colocavam uma tarefa estratégica: disciplinar os indivíduos, respondendo a uma necessidade histórica que, de acordo com Foucault, ocupava-se “da acumulação e da gestão útil dos homens”.³⁹ Como vimos, a maneira como o poder disciplinar agia sobre o indivíduo envolvia a produção de saberes a partir dos quais era possível efetuar o seqüestro do seu corpo e do seu tempo para o trabalho e, conseqüentemente, para todas as demais dimensões da vida que davam sustentação às formas de produção.

Contando com uma disciplina já internalizada, capaz de funcionar para além dos muros institucionais e, portanto, atuando também em um contexto aberto e diversificado, aquela padronização em papéis rígidos a serem reproduzidos foi aos poucos perdendo sua eficácia, tornando-se, em alguma medida, obsoleta.

Assim, as mudanças que o capitalismo produziu, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, introduziram uma maior competitividade no mundo do

³⁸ DELEUZE, op. cit., 1992, p. 220.

trabalho, um aumento no consumo de mercadorias diversificadas, bem como uma maior circulação de pessoas, de informações e de produtos. Isso, por sua vez, aumentou ainda mais as possibilidades de contato com realidades socioculturais diferentes. Para acompanhar esse novo cenário mutante e competitivo, Negri nos diz que a cristalização em papéis sociais rígidos torna-se, gradativamente, pouco funcional, requerendo do indivíduo novas habilidades que dêem conta de atender a necessidade de se movimentar e de transitar mais facilmente entre as diferentes instituições (ou no que restou delas). E, mais especificamente, de percorrer a diversidade de contextos sociais que são próprios da época contemporânea, fazendo-o de maneira mais veloz.

Já voltado para as mudanças contemporâneas, Foucault dá ainda um passo à frente. Numa conferência realizada no ano de 1978, em Quioto, denominada “*A Sociedade disciplinar em crise*”, ele lança o seguinte alerta:

Nesses últimos anos, a sociedade mudou e os indivíduos também; eles são cada vez mais diversos, diferentes e independentes. Há cada vez mais categorias de pessoas que não estão submetidas à disciplina, de tal forma que somos obrigados a pensar o desenvolvimento de uma sociedade sem disciplina. A classe dirigente continua impregnada da antiga técnica. Mas é evidente que devemos nos separar, no futuro, da sociedade de disciplina de hoje.⁴⁰

Encontramos então uma convergência entre as reflexões de Deleuze e as de Foucault⁴¹ sobre a transformação que ora vivemos. Para ambos, não se trata de uma passagem rápida ou simples, mas de um movimento complexo de ruptura que vem se afirmando no decorrer das últimas décadas. E de fato já é possível perceber que, quanto mais avançam as reformas mencionadas por Deleuze, mais as instituições se distanciam do seu modo de funcionamento anterior, ao mesmo tempo que se criam novas regras, novas sanções, novas normalizações para a existência, em síntese, novos dispositivos de controle.

³⁹ FOUCAULT, op. cit., 1998, p. 250.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. “A Sociedade disciplinar em crise”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 268.

⁴¹ Principalmente nas análises presentes nas últimas entrevistas de Foucault.

Para pensar em uma sociedade sem disciplina ou, pelo menos, que não tenha como foco privilegiado esta estratégia de poder, Deleuze apresenta um desafio, talvez o mais instigante, que consiste em aguardar ou acompanhar a “instalação das novas forças que se anunciam”.⁴² Apesar de se manifestarem por meio das reformas macrossociais, essas forças guardam ainda uma dimensão invisível e indizível, pois intervêm nas esferas mais capilares do cotidiano das populações.

Acompanhar essas transformações ganha relevância neste estudo principalmente no que se refere às rupturas provocadas por essas novas forças que entram em cena na produção dos modos de subjetivação. Elas pressupõem mudanças sociais e políticas sobre as quais Negri e Hardt consideram:

À medida que as paredes dessas instituições desmoronam, a lógica de subjetivação que operava anteriormente dentro de seus espaços limitados agora se espalha, generalizada em todo o campo social. A queda das instituições, o definhamento da sociedade civil e o declínio da sociedade disciplinar envolvem uma suavização do estriamento do moderno espaço social. Aqui surgem as redes da sociedade de controle.⁴³

Assim, na contemporaneidade, novas redes de controle estão sendo articuladas e otimizam precisamente a circulação de informações em estado livre sem necessariamente contar com a presença ou a mediação das instituições disciplinares. Essa suavização na maneira de organizar o espaço social tem como diferencial o fato de que qualquer indivíduo pode tornar-se um participante ativo em sua construção ou execução, independentemente de ser portador de um conhecimento específico e legitimado, ou de fazer parte da hierarquia vigilante como um componente oficial. Ou seja, também as hierarquias estão sendo suavizadas.

À medida que os conhecimentos, produzidos pelas mais diversas áreas de saber, são disseminados em uma rede ampla e fina da população, seus membros vêm sendo convocados e também capacitados para participar ativamente deste processo de

⁴² DELEUZE, op. cit., 1992, p. 220.

⁴³ NEGRI & HARDT, op. cit., p. 351.

reforma das instituições. Vemos então a construção de um modo de subjetivação em que o indivíduo, em larga medida, sai da condição de obediente e dócil para assumir a condição de “participante ativo e responsável” numa rede ampla e complexa de controle. Dessa maneira, independentemente do *status* social que ocupam na comunidade, os indivíduos são convocados a participar da instalação e da manutenção das reformas, por vezes em nome da “cidadania”.

Assim, vemos crescer a importância atribuída ao cidadão comum que, mesmo não participando diretamente da dinâmica interna das instituições como um de seus membros (trabalhador ou usuário), torna-se agora responsável pela vigilância sobre a aprendizagem, a saúde e a segurança pública, para ficar apenas em alguns exemplos. E tudo ao mesmo tempo, conectando-se por vezes com os agentes especializados e institucionalizados, que se ocupam profissionalmente destas práticas, e oferecendo-lhes informações preciosas para o exercício de um controle mais eficiente. Acreditamos que seja precisamente isso o que Negri e Hardt consideram como uma “suavização do estriamento do moderno espaço social”.⁴⁴ Pela emergência e expansão das redes de informação estamos nos tornando agentes de vigilância ilimitada e de controle imediato, de uns sobre os outros.

Além da construção dos modos de subjetivação voltados para o controle, podemos destacar ainda que as redes de informação ganharam mais eficiência e rapidez quando puderam contar com os avanços tecnológicos e da ciência. Trata-se de produtos e de serviços que facilitam o controle sobre a passagem dos fluxos. Eles são os mais diversos e vão desde os circuitos internos de TV em prédios residenciais, comerciais e públicos, os rastreadores de carros e de celulares por satélite até o acesso a imagens via *internet* dos mais diferentes contextos em tempo real, entre muitos outros.

A partir dessa disseminação do controle, realizada por meio de instrumentos tecnológicos ou pela vigilância efetuada no cotidiano mais íntimo da população e pelos próprios indivíduos, os muros institucionais deixam de ser a

⁴⁴ Id. Ibid., p. 351.

condição única e indispensável para manter a suposta ordem social – como já fora anunciado por Foucault. Com isso, o indivíduo já não transita mais de uma instituição para outra, como que obedecendo a uma seqüência temporal, mas ocupa-se de várias delas ao mesmo tempo e sem necessariamente estar nelas incluído. Temos então um movimento no qual a educação torna-se um processo permanente; a saúde toma uma configuração preventiva; a vigilância se dissemina. É como se a rede de poder institucional se livrasse dos muros que a restringia a um determinado espaço para circular em estado livre. Deleuze fala então de um “controle incessante em meio aberto”⁴⁵ cuja ação é mais rápida e localizada, possibilitando mudanças imediatas sobre as mais diferentes e inusitadas situações do cotidiano.

À medida que a lógica institucional se espalha é a própria noção de indivíduo que sofre mudanças. Agora já não é mais exigida dele a posse de uma identidade. Ao contrário, o indivíduo precisa comparecer de maneira cada vez mais variada e flexível para dar conta de realizar diferentes tarefas e assumir diferentes papéis sociais ao mesmo tempo. Negri descreve a produção de uma “subjetividade híbrida” em que o indivíduo: “É operário fora da fábrica, estudante fora da escola, detento fora da prisão, insano fora do asilo – tudo ao mesmo tempo. Não pertence a nenhuma identidade e pertence a todas”.⁴⁶

Nesse novo cenário, onde a comunicação e as relações são muito mais velozes, aqueles corpos dóceis, construídos no século XVIII para obedecer, reproduzir e temer a hierarquia tornaram-se, em larga medida, ineficientes. Cabe então questionarmos: Quais são as novas exigências que se colocam para o corpo e para os modos de subjetivação hoje? A quais dispositivos o sujeito está ligado na contemporaneidade e que tipo de existência está aí implicada? Deleuze ainda diz:

O estudo sócio-técnico dos mecanismos de controle, apreendidos em sua aurora, deveria ser categorial e descrever o que já está em vias de ser implantado no lugar dos meios de confinamento disciplinares, cuja crise todo mundo anuncia. Pode ser que meios antigos, tomados de empréstimo às antigas sociedades de

⁴⁵ DELEUZE, op. cit., 1992, p. 216.

⁴⁶ NEGRI & HARDT, op. cit., p. 353.

soberania, retornem à cena, mas devidamente adaptados. O que conta é que estamos no início de alguma coisa.⁴⁷

É nesta perspectiva que passaremos aos capítulos descritivos nos quais buscaremos investigar quais são algumas das composições de forças que vêm tomando forma nessa nova organização social voltada para o controle e que vêm produzindo diferentes modos de subjetivação na contemporaneidade. Para isso, buscaremos cartografar o funcionamento desse dispositivo que, segundo nosso entendimento, vem ganhando maior *visibilidade* à medida que seus procedimentos começam a ser veiculados pelos diferentes meios de comunicação. Ao mesmo tempo, investigaremos como emergem, na contemporaneidade, novas formas de *enunciação* do controle, as quais possibilitam sua circulação contínua no cotidiano e familiarizam a população com seus imperativos, envolvendo-a ativamente nesse exercício.

Deleuze nos diz que cartografar essas novas forças não consiste em “predizer mas estar atento ao desconhecido que bate à porta”.⁴⁸ É tentando acompanhar esse desconhecido que passaremos, nos próximos capítulos, a descrever situações de controle que são amplamente vividas no cotidiano, sendo algumas mais conhecidas e outras menos evidentes. Acompanhar cada uma delas será condição para circunscrever parte desse dispositivo.

Obviamente, as situações de controle investigadas guardavam tanto diferenças quanto ressonâncias entre si. Precisamente por esse movimento de atração e de ressonância entre as descrições, elas foram agrupadas em três feixes de linhas distintos que serviram também para denominar os capítulos que se seguem: “Vigilância disseminada”, “Controle-estimulação” e “Controle de riscos”. Ao final dessa parte descritiva, o leitor terá um esboço ou uma cartografia *parcial* desse desconhecido apontado por Deleuze.

⁴⁷ DELEUZE, op. cit., 1992, p. 225.

⁴⁸ DELEUZE, op. cit., 1996, p. 94.

CAPÍTULO II:

VIGILÂNCIA DISSEMINADA

Província de Aunay, França, junho de 1835: há quinze dias Pierre Rivière cometeu um triplo assassinato de sua mãe e de seus dois irmãos. Ele fugiu do local do crime, andou sem destino certo pelas cidades da região, dormindo ao relento e alimentando-se de ervas e de pão. Em um memorial, escrito por ele mesmo, contou toda a sua história de vida, os crimes cometidos, bem como o percurso que fez até ser

preso, coisa que desejou ter acontecido bem antes, esforçando-se para ser encontrado. Passadas quase duas semanas da realização do crime, ele relata:

[...] encontrei um comerciante de Aunay que reconheci por já tê-lo visto, ele também me reconheceu e me disse: você está aí, rapaz? Onde você vai, ah, vai ser preso, você cometeu uma má ação, meu filho, oh! Como ele é mau! Fingi não me incomodar com o que ele dizia e fui embora [...] No dia seguinte [...] encontrei [...] Ficot, que conduzia bois e que me disse: Ah, Rivière, você vai acabar sendo preso! Pensei comigo mesmo, é isso que eu desejo, e sem responder-lhe segui meu caminho. [...] Andei o dia todo de sábado, pensava sempre que iam me prender e, enquanto isso, como não tinha quase mais dinheiro, resolvi fazer uma besta para matar passarinhos e deles me alimentar, ou para me distrair procurando matá-los, e, no caso de me prenderem com aquilo, isto seria mais útil que nocivo para o papel que desejava representar.⁴⁹

Decorreram aproximadamente trinta dias até que Rivière fosse localizado pelas autoridades policiais e preso. O que chama atenção neste caso tomado em análise por Foucault e outros pensadores franceses é a organização de uma sociedade cuja ação de vigilância encontra-se centralizada e atribuída a indivíduos especializados nessa tarefa. Qualquer outro cidadão, mesmo identificando o executor do tríplice crime e sabendo da violência que ele fora capaz de cometer, não reconhece como sua a função de tomar alguma providência ou de delatar imediatamente o criminoso. Deparamo-nos então com uma organização social na qual o indivíduo, no relacionamento com a lei e a polícia, só fornece informações caso seja formalmente solicitado por uma autoridade.

Mais de um século e meio depois, encontramos hoje envoltos em um outro contexto, no qual o tempo de impunidade vivido por Pierre Rivière após a realização dos crimes afigura-se como aquilo que a sociedade busca eliminar ou, pelo menos, diminuir. A descontinuidade histórica que se evidencia na comparação das formas de vigilância de cada período possibilita compreender que hoje ela se organiza por meio de redes múltiplas e diversificadas. Por intermédio dessas redes torna-se possível acionar um contingente maior de indivíduos para realizar essa tarefa. Além disso, a vigilância não incide apenas sobre aquelas pessoas que porventura sejam alvo

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Tradução de Denize Lazan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, pp. 108 - 109.

de alguma suspeita ou respondam de fato por algum ato ilegal anteriormente cometido. Ao contrário, qualquer cidadão, nas mais diversas situações, pode ser tanto um agente de vigilância quanto um alvo para o qual converge esse tipo de procedimento.

Dessa maneira, encontramos-nos cercados por múltiplos “olhos”, por vezes anônimos e que emergem ao acaso, outras vezes por equipamentos sofisticados, com seus amplos circuitos em rede que são disponibilizados para facilitar o controle sobre a passagem e a ação daqueles que se encontram presentes nos mais diferentes espaços: estabelecimentos comerciais, públicos e culturais, condomínios residenciais, escritórios, consultórios, estradas, espaços abertos, enfim, por onde quer que andemos lá estão presentes os dispositivos de vigilância.

Foucault já alertava para as mudanças que aconteceram nos dispositivos de poder que tornaram suas intervenções mais amplas e disseminadas, além de incorporar também um revezamento de instâncias diferenciadas. E, nessas novas configurações, estão incluídas a vigilância e o controle. Em um estudo intitulado “*A vida dos homens infames*”, ele diz:

Dia virá em que todo esse disparate estará apagado. O poder que se exercerá no nível da vida cotidiana não mais será o de um monarca, próximo ou distante, todo-poderoso e caprichoso, fonte de toda justiça e objeto de não importa qual sedução, a um só tempo princípio político e potência mágica; ele será constituído de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria. E o discurso que se formará, então, não terá mais a antiga teatralidade artificial e inábil; ele se desenvolverá em uma linguagem que pretenderá ser a da observação e da neutralidade.⁵⁰

O filósofo esclarece que a vigilância sofreu transformações e rupturas significativas em seu modo de funcionar. Na soberania já existia uma pluralidade de olhares que eram utilizados para vigiar a vida da população. Entretanto, todos esses olhares convergiam para um único objetivo: informar o soberano sobre o modo de

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. “A Vida dos homens infames”. In: *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 219.

existência de seus súditos. Era como se todos os olhos pertencessem a um só indivíduo, o que lhe conferia um estatuto de “potência mágica”.

Este procedimento ganhou complexidade à medida que esses múltiplos olhares deixaram de convergir exclusivamente para um agente centralizador do controle (o monarca) demandando então uma nova estratégia de poder que envolveu, inicialmente, a incorporação gradativa de diferentes profissionais, agora aglutinados em diversas áreas de conhecimento, para realizar a vigilância. Tratava-se de um contingente de trabalhadores, ligados ou não ao Estado, tais como a polícia, os profissionais das áreas jurídica e médica, cuja intervenção passou a ser legitimada pelo estatuto de verdade atribuído ao conhecimento científico que eles representavam. Portanto aqui, a estratégia de vigilância utilizada já envolveu a incorporação de um número maior de agentes e de instituições que ajudavam a compor uma rede heterogênea de observação.

Mas as rupturas não pararam. Em nosso tempo histórico e, mais especificamente, nas últimas três décadas, convivemos com uma pulverização da vigilância de maneira ainda mais ampla e microsocial que envolve a participação efetiva do indivíduo comum, presente em qualquer lugar e capaz de atuar a qualquer momento. A vigilância torna-se, portanto, um dispositivo político (e policial) por meio do qual é possível organizar a vida da população. Tal gerenciamento toma uma configuração ao mesmo tempo panóptica (ou seja, arquitetonicamente planejada para ser executada em espaços abertos ou fechados, tal qual pudemos acompanhar na caracterização da sociedade disciplinar) e tecnológica (agregando instrumentos de comunicação instantâneos capazes de inspecionar áreas amplas e abertas, assim como áreas distantes, disponibilizando as informações em redes de controle).

Dessa maneira, é possível considerar que a análise feita por Foucault na obra *Vigiar e Punir*⁵¹ acerca dos dispositivos de vigilância, presentes no interior das

⁵¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

instituições carcerárias, em larga medida pode ser pensada hoje para além dos muros institucionais. Sobre o funcionamento dessas instituições, ele assinala:

Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados. Do mesmo modo que é indiferente o motivo que o anima: a curiosidade de um indiscreto, a malícia de uma criança, o apetite de saber de um filósofo que quer percorrer esse museu da natureza humana, ou a maldade daqueles que têm prazer em espionar e em punir. Quanto mais numerosos esses observadores anônimos e passageiros, tanto mais aumentam para o prisioneiro o risco de ser surpreendido e a consciência inquieta de ser observado.⁵²

O que surpreende em nossos dias é que essa descrição da vigilância não se restringe apenas à vida do prisioneiro. Ela estende-se também para a vida de qualquer indivíduo e torna-se uma das estratégias que ajuda a compor algo maior que são os dispositivos de controle.

Interessa-nos, neste capítulo, investigar como são vivenciadas as conexões entre as linhas de vigilância e as formas de subjetivação por elas engendradas, ou seja, investigar como se dá a vizinhança, o confronto e a combinação entre elas e como são produzidas as maneiras de se posicionar e de se relacionar com o mundo. Em outras palavras, trata-se de delinear as novas políticas de subjetivação.

Para isso, faz-se necessário primeiramente considerar que há um diferencial nas formas de vigilância atuais: elas não se ocupam simplesmente do indivíduo, mas dos diversos fluxos presentes em nosso contexto social, entre os quais o indivíduo é apenas um deles. Assim, a vigilância volta-se para o conjunto dos indivíduos apenas por ocasião de sua passagem ou, mais precisamente ainda, quando, de alguma maneira, essa passagem atrapalha uma determinada organização. Deleuze diz: “o que conta não é a barreira, mas o computador que detecta a posição de cada um, lícita ou ilícita, e opera uma modulação universal”.⁵³ Por isso mesmo, a vigilância é muito mais precisa, atenta e dirigida apenas àquilo que coloca em risco a passagem de

⁵² Id. *Ibid.*, p. 167.

⁵³ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 225.

fluxos que são considerados importantes para o funcionamento da ordem social. Dessa maneira, o que os equipamentos e as pessoas fazem é detectar a presença de um problema e acionar, o mais rápido possível, os responsáveis por solucioná-lo. Mas, como essa máquina funciona? Começaremos aqui a descrever algumas situações cotidianas que servirão para dar maior visibilidade à maneira como estes dispositivos se efetuam.

Um dos planos discursivos que hoje se encontra bastante disseminado e se multiplica rapidamente em nosso cotidiano são as chamadas “palavras de ordem”. Estas convocam a população ao controle sobre si e sobre os demais, à denúncia, à observação, bem como ao exercício de uma avaliação permanente que incide sobre a atividade, a aparência e o modo de vida dos outros.

Em alguns casos, as palavras de ordem aparecem envoltas por um discurso que se pretende descontraído, como, por exemplo: “*Sorria, você está sendo filmado!*” Mas, por quem? Para quê? Para quem? Trata-se de perguntas que, caso sejam elaboradas por um de seus alvos (diga-se de passagem, por grande parte da população, incluindo aí os que são contratados para observar), dificilmente serão respondidas. E nem sequer precisariam. O objetivo dessa observação permanente consiste em inibir ações clandestinas e indesejadas que promovam, dificultem ou interrompam a passagem de certos fluxos, mediante o prévio aviso. Mas este procedimento, por si só, não é capaz de desencadear uma reflexão sobre as repercussões que ele produz na existência cotidiana. Mesmo porque sua realização não depende do consentimento daquele que é filmado ou observado.

Devido a sua ampla disseminação, estes operadores de vigilância já estão se tornando corriqueiros e, por isso mesmo, a estratégia aí utilizada vem ganhando um contorno de naturalidade a partir do qual as pessoas tornam-se quase indiferentes à sua presença. E, se porventura os percebe, é apenas durante um período que podemos chamar de “adaptativo”, o qual logo será esquecido ou incorporado ao cotidiano como algo comum, pouco relevante. Ou, por outro lado, só perceberão sua presença caso

sejam pegadas realizando ações julgadas como ilegais, tendo então que responder por seus atos.

Em um outro universo podemos encontrar outras palavras de ordem geralmente utilizadas em carros e em caminhões de empresas. Trata-se da frase: “*Como estou dirigindo?*”, seguida de um número de telefone para denúncias. Esta questão torna qualquer pessoa, em qualquer lugar do país e a qualquer tempo, um agente devidamente qualificado para denunciar (gratuita e anonimamente) a performance dos motoristas que estão trabalhando nas ruas e rodovias. Nessa situação de controle difuso, a figura de um chefe responsável pela fiscalização do trabalho, torna-se quase que dispensável, sendo então substituído por um contingente anônimo e aleatório de observadores. Vale ressaltar que até mesmo em carros utilizados por policiais militares, que são os responsáveis institucionalizados para realizar a vigilância, este enunciado também se encontra presente. Nesse caso, aparece na versão: “*Como estou trabalhando?*”

Ainda no que se refere ao mundo do trabalho vemos proliferar as palavras de ordem: “*Visite nossa cozinha!*” Enunciado este que é utilizado como um diferencial de qualidade e de competitividade entre as empresas de alimentos, tornando-se suficientemente relevante para desencadear um projeto de lei que se encontra em tramitação no Congresso Nacional e que deverá ser aprovado, instituindo brevemente o livre acesso às cozinhas de estabelecimentos comerciais. E, às vezes, tal visita é totalmente dispensável, uma vez que a cozinha já se encontra completamente exposta ao público que dela está separado apenas por paredes de vidro. Assim, a função de chefe transita de um trabalhador contratado para aquelas pessoas que estão fora da dinâmica interna da empresa: os clientes. Edson Passeti assinala que, nesse caso, “não há visibilidade da chefia; na sociedade de controle a chefia transcende, resguarda um toque de imaterialidade, um flash de Deus”.⁵⁴

Assim, seja na situação de usuário de serviços ou consumidor de produtos, novas atividades passaram a fazer parte do cotidiano da população: a de

observador, avaliador, julgador e delator. O uso das palavras de ordem permite dimensionar o quanto vivemos em um amplo circuito que incita a vigilância de uns sobre os outros. Segundo Deleuze, na sociedade de controle dá-se “a qualquer um a missão de um juiz, de um justiceiro, de um policial por conta própria”.⁵⁵ E, diferentemente das formas de vigilância presentes na sociedade disciplinar, esta não exige comando centralizado nem preparo técnico dos agentes. Conta quase que exclusivamente com a adesão a esse tipo inspeção sobre a passagem de fluxos e sobre a forma de vida que o outro leva no que se refere à sua relação com o trabalho, com o lazer, com as relações sociais e afetivas. Mas conta também com a produção de um modo de subjetivação a partir do qual, por vezes, o indivíduo se sente convocado a agir diante de solicitações imperativas do tipo: “*Faça a sua parte*”.

Vemos instalar-se, então, uma outra forma de vigilância, que deriva da atividade do governo ligada à polícia e à segurança pública, mas que agora se desprende dessas instâncias e passa a envolver também, de maneira mais direta, a comunidade. Esta última, assumindo a responsabilidade de comunicar aquilo que vê torna-se, por sua ação delatora, um agente de poder apto a participar ativamente da rede sendo, por vezes, culpabilizada, caso não o faça.

A possibilidade de receber e utilizar informações de maneira rápida e em redes de comunicação instantânea nos coloca diante de uma transformação muito singular presente em nosso tempo histórico, considerada por Paul Virílio como uma “revolução da informação”. Ele nos diz: “De fato, não se poderá compreender nada da *revolução da informação* sem perceber que ela alimenta, também, de maneira puramente cibernética, a *revolução da delação generalizada*”.⁵⁶ Cabe aqui sinalizar que a delação só pode realizar-se quando precedida da vigilância.

⁵⁴ PASSETI, Edson. “Ecopolítica: o que pode um corpo”. In: LINS, Daniel & GADELHA, Sylvio. *Nietzsche e Deleuze: Que pode um corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 100.

⁵⁵ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Vol. 3: Capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996, p. 111.

⁵⁶ VIRÍLIO, Paul. *A Bomba informática*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 1999, p. 64.

Um dos efeitos dessa “revolução” pode ser encontrado nos programas televisivos que reeditam, na contemporaneidade, um antigo enunciado: “*Procura-se*”. São programas de TVs, *sites* na *internet*, cartazes espalhados pelas cidades, sempre acompanhados da divulgação de fotos e de números de telefones, por intermédio dos quais o serviço de disque-denúncia⁵⁷ garante o sigilo daquele que fornece algum tipo de informação sobre o caso investigado. Um dos grandes fomentadores do disque-denúncia é a própria polícia que convoca a comunidade para auxiliá-la, tratando-a como uma aliada importante para a resolução dos mais variados crimes que vão desde o resgate de seqüestrados ou desaparecidos até a busca de criminosos já identificados. A participação da população torna-se fundamental nesse tipo de investigação e muitos crimes são desvendados pelas informações precisas que geralmente vêm desta fonte.

As ligações relatando suspeitas sobre a existência de cativeiros feitas para o serviço de disque-denúncia do estado de São Paulo bateram recorde no ano de 2003. Por meio das informações recebidas foi possível resgatar catorze vítimas de seqüestro no referido ano.⁵⁸ Vemos assim que polícia e comunidade articulam-se na ação de vigiar. Mediante os resultados desta parceria foi aprovada em abril de 2003, na cidade de São Paulo, a Lei nº 13.481, pela qual os ônibus urbanos devem circular com cartazes informando à população o número do disque-denúncia bem como a garantia de sigilo para quem fornece as informações.⁵⁹

Outras formas de promover as denúncias, estreitando o vínculo entre população e polícia, também vêm sendo utilizadas em diferentes partes de nosso país. No Rio Grande do Sul foi dado um passo adiante na disseminação das formas de controle. Na cidade de Novo Hamburgo⁶⁰ foi criado o programa “Vigilância Solidária – Todos protegendo todos”. Com essa iniciativa, os 169 taxistas que trabalham na cidade tiveram seus carros equipados com rádio-comunicadores por intermédio dos quais eles podem entrar em contato direto com a Brigada Militar caso presenciem algum tipo

⁵⁷ Serviço criado pela ONG “Instituto São Paulo Contra a Violência”, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública / SP, no ano 2000. Mais informações em <www.disquedenuncia.org.br>

⁵⁸ Ônibus deverão fixar telefone em vidros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 dez. 2003. Cotidiano.

⁵⁹ Id. Ibid.

⁶⁰ Localizada no Vale do Rio dos Sinos, com aproximadamente 240 mil habitantes.

de delito ou situação suspeita. Tais trabalhadores tornaram-se “arapongas a serviço da polícia”⁶¹ e ajudam a formar uma rede de “olhares” extremamente ampla e eficiente, visto que eles circulam por trajetos sempre aleatórios.

Na Amazônia, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) utiliza-se de um procedimento parecido, apesar de recorrer a outra tecnologia. Trata-se do SIVAM (Sistema de Segurança da Amazônia). Nesse caso, “uma rede de telefones via satélite tem permitido que índios de áreas remotas da Amazônia falem entre si e informem à Polícia Federal crimes ocorridos em seus territórios”.⁶² Segundo afirmação do delegado regional da Polícia Federal do Amazonas: “os índios estão onde nós não estamos, eles são nossos olhos”.⁶³ A partir dessa troca de informações é possível detectar crimes contra o meio ambiente, a realização de pesquisas sem autorização do Governo Federal, o comércio ilegal de plantas, animais e drogas, além de servir como um instrumento que possibilita o contato dessa população com áreas mais desenvolvidas e urbanizadas.

Nas três descrições anteriormente feitas vemos funcionar formas de controle que segundo Deleuze, reportando-se às análises de Paul Virílio, são realizadas “ao ar livre”⁶⁴ e visam monitorar o fluxo de pessoas e de suas ações no momento presente, ou seja, no momento em que o fato está ocorrendo. Por outro lado, aquilo que existe enquanto possibilidade, também pode, em certa medida, ser incluído nas estratégias de controle. Nesse caso, o indivíduo torna-se mais sensível para observar detalhes de ações e de situações que se passam ao seu redor. Assim, dependendo da

qualidade e da velocidade com que esses detalhes são observados, é possível, pela delação, prevenir situações indesejadas.

⁶¹ GERCHMANN, Léo. Taxistas viram informantes da polícia no RS. *Folha de S. Paulo*, Porto Alegre, 27 abr. 2004. Cotidiano. A expressão ‘Araponga’, cabe considerar, é uma gíria que denomina o agente de segurança à paisana.

⁶² BRASIL, Kátia. Índio vira ‘informante’ da Polícia Federal na Amazônia. *Folha de S. Paulo*, Manaus, 17 nov. 2003.

⁶³ Id. Ibid.

⁶⁴ DELEUZE, op.cit., 1992, p. 220.

Entretanto, mesmo denominando estas estratégias de controle com palavras que resgatam a idéia de uma vida pública, como, por exemplo, “vigilância solidária”, “cidadania” e “comunidade”, o que vemos é uma tendência ao enfraquecimento e ao esvaziamento acelerado da experiência compartilhada. O sujeito vigilante e delator imprime nas relações cotidianas um modo de lidar com a existência e com o mundo atravessado pelo medo e pela desconfiança. O medo configura-se assim como um componente fundamental da produção de subjetividade na sociedade de controle. Uma sociedade amedrontada é capaz de se inscrever mais facilmente nas formas de controle e de assumi-las sistematicamente em seu cotidiano. Recente estudo realizado pelo americano Barry Glassner sobre o que ele chamou de *Cultura do Medo*⁶⁵ mostra precisamente como se dá essa adesão. Tendo como norteadora de suas pesquisas a questão: “Por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos?”, Glassner descreve situações cotidianas em que o risco e o medo são superdimensionados. Obviamente, diversos segmentos de mercado já detectaram essa tendência psicossocial referida ao medo e oferecem os mais diferentes tipos de serviços e de equipamentos voltados para a prevenção e para a conservação da vida.

Nessa direção, outras pesquisas ganham destaque. É o caso dos estudos realizados na Grã-Bretanha que vêm desenvolvendo um dispositivo tecnológico pelo qual satélites são utilizados para monitorar o deslocamento espacial de criminosos que podem, dessa maneira, cumprir suas penas fora das prisões, como se estivessem em uma prisão a céu aberto. Em uma matéria recentemente publicada pela BBC, podemos constatar que nesse país encontra-se em estudo a utilização de um monitoramento específico para criminosos reincidentes, capaz de localizá-los no espaço:

O monitoramento seria feito com o uso da tecnologia GPS (sistema global de posicionamento), que permitiria às autoridades determinar a posição exata dos criminosos. O sistema seria

utilizado para impor áreas de exclusão a determinados criminosos – inclusive pedófilos, que seriam impedidos de se aproximar de escolas, e ladrões responsáveis por muitos roubos. O

⁶⁵ GLASSNER, Barry. *A Cultura do medo*. Tradução de Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003.

monitoramento também poderia ser adotado como punição a pessoas condenadas por crimes menores, agindo como uma espécie de ‘prisão sem grades’.⁶⁶

No Brasil a utilização dessa tecnologia também vem sendo discutida. Entretanto, do ponto de vista da legislação brasileira, o uso do “bracelete eletrônico propõe diversas dúvidas a partir do texto constitucional, no qual vem rigorosamente imposto o respeito à dignidade do condenado”.⁶⁷ Além disso, seu custo está muito além das possibilidades econômicas do sistema público de segurança. Enquanto isso não se torna um empreendimento viável para o contexto brasileiro, a tecnologia e a delação continuam avançando por outras vias, no intuito de envolver cada vez mais o cidadão comum nas redes de vigilância.

Virílio nos fala então sobre uma “televigilância” a partir da qual não só é possível vigiar e denunciar criminosos, como vimos anteriormente, mas também observar a vida de pessoas comuns e de trabalhadores, podendo até mesmo participar de seu cotidiano, valendo-se de opiniões e conselhos. Ele diz que nesse tipo de ação, caracterizada por um voyeurismo, “a televigilância adquire um novo sentido: não se trata mais de se prevenir contra uma intrusão criminosa, mas de partilhar suas angústias, seus fantasmas, com toda uma rede, graças à superexposição de um lugar de vida”.⁶⁸ É o caso de pessoas que exibem o seu cotidiano mais privado utilizando-se de câmaras espalhadas pela casa, cujas imagens encontram-se disponíveis na *internet* em tempo real. Ou, na vertente comercial das TVs abertas, programas de *reality shows*. Sobre a primeira, ele relata o seguinte exemplo:

Para lutar contra os fantasmas que pareciam persegui-la, uma americana de vinte e cinco anos, June Houston, acaba de instalar em sua residência catorze câmeras que controlam permanentemente os lugares estratégicos: sob a cama, no porão, diante da porta, etc.

Como cada uma dessas *live cams* deve transmitir *visões* num *site* da WEB, os visitantes que entram nesse *site* se tornam assim ‘vigias de espectros’ – *ghost watchers*.

⁶⁶ Grã-Bretanha usará satélite para combater crime. *BBC Brasil*, Brasília, 13 jul. 2004.

⁶⁷ CENEVIVA, Walter. Braceletes para esvaziar prisões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo: 13 set. 2003. Cotidiano.

⁶⁸ VIRÍLIO, op. cit., 1999, p. 61.

Uma janela de diálogo permite enviar pela Internet uma mensagem de alerta à jovem mulher caso um ‘ectoplasma’ qualquer venha a se manifestar.

‘É como se os internautas se tornassem vizinhos, testemunhas do que acontece comigo’, declara June Houston.⁶⁹

Percebe-se que a antiga cisão entre a vida pública e a privada, amplamente estudada por Richard Sennett, que foi realizada como forma de preservar a intimidade e confiná-la no núcleo familiar⁷⁰, cede espaço à superexposição da vida íntima. A existência privada é colocada à disposição de um contingente amplo de pessoas desconhecidas que, além de observar atitudes corriqueiras do dia-a-dia, podem dar as suas opiniões, fazer avaliações e participar da dinâmica da casa pela *internet*. Encontra-se aí uma forma de vigilância que não só é consentida e desejada como, para alguns de seus usuários, torna-se ainda um “divertimento”.⁷¹ Mas, também aqui, não é uma experiência da vida pública que se configura. A exposição da intimidade toma contornos espetaculares e, por isso mesmo, não necessariamente se reverte no encontro presencial e nos seus desdobramentos afetivos.

Cria-se assim uma espécie de proteção seletiva dos encontros ao mesmo tempo que se abre espaço para a proliferação de julgamentos e avaliações parciais, desconectados da experiência vivida. À medida que as possibilidades de contatos e conexões com diferentes realidades sociais crescem, assistimos também a uma diminuição dos encontros e a uma precarização da vida pública, na qual o sujeito comparece como um mero espectador, um observador e, em alguns casos, como um julgador. É claro que todo esse movimento ajuda a criar outras formas de expressão para os afetos e outras maneiras de se relacionar com o mundo, mas, sobre elas e sobre as suas repercussões para a existência ainda pouco sabemos.

E o uso da televigilância não se restringe a um contingente de pessoas que espontaneamente decide expor sua vida privada. Encontramos uma prática presente

⁶⁹ Id. Ibid.

⁷⁰ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁷¹ BENTES, Ivana. “1984” em 2003. *Folha de São Paulo*: São Paulo. 1º. jun. 2003. Caderno Mais.

principalmente nas instituições escolares e educacionais que se utiliza da aceleração e da inovação técnico-científica para oferecer serviços diferenciados a seus clientes. Um desses diferenciais consiste no uso de circuitos internos de câmeras que filham o cotidiano das crianças e cujas imagens podem ser acessadas pelos pais ou responsáveis *on line*, a qualquer momento, por meio de uma senha. Este é o caso de uma creche da cidade de São Paulo que foi veiculada na imprensa. Nela, “os pais recebem uma senha para ‘entrar’ no berçário na hora em que quiserem para vigiar o filho – e, por tabela, as demais crianças –, graças às oito câmeras espalhadas no local”.⁷² Ao adotar esse procedimento, todo o cuidado recebido pela criança por parte do profissional responsável pode ser monitorado pelos pais.

Segundo o depoimento de uma das mães que contrata os serviços da referida creche, “a necessidade de olhar pelo buraco da fechadura on-line não passa de curiosidade – e não desconfiança ou controle obsessivo”.⁷³ Podemos encontrar nesse depoimento uma das principais estratégias de efetuação dos dispositivos de controle que se utilizam da vigilância. Por meio dela, os usuários não reconhecem que sua ação é de policiamento. As justificativas utilizadas são de outra ordem e, de certa maneira, buscam manter uma distância em relação a esse papel. Opera-se assim a naturalização e a suavização das formas de controle à medida que a ação de vigiar já faz parte desse modo de subjetivação no qual o sujeito é incitado a olhar. E sua ação é justificada pela curiosidade, pela segurança, pelo medo de maus tratos ou mesmo por saudade.

A suavização e a naturalização da vigilância são ainda mais efetivas quando introduzidas desde cedo no processo educacional. Novas formas de controle podem ser encontradas nas políticas e nos programas institucionais de educação de crianças e jovens presentes nas escolas. Existe aí um campo amplamente difundido por meio do qual as crianças são educadas para atuar como vetores que promovem a

⁷² OLIVEIRA, Ana Paula de. Sorria, você está sendo vigiado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2003. Folha Equilíbrio.

⁷³ Id. Ibid.

vigilância sobre a forma de vida construída pelos adultos. Trata-se dos mais diferentes programas educacionais que vão desde a prevenção contra o uso de drogas, os cuidados com a saúde, a educação sexual até programas de educação para o trânsito.

Nesse sentido, vale ressaltar que a construção do modo de vida presente na família burguesa, centrada na figura da mãe como a responsável pela transmissão de valores para as crianças no interior do núcleo familiar, em certa medida, tornou-se obsoleta. A criança ganhou importância e passou a ser um agente estratégico de controle. Cada vez mais cedo ela começa a frequentar outros contextos sociais, como a escola ou a creche e, de certa maneira, vive um distanciamento maior da família. Assim, a criança acaba por receber dessas instituições, bem como das outras que lhe estão disponibilizadas (como a instituição médica, policial, religiosa, jurídica), toda uma série de valores que lhe dão condições de monitorar a vida dos pais. Elas tornam-se, dessa forma, vetores de controle que vigiam a existência dos adultos. E a sua preparação para exercer essa atividade vem de fora do núcleo familiar. Vemos as crianças sendo cada vez mais incitadas a exercer o papel de um pequeno julgador, um pequeno policial que aponta, corrige, avalia, denuncia e, por vezes, exige dos pais atitudes mais adequadas em relação àquilo que ela aprendeu como regra de conduta moral na escola.

À medida que, como vimos no Capítulo I, caem os muros institucionais, que ajudavam a circunscrever os limites de intervenção de cada instituição, aquela dimensão específica da existência, da qual cada uma delas se ocupava, se espalha e se generaliza no campo social. Juntamente com essa disseminação vemos crescer a dificuldade que algumas instituições começam a apresentar para lidar com esse novo cenário. Com isso, ambas as situações que vimos anteriormente – aquela que possibilita o acesso à imagem dos filhos pela *internet* e a entrada da escola no cotidiano dos pais por meio de valores e julgamentos vetorizados pelos filhos – possibilitam assinalar uma transformação sofrida na função que cada instituição assumia até então nas práticas educacionais. Nesse movimento, tanto a família quanto a escola encontram dificuldades para definir os limites de sua intervenção. E, no momento em que essa

dificuldade se evidencia, ambas explicitam à comunidade em geral sua inabilidade para lidar com as novas formas de subjetivação que se ensaiam já desde a infância.

Quando as intervenções conhecidas sofrem esse esgotamento, a fragilidade das instituições torna-se mais evidente e, em muitos casos, recorre-se à polícia na busca de soluções para problemas como drogas e violência. Tanto que, devido à crescente demanda dos últimos anos, muitos estados brasileiros oferecem um serviço específico de patrulha escolar.⁷⁴ O crescimento das solicitações por este tipo de intervenção retroalimenta ainda mais a lógica da vigilância. Família, escola e polícia formam dessa maneira um “continuum” gradual, no qual já não se sabe mais onde termina a intervenção de uma e começa a da outra. No entanto, uma mesma atividade faz-se presente em todas elas: a vigilância disseminada, dirigida para o fluxo de pessoas, para ações e objetos que, sob sua ótica, colocam em risco a manutenção da ordem estabelecida.

Em algumas escolas da cidade de São Paulo, as providências tomadas vão além da presença da polícia e envolvem a contratação de serviços de segurança prestados pela iniciativa privada. Estes se ocupam tanto da preservação do patrimônio e do espaço físico quanto da segurança dos alunos, pais e funcionários, viabilizando

[...] cuidados com a chegada e a saída dos estudantes, a instalação de câmeras de vídeo voltadas para a rua e a contratação de empresas de segurança para vigiar não só as entradas, mas também os quarteirões vizinhos. Algumas chegam até mesmo a ter sua frota de ônibus rastreada por satélite.⁷⁵

A abrangência da televigilância é crescente. E, como vimos até agora, ela não serve apenas para delatar suspeitos de algum crime, mas também para delatar amigos, conhecidos, familiares, trabalhadores ou pessoas anônimas com as quais não se tem nenhum tipo de vínculo. É ainda Virílio quem assinala:

Depois da delação verbal, do boato, do uso de informantes ou da espionagem tradicional, chegamos à fase da *delação óptica*; esse tempo real de uma grande óptica PANÓPTICA capaz não apenas

⁷⁴ Informações podem ser encontradas em <www8.pr.gov.br/portals/portal/patrulhaescolar/index.php>

⁷⁵ SILVA, Fábio Porto. Colégios viram abrigos antiviolência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2002.

de vigiar os movimentos *inimigos*, mas igualmente o dos amigos, graças ao controle da opinião pública.⁷⁶

Quando a vigilância se dissemina e passa a ser amplamente discutida pela opinião pública, as repercussões são ainda mais abrangentes visto que a solicitação por julgamentos generaliza-se rapidamente no campo social. E, nesse sentido, a mídia possui uma responsabilidade bastante ampla, pois, dependendo da maneira como veicula as notícias, é capaz de desencadear mudanças significativas para o cotidiano de indivíduos, de bairros, de classes profissionais, ou mesmo para a política de um país, controlando a imagem de autoridades, de pessoas comuns e de acontecimentos junto à população por meio dos julgamentos operados sobre os mesmos e que são veiculados em seus programas.

O monitoramento sobre a vida do outro torna-se ainda mais eficaz quando acrescido de uma tecnologia que possibilita a delação em tempo real. Nessa direção, vemos crescer a cada dia o uso generalizado de aparelhos celulares⁷⁷ entre os mais variados segmentos da sociedade que, em diferentes ocasiões, funciona como uma espécie de “coleira eletrônica”.⁷⁸ Este é utilizado como um outro instrumento auxiliar de controle que possui grande eficácia, pois pode ser acionado aleatoriamente, em qualquer tempo ou espaço, por qualquer pessoa. Tornando-se uma mercadoria cada vez mais acessível, os celulares são absorvidos por um leque de usuários diferenciados e múltiplos, fato que aponta para o potencial ilimitado presente nesta forma de controle. Trata-se de uma tecnologia que não pára de avançar e que, além da linguagem falada, incorpora também a linguagem escrita, a transmissão de imagens e, desde o ano de 2003 (no Brasil), o serviço de localização geográfica de seu portador, via satélite.⁷⁹ Com isso, “o celular ganhou mais funções, gerando maior demanda entre os usuários”.⁸⁰ Mas não se trata de simples demandas, pois a função que se atribui a essa

⁷⁶ VIRÍLIO, Paul. *Estratégia da decepção*. Tradução de Luciano Vieira Machado São Paulo: Estação Liberdade, 2000, p. 32.

⁷⁷ Segundo dados publicados no jorna Folha de São Paulo de 06/08/2003 o Brasil possui “35,9 milhões de aparelhos, dos quais 9,4 milhões estão no Estado de São Paulo”.

⁷⁸ DELEUZE, op. cit., 1992, p. 224.

⁷⁹ VARGA, László. Operadoras de celulares lançam serviço de localização por satélite. *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 26 jul. 2002. Folha Dinheiro.

⁸⁰ MOTOMURA, Marina. Celular é febre no Brasil e no exterior. *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 06 jul. 2003. Caderno Especial.

tecnologia é diversificada e abre espaço para a emergência de novos e inusitados procedimentos de controle ou formas de resistência a eles.

Os agentes que ajudam a compor esta rede fina de controle, ao contrário de serem incluídos por uma intervenção mais autoritária, vão aos poucos incorporando essa atividade por meio dos discursos, das práticas, do uso do olhar, das facilidades tecnológicas, da produção de novas leis e valores, atribuindo a esse conjunto de estratégias a crença de que elas são indispensáveis para garantir a sobrevivência. Deleuze já alertava:

Face às formas próximas de um controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente. A pesquisa sobre os ‘universais da comunicação’ tem razões de sobra para nos dar arrepios.⁸¹

Nessa dinâmica veloz de expansão das novas tecnologias de vigilância temos ainda aquela dimensão do controle que é realizada sem que os vigiados, ou seja, uma grande parte dos cidadãos, o saibam. Sobre isso, Danilo Zolo, referindo-se a Thomas Mathiesen, nos alerta: “estamos passando do Estado ‘pan-óptico’ ao Estado ‘sinóptico’, graças às imensas potencialidades de controle oferecidas pelas novas tecnologias e pelos bancos de dados eletrônicos que se constituem sem que os cidadãos saibam”.⁸² Diante desse estado sinóptico, ou seja, da capacidade de produzir sínteses rápidas, que promovem o processamento e o tratamento instantâneo de dados, ainda não temos uma noção, nem sequer aproximada, da potência de mudança que os processos de comunicação e informação têm colocado em curso.

Além disso, como consumidores ainda pouco familiarizados com essa potência tecnológica, fornecemos continuamente novos dados que, por sua vez, poderão ser utilizados para gerar ainda mais informações e novas possibilidades de expansão dos mercados. Atendo-se a isso, Laymert Garcia dos Santos diz: “Trata-se do cruzamento e processamento dos dados que cada um de nós gera ao entrar, sair e transitar nos diversos sistemas informatizados e nas diversas redes que compõem a vida

⁸¹ DELEUZE, op. cit., 1992, p. 216.

⁸² NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Tradução de Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 38.

social contemporânea”.⁸³ Quanto mais sofisticados e mais numerosos são esses instrumentos, maiores também são as possibilidades de cruzamento dos dados acumulados, fato que aumenta as alternativas de vigilância, abrindo um horizonte de possibilidades em grande parte ainda inexplorado.

Da mesma maneira como a televigilância se espalha pelo tecido social valendo-se de uma adesão significativa por parte da comunidade, vemos proliferar uma desconfiança generalizada entre a população que vai nas mais diferentes direções, englobando desde aquele sujeito que é aparentemente mais suspeito até aquele que é tido como correto em suas ações. Vive-se um estado de insegurança tal em que a confiabilidade e a consistência dos encontros são deixadas em suspenso, abrindo mais espaço para a emergência de uma desconfiança generalizada que, por sua vez, coloca o indivíduo permanentemente em alerta para os sinais de perigo. Com isso, aumenta também a necessidade de detectar onde está e como age o clandestino, o “fora da lei”, que não só desorganiza a passagem dos fluxos que circulam no campo social como promove circulações ilegais, valendo-se também dos dispositivos de controle.

Assim, vemos alastrar-se um grau de persecutoriedade tal que faz com que, na sociedade de controle, em diversas ocasiões, o cidadão tenha dificuldade de reconhecer e lidar com fatos que simplesmente acontecem ao acaso. Essa dificuldade guarda ressonâncias diretas com alguns valores apregoados pelo capitalismo tardio como, por exemplo, a necessidade de estar permanentemente atento aos diferentes sinais de perigo que possam colocar em risco a manutenção dos bens, a estabilidade profissional e a própria sobrevivência. O retraimento em relação ao desconhecido (avaliado como perigoso) toma dimensões tais que, para evitá-lo, são construídos pequenos mundos isolados ou pequenas fortalezas cercadas de muralhas protegidas por agentes especializados e tecnologias avançadas. Sobre essa vigilância localizada e participativa, Foucault alerta: “O controle contínuo dos indivíduos conduz a uma ampliação do saber sobre eles, que produz hábitos de vida refinados e superiores. Se o

⁸³ SANTOS, Laymert Garcia. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 136.

mundo está a ponto de se tornar uma espécie de prisão, é para satisfazer as exigências humanas”.⁸⁴

Neste cenário, onde tanto o sujeito quanto as instituições que até bem pouco tempo serviam como referência de sociabilidade e segurança encontram-se enfraquecidos, as sensações de solidão e impotência acabam sendo em larga medida inevitáveis, podendo aumentar a necessidade de adesão aos dispositivos de controle. Por outro lado, assim como cada um é convocado para ser um vigilante atento em tempo integral sobre a vida do outro, essa mesma atenção precisa estar permanentemente acionada para garantir um nível de proteção contra a delação de si próprio que pode ser operada por qualquer um. Virílio nos diz que a “revolução da informação revela-se como uma *delação sistemática* que provoca um fenômeno-pânico de boatos, suspeitas”.⁸⁵ E, nesse sentido, a seleção e até a inviabilização de certos encontros retroalimenta ainda mais a intolerância e a delação.

Esse estado de suspeita, acionado pela delação, faz-se presente, entre outros contextos, nas situações de trabalho. Sobre as maneiras de aumentar a visibilidade no contexto de trabalho, Sennett fala de um conceito que é muito utilizado pela arquitetura: a idéia de uma parede permeável.⁸⁶ Esta, além de romper as barreiras visuais com o espaço externo dos prédios, permite a supressão das paredes divisórias presentes no interior dos escritórios. Sennett relata que, segundo os arquitetos, a destruição das paredes: “melhora o desempenho dos escritórios, pois, quando as pessoas se encontram durante todo o dia expostas visualmente umas às outras, é menos provável que haja lugar para conversinhas e mexericos e mais provável que tenham uma atitude reservada”.⁸⁷ Diante de um clima de suspeita, acrescido de um espaço físico planejado de forma tal que incita a observação, ou seja, um espaço onde “todos estão se vigiando mutuamente”⁸⁸, o autor mostra que há uma diminuição nos contatos

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. “Conversações sem complexos com um filósofo que analisa as ‘Estruturas do Poder’”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 307.

⁸⁵ VIRÍLIO, op. cit., 1999, p. 106.

⁸⁶ Esta mesma noção está presente nas empresas que trabalham com alimentação cuja visão da cozinha é acessível aos clientes, conforme vimos no início deste capítulo.

⁸⁷ SENNETT, op. cit., p. 29.

⁸⁸ Id. Ibid.

sociais, de maneira que “o silêncio é a única forma de proteção”.⁸⁹ E, podemos dizer ainda que quanto mais se recorre a esta forma de proteção – o silêncio – mais se cria um distanciamento nos encontros, enfraquecendo assim as possibilidades de uma vida pública, compartilhada.

Até agora falamos de discursos e de imagens, mas o dispositivo de controle vigilante é bem mais amplo e múltiplo, envolvendo também aquilo que não necessariamente passa pelo discurso, ou seja, o não-dito. Claro que essa forma de controle é muito mais sutil, difícil de perceber e de descrever, mas nem por isso pouco conhecida, visto que é utilizada desde longo tempo. Trata-se de práticas cotidianas de controle quase invisíveis que atentam para o corpo do outro, para sua aparência, sua conduta. Elas são exercidas por um simples olhar, por um mínimo gesto ou por uma postura que serve para inibir ações, excluir pessoas indesejadas ou possibilitar a aproximação de outras, cobrar atitudes e posições certas, criar fronteiras entre os corpos e, em certos casos, garantir sua privatização.

Tal controle gera os mais diversos julgamentos morais que recaem sobre as sutilezas presentes no jeito de se portar, de falar, sobre os lugares que se frequenta, os amigos com os quais se convive, os valores que se compartilham, as decisões pessoais que se tomam, enfim, uma ampla variedade de situações cotidianas. Trata-se aqui de exercer uma forma diferenciada de poder, mais microsocial, íntima e de difícil percepção. Ou, em outras palavras, uma forma de ocupar-se da vida do outro, fazendo da avaliação moral um critério capaz de circunscrever um circuito privado de relações que rejeita ou tolera mal a presença de estranhos.

Pudemos acompanhar no decorrer deste capítulo um recorte descritivo das estratégias utilizadas para colocar em ação os dispositivos de controle que facilitam a vigilância e penetram nas dimensões mais cotidianas da existência. Juntamente com as invenções tecnológicas, podemos considerar que há uma produção de novos modos de subjetivação voltados para o controle que, em nosso tempo histórico, incorporam, de maneira desejante, as ações de delatar, monitorar, inspecionar, vigiar e avaliar a própria

⁸⁹ Id. Ibid.

vida, bem como a vida daqueles com os quais se convive. Com essas ações vemos proliferar também o medo, a insegurança, a sensação de impotência e a desconfiança, os quais atravessam, nos planos macro e microssociais, a vida mais íntima da população. As implicações desta produção serão discutidas posteriormente.

Por ora, vale ressaltar que, em larga medida, esse modo de subjetivação se afirma por meio da incitação, da estimulação e da adesão à vigilância nos mais variados contextos e com os mais diversos objetivos. É nessa direção que passaremos, no próximo capítulo, a analisar e descrever um outro feixe de linhas, denominado Controle-estimulação. E poderemos ver o quanto ele mantém uma conexão direta com a vigilância, numa vizinhança que torna difícil estabelecer uma fronteira, um limite entre eles.

CAPÍTULO III:

CONTROLE-ESTIMULAÇÃO

Se durante um breve passeio pelo centro de uma cidade qualquer voltarmos a atenção para os cartazes e *out-doors* que estão a nossa volta deparamo-nos com uma amostra dos mais variados convites para experimentar mercadorias e serviços. As campanhas publicitárias estimulam de tal maneira o consumo que fica quase impossível não percebê-las. Mas como elas conseguem estabelecer essa relação magnética que mobiliza o sonho e as aspirações de indivíduos tão diferentes? É justamente isso que buscaremos descrever neste capítulo que se ocupará de um outro feixe de linhas dos dispositivos de controle que atuam na contemporaneidade: o controle-estimulação.

Estamos diante de um segmento dos dispositivos que, em nosso entendimento, funciona ao ligar o sujeito a planos discursivos legitimados como verdadeiros os quais, por sua vez, ajudam a construir “modos de vida” que são sempre variáveis. Antes, porém, vale nos atermos, por um breve momento, ao modo como esses planos discursivos são engendrados no cotidiano e como eles produzem efeitos na vida da população.

Numa entrevista denominada “*Verdade e Poder*”, Foucault diz que cada “sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”.⁹⁰ Cada um desses

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. “Verdade e Poder”. In: *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996, p. 12.

discursos colabora para produzir alguns “efeitos de verdade”⁹¹ a partir dos quais o sujeito assume a tarefa de responder para si e para o outro “quem ele é”.

Nos dias de hoje, é possível observar que uma resposta recorrente para essa questão pode ser encontrada no crescente apelo ao consumo. É como se a posse de bens e de mercadorias ajudasse a dizer algo sobre o sujeito, ligando-o a uma referência identitária, circunscrevendo os espaços que ele pode ou não freqüentar, bem como definindo o *status* que ele ocupa perante os outros.

A busca de uma verdade sobre si, que seria supostamente alcançada pela aquisição das mercadorias ou pelo acesso aos serviços, envolve uma tarefa exaustiva e infinita visto que as ofertas são freqüentemente renovadas num mercado dinâmico que, a cada momento, promete algo novo. Nesse cenário, as mercadorias são projetadas para ser rapidamente substituídas por novos “produtos, modas mutáveis e inovações tecnológicas”.⁹²

Mas como isso funciona? Atualmente, colocar um produto em circulação no mercado não depende apenas da sua produção material. Toda uma série de outros investimentos é feita para que cada mercadoria seja eleita como “a preferida” pelo consumidor e, para isso, entra em cena a “indústria do *marketing*” que passou a ocupar papel central em nossa sociedade. Deleuze explica que hoje o capitalismo já não é mais “dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa”.⁹³ Diante desse deslocamento, a produção material não ocupa mais o centro das negociações financeiras. A ela foi acrescido todo um conjunto de novas atividades voltadas para pesquisa e análise de informações sobre a vida cotidiana, os costumes e as crenças dos consumidores. Isso pressupõe um outro tipo de trabalho, que é majoritariamente imaterial, pois ocupa-se o tempo todo da produção de imagens, signos e enunciados

⁹¹ Id. Ibid., p. 7.

⁹² LASCH, Christopher. *O Mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos de narcisismo*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987, p. 22.

⁹³ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34. 1992, p. 223-224.

que são extraídos da vida cotidiana dos consumidores e remetidos de volta a eles na forma de peças publicitárias.

Aprofundando-se nessa investigação, Maurizio Lazzarato esclarece que nesse novo cenário econômico as empresas têm se empenhado em “criar mundos”⁹⁴ que sirvam de suporte para a comercialização das mercadorias. A produção desses “mundos” não envolve uma atividade simples. Ela depende de uma ampla investigação sobre as formas de vida que são compartilhadas em um determinado contexto e principalmente sobre aquelas criações que acontecem no cotidiano e que têm por autores indivíduos ou grupos anônimos.

Como o sujeito se inscreve nesse empreendimento econômico? Ele participa ativamente da criação desses mundos e das mercadorias em seu próprio cotidiano a cada vez que atende às solicitações que lhe são feitas para expressar seus desejos, expectativas e frustrações. Diversos canais de comunicação, como por exemplo, o SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente), são disponibilizados para que o consumidor tenha acesso direto às empresas e, por intermédio deles, possa esclarecer suas dúvidas, fazer reclamações e dar sugestões. Na maioria dos casos, essas informações recebem um tratamento diferencial e são interpretadas como índice da adesão ou da rejeição do cliente à empresa e aos produtos por ela comercializados.

Deleuze é bastante incisivo quando considera que: “Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro”.⁹⁵ Diante disso, a expressão de desejos e de opiniões funciona como uma espécie de matéria-prima para quem se ocupa deles mercadologicamente, utilizando-os como referência para decidir o que produzir e como estimular o consumo.

Deparamo-nos então com uma produção complexa que é iniciada com as pesquisas, segue com as produções material e imaterial (agora indissociáveis) e culmina na adesão do consumidor ao produto e ao mundo que foi criado para facilitar a sua negociação. Assim, junto com as mercadorias são comercializadas também

⁹⁴ LAZZARATO, Maurizio. “Créer des mondes: capitalisme contemporain et guerres ‘esthétiques’”. In: *Multitudes 15* – Hiver, 2004.

“formas de vida” que veiculam aquilo que, segundo as opiniões coletadas junto aos clientes, é valorado positivamente como, por exemplo, as imagens de independência e liberdade, *glamour* e beleza, afetividade e emoções, vitórias e conquistas. Tais signos e imagens, justamente por seu caráter idealizado, são amplamente desejados nesse tempo histórico.

Percebe-se que todo um novo segmento do mercado se sobressai na economia capitalista e se efetua ao estimular o consumo de “modos de viver” e “estilos de vida” que são agregados às mercadorias. Guattari vai dizer então que atualmente o sujeito “*se encontra na posição de consumidor de subjetividade*. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade”.⁹⁶

Acreditando e apostando nesse novo consumidor, o *marketing* assumiu um lugar de destaque na economia capitalista. Analisar como ele vem participando da produção de subjetividades é de extrema importância para a compreensão do controle-estimulação. Atento a isso, Deleuze destaca que o “marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores”.⁹⁷ Senhores impudentes, pois tomam para si a autoria de criações que são coletivas visando exclusivamente o lucro das empresas. Durante o processo de produção das mercadorias e das campanhas publicitárias, o sujeito é praticamente expropriado de sua criação. Tanto que quando entra em contato com a mercadoria que, de diferentes maneiras também ajudou a dar forma, ele mostra-se surpreso com a “novidade” e tende a agir como um consumidor encantado.

É assim que o controle-estimulação pode ser compreendido. Ele aparece na forma de imperativos que se multiplicam a cada dia: “Consuma!”, “Acesse!”, “Coma!”, “Cuide-se!” Cada um desses enunciados só produz efeitos junto à população quando vêm acompanhados de uma promessa explícita ou implícita: “Ao fazer isso, sua vida será bem melhor!” Dessa maneira, estamos diante de um empreendimento complexo, realizado em grande parte pelo *marketing* e pelos meios de comunicação

⁹⁵ DELEUZE, op. cit., p. 217.

⁹⁶ GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes. 1996, p. 32.

que estimulam e ao mesmo tempo monitoram a participação do sujeito tanto na esfera da produção quanto na do consumo. Uma vez inserido nesse circuito (de produção e consumo) o sujeito tende a ocupar sua existência com atividades que reproduzem a lógica do capital: o acúmulo de bens e o acesso a certas comodidades.

Essa forma de controle funciona valendo-se de uma investigação minuciosa que percorre e incorpora em seus cálculos diferentes domínios da existência, que podem ir dos genes até o psiquismo. Pode-se dizer então que o controle-estimulação se articula na interface entre a produção de um discurso de verdade sobre si, a produção de mundos idealizados e a circulação de mercadorias.

Entretanto, o controle-estimulação amplamente veiculado pelos meios de comunicação e pela publicidade não se restringe a eles. Em larga medida, ele se desprende desses veículos e passou a circular em estado livre, ganhando voz na fala dos sujeitos. Com isso, cada um incita os demais, atuando no sentido de avaliar, estimular e até cobrar mais adesão ao consumo, fazendo cumprir aquilo que os imperativos ditam. Trata-se aqui de incitações com contornos mais sutis e microsociais que se difundem e atingem uma parcela expressiva da população.

Nesse cenário de consumo, Paulo Roberto de Carvalho afirma: “o capital passa a ocupar o *locus* da divindade. E isto não poderia ocorrer sem que ele, o capital, se revestisse de uma idealização. Nasce assim a mais nova divindade contemporânea”.⁹⁸ Esse novo “deus”, extraído da vida cotidiana sua potência de criação, faz dela uma fonte de riquezas que é sobrecodificada pelo capital. Assim, atualmente estamos diante de um sujeito que não é mais necessariamente marcado pela disciplina, mas pelos signos, imagens e imperativos publicitários por meio dos quais ele se inscreve no universo das mercadorias acreditando ser possível “comprar” afeto, bem-estar, auto-estima, respeitabilidade, enfim, atributos que em outros tempos históricos eram acessíveis por meios distintos como, por exemplo, os laços sociais.

⁹⁷ DELEUZE, op. cit., p. 224.

⁹⁸ CARVALHO, Paulo Roberto de. *O Tédio nosso de cada dia: uma abordagem parcial dos processos de subjetivação da contemporaneidade*. Tese de doutorado PUC/SP, 1998, p. 215.

É partindo dessa perspectiva que buscaremos descrever algumas situações cotidianas nas quais o controle-estimulação ganha maior visibilidade. Como as incitações se desdobram em diferentes direções, aqui serão abordadas parcialmente aquelas que se fazem presentes na sexualidade, na busca da beleza, na formação permanente para o trabalho, no turismo e na segurança. Mas vale ressaltar que tais descrições não esgotam a ação multifacetada deste feixe de linhas.

Primeiramente, vejamos como esse movimento acontece no que diz respeito ao corpo e ao sexo. Em uma entrevista denominada “*Poder – Corpo*”, Foucault dá um exemplo muito preciso da maneira como o controle e a vigilância sobre a sexualidade tornaram-se indissociáveis da intensificação dos desejos do sujeito sobre o seu próprio corpo. E é nessa análise que ele introduz a noção de um controle que de efetua por estimulação:

O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!’ A cada movimento de um dos dois adversários corresponde o movimento do outro.⁹⁹

Nessa nova economia, que busca transformar corpo e subjetividade num investimento rentável, o consumo já está tão naturalizado que pode ser considerado com mais um componente que se sobressai na construção dos modos de vida presentes no mundo ocidental.

Foucault mostra ainda que a sexualidade, desde há muito tempo, tem sido um dos campos privilegiados de uma intervenção orientada para a produção de diferentes saberes e padrões de normalidade a serem seguidos. Mas essa intervenção vai mais longe, adentrando também na esfera do consumo que, em nosso tempo

⁹⁹ FOUCAULT, Michel. “Poder – Corpo”. In: FOUCAULT, op. cit., p. 147.

histórico mais especificamente, procura ligar a sexualidade aos ideais de felicidade e de realização pessoal. Ele diz:

Mais do que essa incidência econômica, o que me parece essencial é a existência, em nossa época, de um discurso onde o sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma certa felicidade, estão ligados entre si. É o sexo, atualmente, que serve de suporte dessa velha forma, tão familiar e importante no Ocidente, a forma da pregação.¹⁰⁰

Tornando-se esta espécie de “pregação”, que ajuda a definir quais são os melhores caminhos a serem trilhados para elaborar um discurso de verdade sobre si e, desta forma, ver realizadas as promessas de felicidade por meio do sexo, o corpo fica muito suscetível para ser tratado como uma mercadoria que, enquanto tal, está sujeita a diferentes avaliações.

Diante de tais promessas a idealização da vida sexual atinge patamares por vezes inalcançáveis, abrindo espaço para a frustração e a decepção. A experimentação do próprio corpo e do corpo do outro acaba sendo atravessada por diferentes expectativas e, quando os encontros acontecem, a distância entre aquilo que se esperava e aquilo que o encontro possibilita de fato se mostra decepcionante.

Um indício desse processo pode ser encontrado nos resultados de uma recente pesquisa realizada pelo Núcleo de Sexualidade da Universidade de São Paulo sobre o início da vida sexual de jovens brasileiros. Concluem os pesquisadores: “58,6% dos rapazes se queixam de ejaculação precoce e problemas de ereção. O mesmo percentual de insatisfação (58,7%) é verificado entre as garotas, que citam a falta de orgasmo como o principal problema”.¹⁰¹ Os pesquisadores mostram ainda que a faixa etária por eles investigada (entre 18 e 25 anos) não comporta problemas de disfunção sexual de ordem física, sendo estes então, diagnosticados como problemas de “imaturidade emocional”.¹⁰² Aqui, recorre-se à própria subjetividade para explicar a

¹⁰⁰ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 13.

¹⁰¹ COLLUCCI, Cláudia. Início da vida sexual decepciona jovens. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 out. 2004. Cotidiano.

¹⁰² Id. *Ibid.*

insatisfação e a frustração em relação às promessas “de uma certa felicidade”¹⁰³ que não se confirmou.

Foucault questiona: “como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo?”¹⁰⁴ Quando a sexualidade deixa de ser investida nessa direção é o julgamento sobre a performance que ganha maior destaque. Pode-se dizer que esta tendência à avaliação, presa a padrões idealizados, não só dificulta como, em larga medida, inviabiliza a experimentação, a descoberta do corpo e a sua potencialidade para estabelecer conexões. Em uma conferência realizada em 1981, denominada “*Sexualidade e solidão*”, Foucault chegou a considerar que, a partir do cristianismo, a sexualidade se transformou no “sismógrafo de nossa subjetividade”.¹⁰⁵ E todo esse empreendimento, que vem se realizando há longa data, ajudou a aproximar cada vez mais sexo e verdade sobre si.

É nessa direção que os profissionais do *marketing*, muito bem informados sobre as aspirações e desejos da população (por intermédio de suas pesquisas), utilizam-se da sexualidade para atrair mais consumidores. Um exemplo disso é a proliferação de *sex-shops* nas grandes cidades brasileiras que conquistou um público bastante amplo nos últimos anos atendendo aos apelos comerciais (e mesmo médicos) sobre a necessidade de aumentar a emoção e o prazer dos encontros sexuais. O uso desses produtos tem gerado certas polêmicas principalmente no que se refere à busca individual do prazer. Tanto que recentemente foi criado um novo profissional nessa área, denominado “*personal sex trainer*”¹⁰⁶, cujo trabalho consiste em ofertar aulas de sensualidade para adultos insatisfeitos com seu desempenho sexual. No depoimento de uma professora da área, encontramos diversas considerações sobre os

¹⁰³ FOUCAULT, op. cit., 1988, p. 13.

¹⁰⁴ FOUCAULT, op. cit., 1996, p. 229.

¹⁰⁵ FOUCAULT, Michel. “Sexualidade e Solidão”. In: *Ditos e escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 96.

¹⁰⁶ YURI, Débora & SAMPAIO, Paulo. Acessório erótico ganha espaço e adeptas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 nov. 2004. Cotidiano.

encontros amorosos e a utilização de produtos eróticos. Ela relata, por exemplo, que as mulheres aderem ao uso do vibrador por vários motivos:

As que nunca tiveram orgasmo às vezes aprendem a conhecer o corpo e se satisfazem sozinhas. Algumas estão casadas há muitos anos e querem apimentar o relacionamento. Outras desconfiam que o marido tem amantes e querem se atualizar na cama. E tem também as sozinhas, que muitas vezes se entregaram totalmente ao trabalho, não têm parceiro e se esqueceram até como é. Compram para retomar a prática, antes de entrar no ‘mercado’.¹⁰⁷

Pode parecer uma simples brincadeira, mas a expressão “entrar no mercado” já é resultado de uma incitação sobre o sexo atravessada pelo crivo comercial. A busca pelo prazer, amplamente difundida nas novelas, revistas e filmes, passou a ser tratada como uma obrigação que, caso não seja atingida naquele padrão proposto, abre espaço para avaliações sobre a própria performance nas quais a mulher é tida como “inadequada, ultrapassada e reprimida”¹⁰⁸ e o homem como “inapto”.¹⁰⁹ E na dúvida, a mercadoria pode ganhar preferência diante do risco de frustração dos encontros. Aquilo que Foucault considerou como um novo investimento econômico sobre o corpo, ou seja, “Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!”¹¹⁰, serve agora como novo imperativo que incita a busca da suposta plenitude difundida, sob o risco de ser “enquadrado” como desviante.

Tais imperativos, que se multiplicam a cada dia, também não funcionam a partir da mera obediência. Ao contrário, seu funcionamento é muito mais complexo, capaz de acionar o desejo de alcançar aquilo que é prometido pela mídia e por suas campanhas publicitárias, estimulando o sujeito à adesão, à compra, ao acesso e, em certos casos, à obrigatoriedade do prazer. Nota-se que há todo um investimento para que o desejo seja atualizado na aquisição de mercadorias.

Com isso, o controle-estimulação que incide sobre a sexualidade se multiplica e toma outros contornos quando ajuda a definir quais são os “modelos de

¹⁰⁷ Id. Ibid.

¹⁰⁸ BURGIERMAN, DENIS Russo. *A Ciência do Sexo. Super Interessante*. São Paulo, Editora Abril, edição 189, jun. 2003, p. 40.

¹⁰⁹ Id. Ibid.

¹¹⁰ FOUCAULT, op. cit., 1996, p. 147

beleza” do corpo a serem perseguidos a qualquer custo, mesmo que para isso seja preciso correr riscos de morte ou se submeter a sacrifícios. Nesse universo, que gira em torno do padrão de beleza, encontramos corpos bem moldados para serem vistos, admirados e desejados por um contingente de outros corpos que não necessariamente são dotados de um material genético compatível com o ideal ou que, por vezes, não são capazes de aderir aos regimes austeros e medicamentos caros. Aqui, o discurso de verdade sobre o sujeito volta-se para a aparência do seu corpo que, uma vez exposto a olhares externos, encontra-se amplamente submetido a avaliações.

O culto do corpo belo, geralmente definido pela indústria da moda, é crescente e conta com a adesão de uma parcela significativa da sociedade, independentemente de sexo ou faixa etária. Com essa adesão, a proliferação dos produtos de beleza alcança patamares altíssimos tornando-se uma esfera do mercado em franca expansão.¹¹¹ A busca da beleza, que envolve um investimento financeiro além de muita disciplina, por vezes é apresentada ao público consumidor como sinônimo de amor próprio. O sujeito é estimulado a sentir prazer ao cuidar da própria beleza, revertendo-se esta atitude, supostamente, para o aumento da auto-estima e do autoconhecimento.

Quando a busca da beleza se torna uma atividade absorvida no cotidiano de diferentes classes sociais e passa a ser associada à auto-estima, esse segmento do mercado expande, investindo em pesquisas de novos produtos, novos serviços e principalmente em estratégias publicitárias capazes de conectar ainda mais os consumidores à busca do bem-estar e do prazer de cuidar de si.

Mas também a dor física se faz presente nesse empreendimento. A opção por cirurgias plásticas aumentou entre os brasileiros nos últimos anos, sendo um caminho bastante procurado, justamente por apresentar resultados mais imediatos. E essa preferência não envolve apenas um contingente de pessoas preocupadas com a passagem do tempo que já produz marcas em seus corpos e que, uma vez cientes de

¹¹¹ No Brasil a indústria de cosméticos está “avessa às crises econômicas, ela cresceu à taxa média de 6,5% nos últimos cinco anos. Seu faturamento saltou de R\$ 5,9 bilhões, em 1998, para R\$ 11 bilhões, em 2003”. Tempo de Vaidade. *Isto é*. São Paulo, Editora Três, 22 set. 2004.

que estão distantes do ideal, experimentam certo mal-estar. Segundo Oswaldo Saldanha, secretário-geral da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, a “quantidade de meninas que colocam próteses aumentou mais de 300% nos últimos dez anos”.¹¹² Diante da força com que os modelos de beleza são investidos, bem como dos avanços da medicina na área dos cosméticos, medicamentos e cirurgias plásticas, a insatisfação com o próprio corpo e as possibilidades de “corrigi-lo” abre espaço para um mercado promissor.¹¹³ Nesse caso, “corrigir” consiste em recorrer a intervenções médicas e cirúrgicas para ficar o mais próximo possível do padrão de beleza instituído, perseguindo exaustivamente a correção de detalhes anatômicos.

Vale destacar que se durante certo tempo o cuidado com a beleza tinha a preferência majoritária do público feminino, nos últimos anos ele foi estendido também aos homens que estão cada vez mais preocupados com a aparência. O mercado masculino, que primeiramente cresceu na direção das academias de ginástica e dos regimes, compartilha atualmente dos mesmos interesses presentes no universo feminino.¹¹⁴ A adesão à busca da beleza e ao consumo ganhou dimensões tais junto à população masculina que, em 1994, o jornalista inglês Mark Simpson criou o termo *metrossexual* para “descrever o heterossexual moderno e urbano, um sujeito tão ou mais vaidoso que as mulheres, que frequenta butiques, usa cremes e loções para pele, é refinado na cozinha e não se sente por fora em uma conversa sobre decoração de ambientes”.¹¹⁵

Aqui já é possível questionar quais componentes subjetivos são mobilizados quando o sujeito se inscreve desejantemente no universo das campanhas publicitárias. Uma resposta possível pode ser encontrada na expectativa, sempre renovada, de ter acesso ou de pertencer aos mundos criados e glamurizados pelo *marketing* que, sob essa ótica, abriria caminhos para sair da situação de exclusão e, sobretudo, para sair do anonimato. Os representantes midiáticos desses mundos são

¹¹² KORMANN, Alessandra. Meninas turbinadas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jul. 2004. Folha Teen.

¹¹³ “O Brasil já é o segundo país do mundo em número de cirurgias plásticas (atrás dos EUA), com 400 mil procedimentos realizados em 2003 (70% em mulheres)”. COLAVITTI, Fernanda. Beleza Revelada. *Galileu*. São Paulo, Editora Globo, n. 155, jun. 2004, p. 38.

¹¹⁴ “Desde 1999, cresceu seis vezes o número de homens que usam cosméticos no rosto. Aí incluídos hidratante, filtro solar, loções para pele sensível e barba cerrada”. Revista Isto é, op. cit., 22 set. 2004, p. 74.

geralmente as “celebridades”¹¹⁶ cuja vida privada é parcialmente exposta em revistas e programas televisivos que relatam sua ampla sociabilidade, sua vida amorosa, suas preferências de consumo e de entretenimento. Obviamente, aquelas dimensões da existência marcadas por conflitos, fracassos e crises são omitidas ou minimizadas pela mídia a fim de não atrapalhar a identificação do “fã” com o ideal. Nesse caso, pode-se dizer que a lembrança do caráter controverso da existência interfere negativamente na comercialização das mercadorias.

O desejo de ser incluído em um mundo que foi feito para poucos é sustentado pela crença de que, uma vez alcançado aquele padrão definido como belo, seria possível também experimentar os benefícios e prazeres que foram a ele agregados. Nesses mundos, dimensões da existência como a passagem do tempo, os conflitos e a morte simplesmente não encontram lugar de expressão. Podemos dizer, então, que qualquer propaganda que faça essa partilha moral-estética sobre a vida, desconsiderando a conflitualidade, a multiplicidade e a finitude que lhe são próprias, torna-se, em toda a sua extensão, necessariamente enganosa.

É interessante notar ainda que, mesmo instituindo um modelo de beleza específico – o corpo magro, alto, simétrico, claro – amplamente desejado por adolescentes, jovens e adultos, este biotipo guarda certo descompasso quando a discussão sobre a beleza se dá em outros contextos. E aí, são padrões de beleza distintos que se sobressaem. Entretanto, apesar das diferenças, é ainda o culto ao corpo em um determinado padrão que estimula a busca da beleza e o desejo de pertencer ao mundo que a acompanha.

E quando esses padrões são muito diferentes entre si, trava-se uma verdadeira “guerra estética”¹¹⁷ para ver qual dos mundos vai se sobrepor e se firmar

¹¹⁵ O Homem em nova pele. *Veja*. São Paulo, Editora Abril, edição 1822, n. 39, 1º out. 2003, p. 64.

¹¹⁶ COSTA, Jurandir Freire. *O Verstígio e a aura: Corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro. Ed. Garamond. 2004, p. 170.

¹¹⁷ Expressão utilizada por Maurizio Lazzarato para descrever as recentes estratégias utilizadas pelo *marketing* para criar “mundos *glamourizados*” a partir dos quais é possível colocar os produtos e os serviços em circulação no mercado. Primeiramente haveria a identificação do consumidor com esses mundos e somente depois o consumo propriamente dito das mercadorias ou dos serviços a eles associados. Portanto, a disputa não está centralizada nas mercadorias, mas nos mundos estéticos que a elas são agregados. In: LAZZARATO, op. cit.

como mais forte, ou seja, qual segmento do mercado será capaz de colocar os seus produtos majoritariamente em circulação, conquistando assim a preferência do público consumidor.

Tanto o controle-estimulação que incide sobre o sexo quanto aquele que ajuda a definir padrões de beleza, focalizando assim a aparência do corpo, contam com a intervenção de diferentes profissionais, cujo trabalho consiste em concretizar e acelerar essa captura. Os profissionais vão desde aqueles que se ocupam da produção publicitária como os fotógrafos, os diretores de arte, os consultores, os caça-talentos; mas envolvem também aqueles que são responsáveis por assessorar o trabalho de transformação do corpo como os *personal trainers*, estilistas, *personal styles*, esteticistas, nutricionistas e, principalmente, os profissionais ligados à medicina estética. De qualquer maneira, todo esse trabalho encontra repercussão na esfera social à medida que é difundido como um mundo que pode ser conquistado de acordo com a disponibilidade financeira e o segmento de mercado que está em jogo. Mas, independentemente disso, o que aquece essa adesão é a incitação de um desejo específico: o de ver realizadas as promessas de felicidade, de inclusão social e de aumento da auto-estima.

A busca pela “boa aparência” pode tomar contornos até mesmo persecutórios, pois a simples exposição do corpo no cotidiano é suficiente para mostrar se o indivíduo está dentro ou fora da moda. Assim, qualquer pessoa que compartilhe de tais valores é capaz de julgar aqueles com os quais convive, visto que a exposição é inevitável. A estimulação ao julgamento e à competitividade ganha dimensões ainda mais evidentes na contemporaneidade tanto na esfera individual quanto na coletiva.

É nesse sentido competitivo que as intervenções do controle-estimulação se desdobram para outras dimensões da existência como, por exemplo, o apelo constante por maior qualificação profissional, seja por meio de cursos superiores, seja por cursos de formação, de aperfeiçoamento e de pós-graduação. Nesse caso, a procura por uma verdade que fale sobre o sujeito manifesta-se em outro campo, ligado agora à profissionalização: o sujeito é aquilo que ele faz. Deleuze já nos alertava: “Nas

sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada”.¹¹⁸ A formação profissional hoje é algo que acompanha à risca essa dinâmica caracterizada pelo interminável. Com isso, a empresa tornou-se um prolongamento da escola e oferece ou, em alguns casos, chega a exigir de seus funcionários, a continuidade dos estudos em nome da melhoria na qualidade do serviço, tornando a formação profissional algo permanente.

Mas esse quadro não é prerrogativa do trabalhador que já encontrou uma colocação profissional. Também aqueles que estão fora do mercado podem aderir a este novo imperativo de consumo educacional. A competitividade e as taxas de desemprego podem ser consideradas como fomentadoras de tal adesão. As incertezas sobre a conquista e a manutenção da colocação profissional estimulam o sujeito a seguir em sua formação, ainda que uma análise mais cuidadosa mostre o quanto ela possa ser inútil para a atividade que está sendo realizada naquele momento. Entretanto, o raciocínio dominante salienta que não se pode “ficar parado” ou “andar para trás”, pois sempre há alguém mais qualificado “para tomar o seu lugar”. Esses enunciados mostram novamente o quanto o controle-estimulação, também neste campo, incita a comparação e difunde o medo da exclusão iminente.

A dificuldade para conquistar uma colocação profissional em nossos dias já se consolidou como uma preocupação significativa por parte da família. Muitos pais se esforçam no intuito de possibilitar aos filhos uma formação escolar por meio da qual sua entrada no mercado de trabalho seja facilitada. Mas, o que vemos configurar-se hoje envolve uma outra composição de forças, e a colocação profissional, em alguma medida facilitada pela posse de um curso superior, exige cada vez mais outros investimentos paralelos. Sobre isso Deleuze diz:

Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado –, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação

¹¹⁸ DELEUZE, op. cit., p. 221.

permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário.¹¹⁹

Escola e empresa aparecem implicadas com o mesmo objetivo que consiste em controlar a formação do trabalhador e/ou estudante e em dar-lhe direção, dentro e fora de sua jornada de trabalho e/ou estudo. É assim que os muros institucionais das escolas caem e suas atividades se espalham, fazendo-se presentes durante toda a existência.

Além disso, na condição seja de aluno ou seja de trabalhador, o sujeito encontra-se em contínuo processo de avaliação quanto ao seu desempenho, cujo resultado pode ser utilizado para definir progressões funcionais ou mesmo para decretar seu desligamento da empresa/escola. Aqui, o risco de perder o lugar conquistado é permanente fazendo do medo um forte componente que também atravessa essa esfera do controle.

Todo um trabalho publicitário é feito para que o sujeito se sinta especial ao freqüentar os cursos de formação, pois, neste caso, ele absorve a idéia de que foi capaz de deixar uma grande quantidade de concorrentes para trás, podendo assim experimentar a sensação de que tem algo a mais que os outros não possuem: a formação. Enunciados do tipo: “Seu futuro começa aqui!”; “Faça algo por você mesmo!”; “Aqui você é um vencedor!” veiculam a promessa de que os cursos técnicos ou universitários disponíveis no mercado são suficientes para garantir a entrada deste sujeito na área profissional da sua preferência, desconsiderando completamente as taxas de desemprego presentes em nosso contexto sócio-histórico.

Diante das exigências do mundo do trabalho e da formação, o tempo livre – dos finais de semana e das férias – torna-se algo raro e, por isso mesmo, constitui uma outra fonte importante de investimento. Nessa direção, novas estimulações aparecem e colocam o consumidor perante um amplo leque de opções ofertadas pela “indústria do turismo” que está cada vez mais especializada: turismo de evento, rural, urbano, litorâneo, nacional, internacional, selvagem, ecológico,

¹¹⁹ DELEUZE, op. cit., p. 216.

gastronômico, enfim, uma lista suficientemente ampla para agradar a distintos gostos. Os lugares são oferecidos como verdadeiros “paraísos na terra”, repletos de conforto e comodidade. O sujeito aparece aqui como alguém especial; afinal, depois de tanto trabalho, fica fácil absorver a estimulação que se faz presente no seguinte enunciado: “Você merece!”

Quanto mais disposição o turista tiver para conhecer as atrações da região onde se encontra, deixando que um profissional do turismo se responsabilize por administrar o seu tempo livre, maior o consumo e a circulação de dinheiro. E, caso não se tome certa precaução, a agenda de férias pode ficar tão cheia quanto aquela dos dias de trabalho.

Enredado num cotidiano no qual a estimulação se dissemina sobre diversos aspectos da vida, o sujeito, por vezes, se rende às chamadas publicitárias elaboradas a partir de uma investigação minuciosa sobre seus anseios. Multiplicam-se então as propostas: “Aqui você tem a sensação de que tudo é perfeito!”¹²⁰; “Deixe o mundo lá fora, mergulhe aqui!”¹²¹; “O lugar que você sempre sonhou!”¹²² ou “Aqui o seu único compromisso é não ter compromisso com nada!”¹²³, para ficar apenas em alguns exemplos. Todo um mundo de prazeres, dissociado do cotidiano de trabalho, é criado para que o usuário se sinta especial e principalmente merecedor dessas promessas.

Além de administrar o tempo livre do turista, este segmento de mercado ainda trabalha com a estimulação da qualidade de vida, ressaltando as condições naturais dos lugares (o ar puro, a proximidade de florestas, a presença do sol o ano todo), a alimentação saudável, os exercícios físicos e as possibilidades de novos encontros. Assim, a qualidade de vida torna-se, também ela, um investimento econômico, que pode ser acessado pela contratação de profissionais. Hotéis e *spas* oferecem serviços especializados na área da saúde como nutricionistas, fisioterapeutas, médicos ou *personal trainers* e professores de yoga que ajudam a aliviar o *stress* e as

¹²⁰ Guia Quatro Rodas: *Brasil – 2004*. São Paulo: Editora Abril, p. 814.

¹²¹ Id. *Ibid.*, p. 400.

¹²² Id. *Ibid.*, p. 816.

agitações da vida urbana (muitas vezes, como dito anteriormente, criando uma nova agenda de atividades).

Para que esses “paraísos” estejam ao alcance das mãos é necessário responder afirmativamente às estimulações, mas também atingir um patamar financeiro compatível com o investimento. No entanto, mesmo que não disponha de condições econômicas para aderir a esse tipo de consumo, ainda assim ele é amplamente estimulado. Deleuze chama a atenção para uma outra nuance da sociedade de controle: “O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado”.¹²⁴ Aquele sujeito tido como o “bom pagador”, que historicamente foi considerado como cliente privilegiado pelas empresas para realizar bons negócios, cede espaço para o homem endividado que, justamente por sua condição de subjugado no endividamento, torna-se, agora, um cliente preferencial. Empresas de crédito foram criadas exclusivamente para gerenciar as dívidas, fazendo das dificuldades de pagamento e das altas taxas de juros um empreendimento promissor. O envio de cartões de crédito não solicitados, a abertura de contas bancárias sem fiador, as amplas condições de pagamento são facilidades que atraem e incitam ainda mais a compra.

Trabalho, estudo e tempo livre voltado para o consumo ocupam boa parte da existência e são amplamente monitorados. E tudo isso aparece ao sujeito como um exercício por meio do qual ele é “livre” para agendar os seus compromissos, planejar suas compras e programar seu lazer. Entretanto, uma análise mais cuidadosa mostra que vida cotidiana está cada vez mais preenchida por atividades.

Isso se confirma quando atentamos para uma outra dimensão da existência na qual o controle-estimulação se faz presente: a busca pelo acúmulo e pela proteção dos bens materiais. Foucault faz a seguinte consideração sobre a vida contemporânea regida pela lógica do capital:

Hoje, as pessoas não são mais enquadradas pela miséria, mas pelo consumo. Tal como no século XIX, mesmo se é sob um outro modelo, elas continuam capturadas em um sistema de crédito que as obriga (se compraram uma casa, móveis...) a trabalhar todo o

¹²³ Id. *Ibid.*, p. 709.

¹²⁴ DELEUZE, *op. cit.*, p. 224.

santo dia, a fazer hora extra, a permanecer ligadas. A televisão oferece suas imagens como objetos de consumo.¹²⁵

A quantidade de trabalho realizada e o resultado financeiro obtido, uma vez revertidos em bens e patrimônios, acabam gerando paralelamente a necessidade de assegurar a posse dos mesmos, pois aí encontra-se investido o resultado conquistado pelo trabalho de toda uma existência.

Com isso, a gestão da vida privada, realizada sob o enfoque da segurança, torna-se um outro campo de investimento que fortalece os dispositivos de controle. Assim, vemos surgir todo um segmento de produtos e serviços voltados para estimular a proteção e que poderíamos denominar como a “indústria da segurança”. Esta também se utiliza de um componente de subjetivação já mencionado em outras descrições deste trabalho: o medo. Quanto mais o medo é incitado, maior a necessidade de monitoramento sobre as pessoas e os bens. E isso também pode aumentar o consumo de produtos e de serviços que supostamente garantiriam uma margem de segurança para a existência numa sociedade que se encontra insegura com a divulgação sistemática dos índices de violência. Os produtos e serviços são diversos e o leque de alternativas não cessa de crescer, como pudemos acompanhar no capítulo sobre vigilância disseminada.

Diz a gerente de análise de riscos de uma empresa nacional de seguros para veículos: “O produtos têm sido adaptados de acordo com a percepção de maior risco pela sociedade, em especial no que se refere à violência”.¹²⁶ Ao tornar o risco ainda mais visível e divulgar as chances que o indivíduo tem de recuperar um bem roubado ou de ser encontrado em caso de seqüestro, tanto o medo quanto a esperança nas promessas de segurança ajudam a aumentar a adesão dos clientes aos produtos.

Vale considerar que com a sofisticação e disseminação das campanhas publicitárias, o desejo de estar incluído no universo daqueles que possuem capital é mais e mais estimulado. Porém, quando esse acesso não está disponível para todos, as

¹²⁵ FOUCAULT, Michel. “Prisões e revoltas nas prisões”. In: *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 67.

diferenças se evidenciam podendo tomar configurações violentas. E, nesse cenário contemporâneo de mistura, Deleuze alerta:

É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas.¹²⁷

Nessa direção, cresce a preocupação com a vigilância sobre os acessos, a gestão tecnológica dos espaços, a ativação de mecanismos que controlam a passagem e a posição que cada indivíduo ocupa em áreas protegidas. Essa preocupação é incitada ainda mais pelas empresas da segurança que oferecem seus produtos e serviços para contornar os perigos decorrentes da proximidade com a diferença (traduzida como risco).

E faz parte do funcionamento desse dispositivo, que incita o medo em todas as direções, o anúncio das estratégias de segurança que estão sendo utilizadas em cada situação. Essa divulgação é compreendida pelas empresas como uma forma de dissuadir os futuros transgressores. Mas serve também como uma estratégia de *marketing* para divulgar as novas mercadorias e reforçar a necessidade de adesão a estes operadores de vigilância (equipamentos e agentes) por parte de quem deseja ver seus bens e sua vida preservados. Daí tornar-se tão corriqueiro, por exemplo, o uso de cartazes explicativos sobre o funcionamento de cofres, os avisos sobre a presença de alarmes e uma vigilância mais ostensiva.

Existe assim todo um caráter preventivo que ajuda a compor a estimulação no que diz respeito à segurança. Claro que toda a sua utilização aparece socialmente justificada e, de maneira geral, sua validade não é muito questionada. Mas faz-se necessário considerar a distância que se abre entre a eficiência desses operadores e as promessas de uma “segurança-total”¹²⁸ que são recorrentemente feitas pelo

¹²⁶ CORRÊA, Pedro. Aumento de violência alimenta negócios. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 jun. 2004. Caderno Especial.

¹²⁷ DELEUZE, op. cit., p. 224.

¹²⁸ WACQUANT, Loïc. *As Prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 13.

mercado. Tais promessas simplesmente não podem ser cumpridas, pois isso implicaria num controle absoluto sobre o acaso dos encontros.

Chegando ao final deste capítulo, pode-se perceber que cada uma das situações aqui descritas são atravessadas o tempo todo pelo consumo e pelo desejo manifesto de ter acesso àquilo que Deleuze chamou de “alegrias do Marketing”.¹²⁹ Neste contexto, não é preciso fazer grandes negócios que envolvam quantidades exorbitantes de dinheiro. Em grande parte dos casos, as pequenas compras são as mais estimuladas: “Está triste? Consuma!”

Algumas campanhas publicitárias são ainda mais diretas quando, para atrair novos compradores, recorrem a enunciados do tipo: “Você não vai resistir” ou “Você não pode perder esta oportunidade”. Nesses casos, a publicidade concebe um consumidor incapaz de fazer uma apreciação crítica dos produtos que lhe são apresentados. E essa avaliação, em alguma medida, acaba sendo absorvida por alguns consumidores. Tanto que, diante de tais apelos, torna-se comum o depoimento de pessoas que se definem como “dependentes” de certas mercadorias, afirmando que não conseguem “se controlar” quando estão diante delas.

Analisando o impacto da publicidade e do consumo sobre a subjetividade, Suely Rolnik destaca: “Os viciados nessa droga vivem dispostos a mitificar e consumir toda imagem que se apresente de forma minimamente sedutora, na esperança de assegurar seu reconhecimento em alguma órbita do mercado”.¹³⁰

Entretanto, cabe ainda questionar: se as promessas que são agregadas às mercadorias acabam sendo mais cedo ou mais tarde frustradas (visto serem construídas a partir de idealizações), como é que o apelo ao consumo persiste? O que nutre essa busca que, mesmo sendo enganosa e decepcionante, permanece forte? Sobre isso, Carvalho assinala que: “o dinheiro, este meio de acesso ao ‘mundo maravilhoso’ é também ele gerador de um tédio, de um cansaço que acompanha subsequente cada um dos ideais inatingíveis”.¹³¹

¹²⁹ DELEUZE, op. cit., p. 226.

¹³⁰ ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (org). *Cultura e Subjetividade: saberes nômade*. Campinas: Papirus Editora, 1997, p. 22.

¹³¹ CARVALHO, op. cit., p. 115-116.

Como há uma velocidade acelerada que fomenta a criação e a circulação de novas mercadorias – contando, para isso, com a participação do sujeito tanto na produção quanto no consumo –, o lugar das promessas, ainda que frustradas, é praticamente mantido inabalado, pois, quase que de imediato, surgem novas propostas ainda mais idealizadas que irão substituir as anteriores. Pode-se considerar que, em larga medida, é o próprio cansaço que mantém o sujeito capturado nessa procura infinita. Assim, ao invés da frustração quebrar o ciclo ela o retro-alimenta.

Naffah observa que “para manter a ilusão do prazer e da felicidade acessíveis, só mesmo o bombardeio diário da televisão”¹³² que incide não apenas sobre o tempo presente, mas também sobre um tempo que ainda está por vir. De maneira antecipatória, é o futuro que, em sua dimensão já representável, torna-se um alvo para ser explorado pelo mercado.

Mas isso já nos lança para o próximo capítulo que se ocupará de um outro feixe de linhas, denominado como “*Controle de riscos*”. Vale lembrar que os feixes de linhas analisados até agora (vigilância disseminada e controle-estimulação) se cruzam em vários momentos, pois os fluxos se conectam e os dispositivos se tornam cada vez mais modulados para acompanhar essas novas articulações. E esse mesmo movimento será encontrado nas descrições que se seguem.

¹³² NAFFAH NETO, Alfredo. “Violência e ressentimento: Psicanálise diante do niilismo contemporâneo”. In: CARDOSO, Irene & SILVEIRA, Paulo. *Utopia e mal-estar na cultura: perspectivas psicanalíticas*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 109.

CAPÍTULO IV: CONTROLE DE RISCOS

Seguros de vida, seguros de veículos, planos de saúde, planos de assistência jurídica e, quem diria, seguros de infidelidade conjugal. É isso mesmo. Ele foi inventado na Inglaterra e destina-se principalmente às viagens de cônjuges para grande parte dos países do mundo. Este mesmo seguro considera o Brasil como um destino que está na lista dos mais “perigosos”, ou seja, um país tropical no qual as pessoas ficam mais suscetíveis à traição, fato que coloca os preços do seguro para o

nosso país entre os mais caros.¹³³ Seja qual for o nicho de mercado para o qual os seguros são dirigidos, sua estratégia consiste em fazer previsões para tentar controlar aquilo que ainda pode estar por vir.

Por outro lado, engloba também investigações voltadas para o passado cujos resultados possam ser utilizados para esclarecer o presente ou projetar mudanças para o futuro. Estamos diante de uma nova fatia de mercado que difunde a idéia de uma “Vida sem imprevistos”.¹³⁴ Ela ocupa-se em fazer diagnósticos, pesquisar tendências e, principalmente, administrar os riscos que comprometam a continuidade da existência, das relações, dos projetos ou dos empreendimentos econômicos.

Portanto, entramos neste capítulo em uma dimensão dos dispositivos de controle que não visa o tempo presente como aqueles que foram anteriormente descritos. O controle por meio da vigilância disseminada e o controle-estimulação dependem em larga medida do presente para se efetuarem. Neles, o sujeito é convocado, com certa frequência, para avaliar as condições de vida que têm no momento histórico que está sendo vivido e atuar imediatamente, seja para participar da vigilância, seja para consumir modos de vida. Trata-se de intervenções cujo foco incide majoritariamente sobre o aqui e o agora. Já esta esfera dos dispositivos de controle se ocupa de uma investigação ampla que se estende também para o futuro e para o passado.

Começemos pela descrição de situações cujo foco está no futuro. Criar um intervalo entre a notícia (que pode ser antecipada) e um acontecimento propriamente dito é o que faz do controle sobre possíveis riscos um feixe de linhas complexo, muito desejado pela população e, ao mesmo tempo, um empreendimento promissor que favorece a emergência de uma nova fatia de mercado ocupada, agora, com a gestão privada de riscos. Pode-se dizer, então, que vivemos em um tempo

¹³³ CONY, Carlos Heitor. Seguro de infidelidade conjugal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 out. 2003. Ilustrada.

¹³⁴ Campanha publicitária utilizada nos anos de 2006 e 2007 por uma seguradora nacional disponível em <www.prevent.com.br>

histórico que cria continuamente condições tecnológicas, biológicas e científicas para facilitar diversas formas de controle sobre a existência.

Entretanto, neste caso, voltar a atenção para o futuro não envolve necessariamente a “ousadia de sustentar um espaço de abertura, de indeterminação, um pleno de possíveis”.¹³⁵ Trata-se de uma investigação minuciosa sobre as possibilidades de otimizar e estender a continuidade da existência, sem se ocupar com uma análise sobre o tipo de vida que aí está implicado.

Todo esse empreendimento conta com um campo de pesquisa tecnológica avançada e sofisticada que acelerou suas descobertas nas últimas décadas a partir do trabalho de profissionais qualificados em diferentes áreas. Entretanto, a atenção no futuro não é prerrogativa apenas de grandes cientistas. Ela também pode ser encontrada no cotidiano da vida da população de maneira bastante disseminada como veremos nas descrições deste capítulo.

Nos últimos anos, por exemplo, vimos crescer uma preocupação compartilhada com a nutrição que se manifestou nas mais diferentes classes socioeconômicas. Pesquisas sobre a ação dos alimentos no organismo foram ampliadas e encontraram respaldo de órgãos internacionais como a OMS (Organização Mundial da Saúde) que se empenha em disseminar os resultados dos diferentes estudos junto à população por meio de campanhas nacionais ou mundiais de esclarecimento sobre a eficiência da alimentação na prevenção de doenças.

No Brasil, as intervenções da OMS são constantes. Juntamente com o Ministério da Saúde, foi lançado em novembro de 2003, o denominado “Programa Global de Frutas e Vegetais”¹³⁶ cujo objetivo era chamar a atenção da população para as patologias decorrentes de uma alimentação inadequada, bem como para os benefícios orgânicos trazidos pela modificação dos hábitos alimentares. O objetivo desse tipo de iniciativa é combater, no presente, o consumo de alimentos que poderiam

¹³⁵ PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 88.

trazer problemas de saúde no futuro. Trata-se de um tipo de campanha estruturada sobre o eixo da prevenção de possíveis patologias. Tal iniciativa colabora para a construção um modo de existir considerado “saudável”.

Num movimento de adesão a população vai, aos poucos, se informando e se inscrevendo nas redes de controle sobre a saúde das mais variadas maneiras. Jurandir Freire Costa chama a atenção para esse interesse crescente pelo corpo quando relata:

Fatos anatomofisiológicos, antes relegados à esfera da competência médica, hoje fazem parte de discussões e comentários na linguagem cotidiana. Poucas coisas, atualmente, entusiasma tanto os indivíduos quanto discutir sobre taxas de colesterol, posturas anatomicamente corretas, sensações de bem-estar físico recém-descobertas ou alimentação saudável, livre de corantes químicos, agrotóxicos ou mutações transgênicas.¹³⁷

Percebe-se que o funcionamento sensorial e orgânico é freqüentemente avaliado com base nos conhecimentos difundidos sobre nutrição, fisiologia e outras áreas. A circulação desses saberes no cotidiano transforma cada sujeito num vetor de difusão. Podemos dizer, desde já, que esta linha dos dispositivos voltada para o controle de riscos focaliza-se principalmente na conservação do corpo e, por isso mesmo, a saúde é uma de suas principais áreas de pesquisa e intervenção. Nesse terreno, situações adversas não são simplesmente negadas ou descartadas por meio de pensamentos onipotentes do tipo “isso jamais acontecerá comigo”. Ao contrário, é justamente por tomar em consideração a presença iminente do risco, bem como a sensação de perigo e o medo dela decorrente, que a adesão aos programas preventivos torna-se tão forte.

Mas esse movimento faz com que uma outra faceta da onipotência em face do acaso tome forma: aquela por meio da qual se acredita que é possível manter a dimensão trágica da existência (ou seja, o fato de que a vida mantém-se numa

¹³⁶ BIANCARELLI, Aureliano. OMS lança cruzada mundial pelo consumo de fruta, verdura e legume. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2003. Cotidiano.

¹³⁷ COSTA, Jurandir Freire. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond: 2004, p. 78

vizinhança permanente com o imprevisível, a dor e a finitude), o mais distante possível, ampliando assim as expectativas por um controle que seja capaz de prolongar a existência e a juventude pelos cuidados com a saúde.

No caso específico da preocupação com os alimentos, a prevenção não se restringe às campanhas da OMS ou de órgãos públicos e científicos. Em certa medida, a saúde deixou de ser um campo ocupado majoritariamente pela área médica para tornar-se, também ela, um grande empreendimento econômico vetorizado pela mídia, pelas indústrias de medicamentos e por um contingente significativo de profissionais ligados à estética, à reabilitação e ao diagnóstico. E aqui pode-se notar que o controle de riscos se cruza com o controle-estimulação. Assim, o consumo de supermedicamentos e de alimentos ditos funcionais é amplamente estimulado na tentativa não só de conservar a saúde, mas também de aperfeiçoar o corpo, tornando-o mais ativo, mais excitável, resistente e mais próximo dos padrões de beleza vigentes. Ao que parece, está em curso uma busca pela intensificação da vida e do corpo diante da qual Virílio comenta:

[...] não queremos mais somente *viver melhor*, com o conforto e o consumo de bens ou de medicamentos, mas *viver mais fortemente*, desenvolver a intensidade nervosa da vida através da ingestão de produtos biotecnológicos que complementaríamos assim os alimentos e outros produtos químicos mais ou menos estimulantes.¹³⁸

Os estudos sobre a funcionalidade e a ação dos alimentos no organismo lidam o tempo todo com uma série de dados complexos cujos resultados são sempre parciais e transitórios, sendo possível falar apenas em tendências. Apesar disso, algumas informações, quando saem da esfera científica e passam a ser veiculadas pela mídia, ganham contornos bastante idealizados, “prometendo” cura, longevidade e juventude, supostamente alcançadas por meio de dietas alimentares. São as chamadas “dietas da moda”¹³⁹ que, uma vez divulgadas de maneira generalizada, deixam de ponderar sobre as diferenças presentes no metabolismo de cada organismo, sobre os

¹³⁸ VIRÍLIO, Paul. *A Arte do motor*. Tradução de Paulo Roberto Pires. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 107.

¹³⁹ Dieta e genética. *Revista Época*. São Paulo: Editora Globo. Edição 351, fev, 2005.

imprevistos ou a história genética do indivíduo, sendo, em grande parte, fadadas ao fracasso.

Apesar disso, a adesão a esse tipo de dieta é fortalecida quando os resultados das pesquisas são associados à comercialização de produtos ou serviços. E a demanda por esse tipo de informação é grande. No Brasil, boa parte das revistas de alta circulação (que tratam de assuntos variados) reservam, na programação de suas matérias, um espaço específico para falar de cuidados para com a saúde. Isso sem considerar aquelas que foram criadas especificamente para tratar de questões do corpo.¹⁴⁰

Cabe considerar que toda essa tentativa de controlar o futuro, por meio da previsão de riscos e dos cuidados com a saúde, não é novidade de nosso tempo histórico. Foucault, em seus estudos sobre o biopoder, já nos mostrava como a saúde tornou-se uma área estratégica de intervenção por parte do Estado. A dimensão política presente nessa prática governamental consistia em organizar programas orientados para fortalecer a saúde da população preparando-a para o trabalho e para a geração de riquezas. E para isso, o simples fato de existir, enquanto espécie viva, era suficiente para justificar diferentes medidas voltadas para conhecer, calcular e expandir as forças produtivas.

Ao transformar a vida da população em uma questão política, o poder estatal tomou para si as funções de geri-la e administra-la, mediante uma bio-regulamentação. Assim, as primeiras intervenções do biopoder aconteceram por meio de quantificações, estatísticas, registros e mensurações de dados sobre a saúde da coletividade. Pelo acúmulo de dados e pela análise dessas informações foi possível constatar que a população não era simplesmente uma massa inerte. Ao contrário, ela tinha características e regularidades próprias que, uma vez examinadas a partir de dados

¹⁴⁰ Revistas como Saúde, Boa Forma, Corpo são alguns exemplos.

precisos oriundos de pesquisas, tornava possível reunir subsídios para construir uma forma de governar voltada para o cuidado da saúde e o aumento da produtividade. Sobre isso Foucault assinala:

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra.¹⁴¹

Aos poucos, o biopoder foi sendo legitimado como um campo de saber capaz de produzir formas diferenciadas de controle sobre a vida da população investigada. As ciências da saúde e o poder político tornaram-se aliados nesse empreendimento que buscava construir uma nova maneira de governar. Portanto, nesse período, o biopoder teve toda uma configuração estatal. Construir mecanismos reguladores que garantissem a boa saúde da população significava, em termos econômicos, menor número de internações em hospitais, menor custo de administração da rede pública de saúde e menores prejuízos pela ausência no trabalho.

Obviamente, introduzir essa nova política de existência não foi uma tarefa simples, nem rápida. Para Foucault, todo esse conjunto de estratégias governamentais fez com que o homem ocidental aprendesse “pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo”.¹⁴² Essa aprendizagem configurou-se como condição indispensável para a instalação de uma gestão biopolítica. Assim, a disciplina (individual) e a regulamentação (populacional) inscreveram a vida humana num cálculo probabilístico voltado para o futuro, no qual a eliminação de riscos para a saúde servia como uma estratégia para garantir uma boa gestão orçamentária.

¹⁴¹ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade – Curso no Collège de France (1975 – 1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 302.

¹⁴² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza Costa de Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997, p. 134.

Pode-se dizer ainda que foi se estabelecendo aos poucos uma relação muito próxima entre o biopoder e a expansão do capitalismo como forma de organização socioeconômica. Sobre isso Foucault mostra:

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. [...] O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento.¹⁴³

Desde então, diversas transformações foram introduzidas nas estratégias utilizadas para governar a população. Assim, tornando-se cada vez mais sofisticado e agregando conhecimentos tecnológicos de diferentes áreas, o biopoder também se modificou e hoje permite realizar, de maneira mais freqüente e eficaz, o controle de riscos. Porém, em nossos dias as intervenções desse dispositivo já não se efetuam exclusivamente por meio do Estado. Houve aí uma ruptura pela qual o biopoder despreendeu-se de maneira significativa da gestão estatal, passando a ser operacionalizado também pela oferta de produtos e de serviços na esfera da iniciativa privada. Esta última ampliou o seu faturamento fazendo do próprio fato de viver e das possíveis transformações do corpo uma fonte para produção de riquezas.¹⁴⁴

É o caso da expansão da indústria farmacêutica que vimos acontecer nos últimos anos. Somando um faturamento de mais de quatrocentos e seis bilhões de dólares¹⁴⁵, esta fatia do mercado investe maciçamente em pesquisas que dão suporte para a comercialização de novos produtos voltados para a saúde. Paralelo a isso, o uso indiscriminado de medicamentos, sem qualquer acompanhamento médico, tornou-se uma prática comum no Brasil. Além de ser amplamente difundida entre a população brasileira, a automedicação conta ainda com as estratégias de comercialização presentes nas farmácias que se transformaram em grandes lojas de produtos de saúde, higiene e beleza. E elas ainda oferecem várias facilidades para estimular o consumo de

¹⁴³ Id. *Ibid.*, p. 132-133.

¹⁴⁴ LAZZARATO, Maurizio. *Le gouvernement par l'individualisation*. Multitudes 4 – mars, 2001.

¹⁴⁵ Segundo estimativa da revista inglesa Focus no ano de 2003. In: MORAES, Jomar. Viciados em remédios. *Super Interessante*. São Paulo, Editora Abril, Edição 185, fev. 2003, p. 44.

seus produtos: venda por telefone ou internet, com entrega rápida e pouca fiscalização sobre venda de medicamentos que só podem ser comercializados por meio de prescrições médicas. Vale dizer que a automedicação, de alguma forma, faz frente a uma dimensão do biopoder à medida que o sujeito dispensa a consulta ao especialista e adota um tratamento por conta própria ao considerar que sabe o que está acontecendo consigo.

Toda essa atenção à saúde¹⁴⁶ está envolta pela expectativa de que é possível conhecer antecipadamente o que está por vir para melhor programar-se e, quem sabe, prevenir-se. Quando esta tendência se associa à ânsia do mercado para colocar em circulação novas mercadorias e serviços capazes de gerar mais capital, as promessas se multiplicam. Entretanto, a preocupação com o corpo não vem se dando de uma maneira determinista como se uma instância “superior” obrigasse a população a aderir às suas convicções de consumo e a seus programas de saúde e bem-estar de maneira austera. Trata-se, outrossim, de intervenções bem mais sutis que, segundo Peter Pál Pelbart, envolvem um “conjunto vivo de estratégias”¹⁴⁷, sempre dinâmicas, mutáveis e principalmente construídas junto com a população a fim de consolidar a sua participação efetiva na busca de uma determinada forma de vida considerada saudável. Com isso, voltar os olhos para o futuro no intuito de preservar ao máximo a vida presente torna-se uma tarefa amplamente compartilhada e desejada pela população que passou a considerar o cuidado com a saúde uma necessidade vital.

É nesse contexto preventivo que se inscreve o “Programa Saúde da Família”¹⁴⁸ (PSF), criado pelo Ministério da Saúde e que passou a vigorar no Brasil a partir de 1994. Reeditando uma antiga prática do médico da família, ele ganhou

¹⁴⁶ Vale lembrar que nos estudos de Michel Foucault sobre a *História da Sexualidade* ele descreve que a preocupação com a dietética tinha uma grande importância para os gregos que despendiam horas do dia para realizar uma alimentação considerada adequada. Mas, nesse caso, a alimentação era uma maneira de cuidar da própria existência, ou seja, um cuidado de si que ajudava a construir uma estética da existência. O cuidar de si (do qual a dietética era apenas uma das dimensões) não era simplesmente uma ação individual, era também uma tarefa política que só se justificava à medida que se revertesse na melhoria da relação com o outro, ou seja, caso fosse possível conquistar, também por meio dela, um cuidado com o outro.

¹⁴⁷ PELBART, op. cit., p. 21.

¹⁴⁸ Diversas informações sobre este e outros programas de saúde desenvolvidos pelo Governo Federal podem ser encontrados no endereço <www.saude.gov.br>

novamente destaque em nossos dias. O programa conta com equipes de trabalho multidisciplinares formadas por médicos, enfermeiras, auxiliares de enfermagem e agentes de saúde encarregados de atender os bairros carentes das prefeituras que aderiram a essa iniciativa governamental. Por meio dele, é possível promover ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde da população, de maneira integral e contínua, fazendo com que a procura por hospitais seja reduzida ao mínimo possível e utilizada apenas em casos mais graves. As famílias são primeiramente cadastradas e posteriormente acompanhadas por uma equipe de profissionais. Nas chamadas “visitas domiciliares”, elas recebem uma espécie de “treinamento” que as capacita tanto para detectar patologias quanto para cuidar, elas mesmas, dos seus doentes à medida que passam a ter acesso a informações básicas sobre higiene e saúde.

Todo o processo é realizado pelos próprios moradores dos bairros que, ao aprender a detectar os sintomas e sinais de diferentes doenças, podem intervir e acionar os profissionais de saúde apenas em casos mais graves. Após a avaliação desses profissionais, a comunidade, agora informada, tem condições para tomar a frente do tratamento e do controle das doenças atuando preventivamente também junto aos demais moradores do bairro. A complexidade presente nesse tipo de programa é grande, pois, ao mesmo tempo que é possível construir, a partir dele, um saber compartilhado que capacita a população para cuidar de sua saúde, fortalecendo as relações sociais de uma comunidade, ele também coloca em funcionamento uma espécie de naturalização do biopoder tornando menos evidente sua dimensão policial. Por isso mesmo, Deleuze diz que as diversas reformas institucionais “puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos”.¹⁴⁹

Programas como esse contam ainda com a presença de uma forte “cultura médica” por meio da qual grande parte da população está sintonizada com as questões referentes à saúde e à doença, mantendo-se numa espécie de tratamento permanente realizado por meio de dietas, cuidados alimentares, exercícios físicos ou uso de medicamentos. É como se a lógica médica que circula no interior dos hospitais

¹⁴⁹ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 220.

atingisse também o seu exterior e atravessasse a vida por inteiro. Nesse movimento, o indivíduo acredita ser portador de um saber médico, difundindo novos imperativos como: “Mantenha a saúde”; “Viva mais e melhor”.

Tais imperativos podem ser encontrados também em algumas campanhas governamentais antitabagismo. Desde o ano de 2001, o Ministério da Saúde tornou obrigatórias, em embalagens de cigarro comercializadas no Brasil, fotos de pessoas que fumaram durante um tempo significativo de suas vidas e, em razão desse hábito, desenvolveram patologias graves.¹⁵⁰ Nesse caso, a estratégia consiste em fazer com que o consumidor esteja submetido constantemente às imagens daquilo que pode vir a ocorrer-lhe num tempo futuro pelo uso continuado da droga. Como os sintomas do tabagismo não são evidentes e nem imediatos, a utilização das imagens ajuda a promover uma espécie de “saída da ‘presença’, do ‘agora’”¹⁵¹ assintomático do fumante, para lançá-lo nas imagens que explicitam os diferentes danos que o hábito de fumar pode acarretar-lhe em um tempo que ainda está por vir.

Até aqui é perceptível o quanto o controle sobre possíveis riscos traz como eixo central a vida. E a cada novo avanço nas pesquisas científicas e tecnológicas é a própria noção de vida que se transforma. É o caso das polêmicas presentes na discussão sobre a eficiência ou os prejuízos causados pelo uso de vacinas para imunização populacional. Grande conquista para a humanidade¹⁵², as campanhas de vacinação ajudaram e ainda hoje são eficientes para preservar imunes populações inteiras que se encontram submetidas a riscos de contágios diversos. Seus resultados, mais que satisfatórios, incentivam não só os pesquisadores como também a comunidade em geral que aguarda soluções preventivas para algumas patologias que hoje sacrificam a vida de inúmeras pessoas.

¹⁵⁰ Disponível em <www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/040601_1.htm>

¹⁵¹ LEVI, Pierre. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34. 1999, p. 22.

¹⁵² A primeira vacina foi criada em 1796 pelo inglês Edward Jenne que imunizou uma criança de 8 anos contra varíola injetando secreções das fístulas de uma vaca contaminada, daí a expressão latina *materia vaccina*, ou seja, substância que vem da vaca. A partir dessa iniciativa, as pesquisas sobre a imunização da população não pararam mais, sendo o século vinte o que alcançou maiores resultados.

Imunizar é controlar uma doença específica que pode estar por vir. Entretanto, apesar dos ganhos obtidos por meio desta estratégia preventiva, as divergências conceituais entre os pesquisadores, que são favoráveis ou contrários ao uso de vacinas, estendem-se numa discussão bastante ampla, mas ainda pouco conhecida pela população.

A questão ganha um outro patamar de complexidade quando, para além da conservação do corpo vivo e imune a doenças contagiosas, começam a surgir estudos nos quais é a própria maneira de existir e de experimentar o mundo que passa a ser alvo de imunização. Uma recente descoberta científica chama a atenção por introduzir uma ruptura para com o que vinha sendo realizado até então nesta área. Trata-se de estudos realizados por britânicos que “dizem ter criado vacina contra a cocaína”.¹⁵³ Essa pesquisa¹⁵⁴ apresenta dados sobre a descoberta de um preparado, chamado TA-CD, que atua sobre os efeitos da cocaína no organismo. Segundo os pesquisadores, a “vacina não corta a vontade de consumir cocaína, mas impede os usuários de experimentar os efeitos da substância no cérebro”.¹⁵⁵ Neste caso, já não se trata apenas de recorrer ao uso de vacinas para prolongar a vida, evitando patologias mortíferas. A intervenção é muito mais complexa e envolve um processo cujas repercussões vão além do funcionamento orgânico, visto que interdita, na história futura do sujeito, todo um conjunto de experiências.

Uma vez que o usuário de drogas tenha sido classificado como um doente que demanda tratamento específico, a justiça, que até então se ocupava quase que exclusivamente do uso de drogas, discutindo esta questão no âmbito da legalidade ou da ilegalidade, passou a compartilhar suas responsabilidades e decisões também com o meio médico. Este, por outras vias, estabeleceu novas formas de controle sobre o modo de vida dos usuários. Quando a problemática do uso de drogas migra para a área médica, as intervenções tendem a ser absorvidas de maneira muito mais rápida, pois

¹⁵³ Britânicos dizem ter criado vacina contra a cocaína. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2004.

¹⁵⁴ Apresentada por ocasião da 66ª. Reunião Científica Anual do Conselho sobre Problemas da Dependência de Drogas, que ocorreu em Porto Rico durante o ano de 2004.

¹⁵⁵ *Folha de S. Paulo*, op. cit., 15 Jun. 2004.

aparecem socialmente justificadas como procedimentos aliados da conservação da vida.

Alguns pesquisadores já começam a falar até mesmo sobre os benefícios que o uso das vacinas antidrogas poderiam trazer para crianças. Novamente é o controle sobre o futuro que está em foco. E, nesse caso, pode vir a ser atribuída aos pais ou ao médico a decisão sobre a imunização da criança no que diz respeito às drogas. Entretanto, esse tipo de controle nos coloca diante de novos impasses éticos: é legítimo que, em nome da saúde e da segurança, seja interdito a um sujeito qualquer tipo de experimentação futura?

Ainda sobre as investigações que incidem sobre o corpo, vemos que os avanços da medicina e a utilização da tecnologia facilitam a produção de diagnósticos e intervenções com alta precisão. Assim, fica cada vez mais possível manter vivo um corpo por mais debilitado ou suscetível que ele esteja às adversidades do ambiente onde se encontra. Mas não é somente a eficiência desses aparelhos que sustentam a tendência em manter o corpo vivo. A própria população está cada vez mais bem informada sobre os avanços da medicina e tem condições de acompanhar as suas últimas descobertas.

Uma visita a um centro cirúrgico ou a uma UTI (Unidade de Terapia Intensiva) modernos e bem equipados nos dá a dimensão de como a tecnologia pode funcionar a serviço da manutenção da existência. Neles, grande parte das funções vitais e dos fluxos corporais são monitorados por meio de equipamentos sofisticados. E, caso ocorra algum tipo de imprevisto no decorrer de cirurgias ou durante o tempo em que o paciente estiver internado em uma UTI, as possibilidades de intervenção são diversas, aumentando as chances de manter o corpo vivo. Com isso, algumas decisões sobre a continuidade da vida que outrora não possibilitavam nenhum tipo de intervenção por parte do homem agora, com os avanços da tecnologia, passam a ser colocadas.

Ressonâncias magnéticas, tomografias computadorizadas, ultrasonografias de alta precisão são alguns exames que permitem à medicina fazer ver

dimensões do corpo até então impossíveis de serem investigadas, aumentando a necessidade de decisão sobre o uso de tratamentos e de procedimentos médicos. Virílio nos chama a atenção para uma mudança de perspectiva que ocorreu nas pesquisas atuais. Ele diz: “hoje, o *lugar das técnicas de ponta* não é mais tanto o ilimitado do infinitamente grande de um ambiente planetário ou espacial, mas o do infinitamente pequeno de nossas vísceras, das células que compõem a matéria viva de nossos órgãos”.¹⁵⁶ Trata-se da disponibilização de equipamentos que possibilitam um controle minucioso sobre a presença dos menores fluxos que atravessam o organismo.

Como as pesquisas científicas se debruçam sobre as ínfimas partes do corpo, uma outra configuração do controle sobre riscos toma forma então. Ainda no universo médico-tecnológico, a segunda metade do século XX vivenciou um grande salto nas descobertas sobre o DNA e o código genético. Nesse setor, avançam as pesquisas da engenharia genética e suas possibilidades de antecipação de diagnósticos que podem ser seguidos de tratamentos mais adequados que amenizariam os efeitos de futuras doenças ou que poderiam, em alguns casos, evitar a sua ocorrência.

Entretanto, como dissemos no início, a investigação sobre possíveis riscos não se limita apenas ao futuro, podendo estender-se também para acontecimentos passados, que ainda guardam informações importantes, porém desconhecidas, referentes à história do sujeito. As pesquisas sobre o DNA têm gerado uma série de novos dados sobre fatos que já aconteceram mas que, até o momento, não puderam ser esclarecidos. É o caso, por exemplo, de dúvidas sobre paternidade. A partir da investigação de dados históricos e da análise de materiais genéticos é possível identificar, com uma ampla margem de segurança, um pai biológico.¹⁵⁷ Nesses casos, o corpo ganhou mais visibilidade e passou a depor, ele mesmo, sobre os acontecimentos do passado com vistas a produzir efeitos no presente e no futuro.

Essa tecnologia, apesar de sofisticada, não é restrita apenas àquela parcela da população seleta que teria acesso informacional e financeiro ao exame.

¹⁵⁶ VIRÍLIO, op. cit., p. 91.

¹⁵⁷ Os testes de reconhecimento de paternidade por intermédio do DNA foram viabilizados no Brasil no final da década de oitenta.

Atualmente os testes de DNA estão mais popularizados do que se pensa. Alguns programas de TVs abertas se ocupam precisamente em vasculhar a vida de pessoas famosas para encontrar algum fato que ocorreu no passado (como, por exemplo, uma aventura amorosa que resultou no nascimento de um filho) e que agora passa a ser exposto e polemizado junto aos expectadores. Nesse caso, os programas¹⁵⁸ fazem uma série de pressões, juntamente com a opinião pública, para que os testes sejam realizados, difundindo entre a população (independentemente de suas condições socioeconômicas) o conhecimento sobre a existência e a eficiência dessa tecnologia.

Mas essas investigações são extensivas também a pessoas desconhecidas. Nesse caso, as emissoras assumem todas as despesas com os testes e buscam, com isso, atingir um aumento nos seus índices de audiência. Assim, o acesso à informação e mesmo ao teste propriamente dito são facilitados por diferentes vias.

Os exames de DNA abrem ainda outras possibilidades de investigação sobre acontecimentos passados. Tais testes também estão sendo utilizados em investigações policiais para verificar a participação de suspeitos em crimes cuja autoria ainda não foi esclarecida. Aqui, os menores vestígios do corpo do suspeito são utilizados como provas. Trata-se de amostras de sangue, material orgânico (como cabelos, pelos, saliva, sêmem e pele) além de impressões digitais, que porventura tenham ficado no local do crime. Assim, as pesquisas sobre o DNA e a operacionalização de seus resultados representam um avanço tecnológico indispensável para a aceleração e conclusão de inquéritos judiciais.¹⁵⁹ Nesse caso, também é possível notar que o controle de riscos mantém uma articulação direta com a vigilância disseminada, numa aliança que favorece cada vez mais a ação do poder policial.

À medida que esse tipo de controle conta com a participação efetiva da população, que passa a considerar essas estratégias indispensáveis para a manutenção da existência, fica mais difícil acolher os limites e a finitude que são próprios da vida.

¹⁵⁸ São programas como: “Ratinho”, “Sônia e você”, “Leão” que veiculam “fococas de vida e de bastidores”.

¹⁵⁹ No estado do Rio de Janeiro começou a funcionar, desde janeiro de 2005, um laboratório de análise de material genético, administrado pelo Governo Federal, com o intuito de agilizar os exames, torná-los mais acessíveis à população carente e diminuir o tempo utilizado na conclusão de inquéritos judiciais.

Mas, a questão torna-se ainda mais difícil quando é a própria vida que fica reduzida a um mínimo de experimentação com o objetivo de ser conservada por mais tempo. Corre-se um outro tipo de risco aqui: o de que a vida, no sentido de variação, intensificação e devir, seja impossibilitada em nome da conservação. A gestão dos riscos ganha importância tal que, na proximidade com os limites e com a morte, estes são tidos como inaceitáveis e precisam ser amplamente combatidos.

Entretanto, intervir técnica, tecnológica e cientificamente para fazer com que a vida tenha uma duração cada vez maior abre espaço para um questionamento: Afinal, de qual vida estamos falando? Chegamos assim a um dos campos mais complexos do biopoder que envolve uma discussão tensionada e praticamente impossível de ser concluída: o limite entre a vida e a morte. Num tempo histórico no qual a conservação e o aprimoramento da existência estão no centro da governabilidade, da economia, das pesquisas científicas, bem como das expectativas da população, fica complicado lidar com aquela parcela de sujeitos cujo sofrimento físico se sobrepõe ao sentido de continuar vivo e para os quais a morte passa a ser a saída desejada. A eutanásia é considerada um crime na maior parte dos países do mundo. Além de ser polêmica, a discussão sobre a sua prática é rodeada por um silêncio difícil de ser quebrado tanto nos meios médico e jurídico quanto junto à opinião pública.

A Holanda foi o primeiro país do mundo a legalizar a eutanásia¹⁶⁰ no ano de 2001. Uma das preocupações levantadas sobre esta prática na época era que ela chamasse a atenção do resto do mundo a ponto de provocar um efeito de “turismo da morte”, atraindo para esse país um grande número de doentes terminais que quisessem acelerar a própria morte de uma maneira legal e assistida.

O fato de esta discussão ser tão evitada aponta para a dificuldade, própria da contemporaneidade, em lidar com a autonomia do sujeito levada às últimas conseqüências, ou seja, a decisão por extinguir-se. Digo da contemporaneidade, pois é nesse tempo histórico que as possibilidades de manter um corpo vivo por maior tempo

¹⁶⁰ Pioneirismo contestado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 2001. Folha Mundo.

vêm sendo significativamente ampliadas.¹⁶¹ Em nome da continuidade da vida (que, na maior parte dos casos, acaba sendo decidida por outrem: profissionais de saúde, juristas ou mesmo a opinião pública) o exercício do controle de riscos torna-se mais recorrente. Diversas vidas são mantidas com o auxílio de máquinas, procedimentos médicos e medicamentos que adiam a morte. Sem eles a existência não se sustentaria por si só. Sobre isso, Norbert Elias questiona:

O que fazer se sabemos que uma pessoa preferiria morrer em casa a morrer no hospital, e se também sabemos que em casa ela morrerá mais rapidamente? Mas talvez seja exatamente isso o que ela quer. Talvez não seja supérfluo dizer que o cuidado com as pessoas às vezes fica muito defasado em relação ao cuidado com seus órgãos.¹⁶²

No Brasil, as discussões sobre a manutenção do corpo vivo, ainda que em sofrimento, ou sobre a morte cerebral encontram-se, no que diz respeito à legalidade, praticamente estacionadas.¹⁶³ Apesar disso, já é possível encontrar depoimentos de médicos relatando que a eutanásia é uma prática mais comum do que se pensa nas UTIs de hospitais brasileiros.¹⁶⁴

Pode-se dizer, então, que a opção autônoma pela própria morte faz frente ao biopoder. E, segundo Foucault, numa organização biopolítica a morte é “o momento em que o indivíduo escapa a qualquer poder”.¹⁶⁵ Assim, desejar o próprio extermínio pode configurar-se como uma forma de resistência ao forte imperativo “fazer viver” que, como vimos no início do capítulo, está cada vez mais difundido em nosso tempo histórico.

¹⁶¹ Em 1900 um recém nascido no Brasil atingiria no máximo 33 anos. Hoje, esta média aumentou para 68 anos de acordo com as pesquisas do último senso do IBGE.

¹⁶² ELIAS, Norbert. *A Solidão dos moribundos*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 103.

¹⁶³ Em 1996 foi elaborado um projeto de lei no Senado Federal. Este projeto chegou a ser debatido, mas com o passar do tempo, a proposta perdeu a validade. No estado de São Paulo existe uma lei que garante ao paciente a decisão sobre a continuidade ou não de tratamentos dolorosos bem como a decisão sobre o local onde deseja morrer: permanecer hospitalizado ou ir para casa. Recentemente o caso da americana Terri Schiavo (2005) mobilizou discussões na mídia sobre a eutanásia que alcançaram uma amplitude mundial. Mas, após sua morte, a discussão perdeu espaço.

¹⁶⁴ COLLUCCI, Cláudia; LEITE, Fabiane; GOIS, Antônio. Médicos revelam que eutanásia é prática habitual em UTIs do país. *Folha de S. Paulo*, São Paulo 20 fev. 2005. Cotidiano.

¹⁶⁵ FOUCAULT, op. cit., 1999, p. 296.

A situação fica ainda mais delicada quando toda essa dimensão médica é atravessada por investimentos financeiros que consideram a comercialização da continuidade da existência um negócio promissor. Sob essa perspectiva, que trata a vida como uma fonte de investimento financeiro, o corpo pode ser patenteado (como, por exemplo, o código genético) ou administrado (pelos planos de saúde e seguros de vida).

Entretanto, certos tratamentos não são acessíveis a toda e qualquer pessoa. Em larga medida, somente aqueles que possuem condições financeiras compatíveis com os custos têm acesso a esse serviço. Trata-se de prolongar a vida de alguns que são financeiramente selecionados e que, dessa forma, têm acesso aos tratamentos e podem ser mantidos vivos a qualquer custo. Sant'Anna considera:

Transformados em equivalentes gerais de riqueza, células, órgãos, genes, embriões, corpos humanos e não humanos geram lucros exorbitantes quando servem ao utilitarismo biotecnológico, segundo o qual tudo deve convergir rumo ao sacrossanto mercado.¹⁶⁶

Sabe-se que o objetivo central do capitalismo envolve a produção e o acúmulo de riqueza. Se o cuidado com a saúde nesse tempo histórico se configura como um campo promissor para que esse objetivo seja alcançado, também aí sua atuação é expandida.

Trata-se de um cenário complexo, que produz novas possibilidades de exploração econômica da vida e, ao mesmo tempo, amplia o leque de recursos e de conhecimentos voltados para a diminuição do sofrimento humano. E esta mesma tendência abriu espaço para novas conquistas e experimentações que, por sua vez, lançaram o homem na “aventura de autocriação que sustenta a nossa espécie”.¹⁶⁷ O corpo, que aos poucos pode ser visualizado e examinado em dimensões outrora imperceptíveis, tendo seus diferentes fluxos rastreados e, em alguma medida, controlados, é cada vez mais reconhecido como uma matéria viva e dinâmica que pode

¹⁶⁶ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de Passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 81.

¹⁶⁷ LEVI, op. cit., p. 27.

vir a ser reinventada e transformada com o auxílio de máquinas, próteses, transplantes e pela reprodução das suas células (como nas pesquisas sobre células tronco). De qualquer maneira, é possível dizer que a diversidade de pesquisas e intervenções que objetivam sofisticar e fazer avançar o controle de riscos nos remete a uma capacidade quase inesgotável de invenção e de exploração do corpo humano em relação aos múltiplos sinais por ele emitidos.

Ainda no que diz respeito às pesquisas médicas é importante considerar que as formas de controle aí engendradas incidem sobre os fluxos que já são minimamente conhecidos, ou seja, sobre aquelas moléculas, células, vírus, substâncias químicas específicas que já foram detectadas, examinadas e categorizadas pelos cientistas. Assim, ao solicitar um dado exame como procedimento investigativo, o médico já sabe o que procura para confirmar ou refutar um diagnóstico. Mas o corpo, como uma matéria viva e mutável, comporta dimensões que escapam a esse esquadramento. Precisamente essa dimensão desconhecida faz com que as pesquisas avancem pois há sempre algo que foge a um poder representativo e, portanto, a seu controle, abrindo espaço para novas pesquisas e descobertas.

Arcar com o novo, na ciência, é estar atento àquilo que emerge como estranho num campo parcialmente codificado. Assim, o desconhecimento e a indeterminação garantem o contato do pesquisador com aquelas combinatórias cegas e aleatórias que perturbam os sistemas já conhecidos. Isso exigirá do cientista um trabalho minucioso de atenção aos sinais do organismo que o obriga a pensar e a problematizar sobre aqueles fluxos que desviam e fogem à estrutura. A ciência trabalha na vizinhança dos devires do corpo e, portanto, junto à radical complexidade da vida. Sobre isso, Sant'Anna considera ainda a necessidade de reconhecer “que o corpo não cessa de ser redescoberto, ao mesmo tempo em que nunca é totalmente revelado”.¹⁶⁸

Mas existem ainda aquelas dimensões do controle de riscos que não passam pelo corpo e que, portanto, não podem ser identificadas exclusivamente com o

¹⁶⁸ SANT'ANNA, op. cit., p. 79.

biopoder. Nesse campo está situada toda a área econômica e a sua busca constante pela manutenção e crescimento dos bens.

Esse tipo de controle está presente principalmente nos serviços prestados por seguradoras. Nesse caso, prevalece a lógica da equivalência geral, ou seja, o foco não está em eliminar o risco mas em identificá-lo, categorizá-lo, mensurá-lo e definir parâmetros para compensá-lo economicamente. Os serviços prestados por uma seguradora são oferecidos apenas para aqueles que compartilham a idéia de que o risco faz parte do cotidiano e, por isso mesmo, estão dispostos a realizar uma espécie de “aposta” nele.

Quando uma pessoa opta por fazer um seguro para seu veículo, por exemplo, ela já está considerando a possibilidade do roubo ou do dano que este ou uma terceira pessoa envolvida na situação poderá vir a sofrer. O denominado “manual do segurado”, que é distribuído aos clientes no ato do contrato, traz um amplo estudo sobre os riscos e as coberturas oferecidas, esclarecendo ao consumidor a abrangência do serviço que foi contratado e as providências a serem tomadas nas diferentes situações. É interessante notar nesses manuais o grande esforço, por parte das seguradoras, em identificar e descrever minuciosamente as situações nas quais o cliente está “protegido”. Tudo isso para evitar solicitações de serviços que não foram previamente contratados. Assim, se uma situação adversa é concretizada, o cliente poderá ser compensado por um aporte econômico compatível com o valor antecipadamente pago. Cabe ao segurador “assumir” o prejuízo pelo cliente.

Um outro tipo de seguro pode ser encontrado nas empresas ligadas à área jurídica. Tendo como clientes profissionais liberais de diferentes especialidades, tais seguradoras oferecem planos de assistência jurídica caso estes profissionais tenham de responder por algum ato considerado ilegal, praticado no cotidiano do seu trabalho. Assim como os planos de saúde, esta prestação de serviços funciona graças à cobrança de mensalidades de seus associados que, sendo acionados na justiça por pacientes ou clientes, têm suas despesas com advogados especializados já cobertas. Grande parte dos profissionais que recorre a esses serviços está ligada à área da saúde que é muito

suscetível a ações na justiça por erro médico. Aqui não se trata diretamente da manutenção de um bem, mas da própria carreira profissional construída que, precisa ser preservada e ocasionalmente defendida.¹⁶⁹

Empresas, de maneira geral, também apostam nessa estratégia para contornar alguns riscos indesejados. Nesse setor, as possibilidades são diversas: planos de saúde para funcionários, seguro sobre o patrimônio e seguros de vida. Nota-se que a aposta no adverso ganha proporções tais que já é possível contratar os serviços de seguradoras que cobrem as despesas geradas por roubos ocorridos no local de trabalho pelos próprios funcionários. Ou seja, a empresa já sabe que o roubo é inevitável e, para não ter de lidar diretamente com essa situação ou se indispor com sua equipe de trabalho, o prejuízo já está contabilizado mensalmente no pagamento do seguro, sendo considerado como um gasto de produção – que obviamente será incorporado ao preço final do produto.

A economia, de maneira geral, está toda ancorada nesse tipo de previsão. Lidando cotidianamente com variações entre perdas e ganhos, as negociações financeiras trabalham com tendências e, em muitos momentos, é comum recorrer às especulações. Isso fica muito evidente no chamado “risco Brasil”. Este consiste numa pesquisa de risco que mensura a margem de segurança que os países investidores depositam na estabilidade da política econômica nacional. Qualquer evento político ou econômico inesperado pode modificar esse indicador de investimento, trazendo repercussões para a economia nacional e, dependendo das proporções e do país, também em escala mundial.

Até aqui, pudemos constatar que todo este investimento na conservação da qualidade de vida e na preservação dos bens, não necessariamente, é acompanhado de uma preocupação efetiva com as possibilidades intensivas de viver hoje. Voltar-se para o futuro tem por objetivo preservar, o máximo possível, as condições de vida que foram alcançadas até o momento. E, se isso foi inevitável, recorre-se à compensação

¹⁶⁹ Um exemplo desse tipo de serviço pode ser encontrado em <www.legalcare.com.br>

econômica da perda. A problemática que esta linha do dispositivo nos traz é estarmos diante de novas possibilidades de invenção do corpo, das relações e da vida. Mas, justamente estas novas possibilidades e as formas de controle que as acompanham podem lançar-nos em situações que tomam contornos autoritários e intoleráveis, disseminando a idéia de que é possível manter-nos à distância daquelas dimensões de acaso, perda, dor, limite e finitude que também caracterizam a vida.

Debruçando sobre esse tecido complexo de controle é que passaremos, em seguida, a investigar as maneiras como o sujeito é atravessado e acolhe para si as diferentes situações descritas até agora. Trata-se de uma construção na qual as diferentes linhas do dispositivo se cruzam e produzem efeitos que, como veremos, vão muito além das possibilidades de controle. Assim, ao mesmo tempo que a vida é atravessada pelos dispositivos, ela também é irreduzível a eles, permanecendo aberta para a ação do acaso e do inusitado.

CAPÍTULO V:

CRUZANDO AS LINHAS

Nas descrições dos três capítulos anteriores, vimos que os dispositivos de controle presentes no cotidiano podem tomar diferentes configurações. Estas, assim que circulam no meio social, podem ser apropriadas subjetivamente e, com isso, passam a compor modos singulares de viver e de se relacionar com o mundo.

Para compreender como acontece tal apropriação, partimos de uma concepção de subjetividade que, segundo Félix Guattari, “é essencialmente fabricada e modelada no registro do social”.¹⁷⁰ A vida social comporta diferentes relações que se estabelecem entre os homens, a natureza, a história, o mundo e tudo aquilo que é inventado nesses encontros. Assim, à medida que vive, o homem está envolvido numa rede de contatos que se desdobra em uma vasta produção cultural. Uma vez compartilhada, essa produção pode vir a ser “*assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*”¹⁷¹, fazendo com que a vida em sociedade seja um empreendimento vivo e mutante. É por meio dessa construção que cada sujeito se torna capaz de reconhecer a si mesmo num determinado grupo social, de falar em nome próprio e de se posicionar politicamente diante dos acontecimentos. Podemos dizer, então, que a sociedade abarca uma multiplicidade de sujeitos, ao passo que estes se constituem a partir de processos de subjetivação imanentes ao social.

As subjetividades são sempre multicomponenciais. Os componentes que participam desses processos difundem-se em fluxos que percorrem o meio social, incorporando-se às diferentes formas de viver que são assumidas pelo sujeito no

decorrer da trajetória de sua vida. Existem os fluxos de informações, de objetos, de idéias, de valores, de afetos, de normas que circulam e funcionam como verdadeiras matérias-primas para essa construção. Nesse sentido, Guattari assinala ainda que a

¹⁷⁰ GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 31.

¹⁷¹ Id. *Ibid.*, p. 33

produção do sujeito se opera “na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade”.¹⁷²

Para compreender, ao menos parcialmente, como essa complexa produção acontece numa sociedade caracterizada pelo controle, fizemos, nos capítulos anteriores, o mapeamento de três feixes de linhas que nos possibilitaram investigar o quanto esse complexo dispositivo atravessa a vida e, também ele, participa da produção de subjetividades. Seguindo a idéia de Deleuze que diz: “é preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas”¹⁷³ para investigar um dispositivo, verificamos o quanto cada uma delas é móvel, capaz de se conectar e de se cruzar com as demais num movimento constante de fuga e de transformação. Com isso, as linhas podem ser estendidas ou rompidas, criadas ou destruídas a cada novo embate, produzindo variações e modulações nos modos de viver assumidos por cada um. O que temos como diferencial nesse momento histórico, então, é um movimento vivo de cruzamentos, de trocas e de afetações que, de maneira mais acelerada, possibilita a constituição mutante do sujeito e do outro.

Mas, dizer que a constituição do sujeito é indissociada do meio social e do tempo histórico em que ele vive, coloca-nos também o desafio de compreender *como* essa constituição ocorre. Isso porque os diversos componentes de subjetivação que circulam nesse campo social compartilhado podem ou não afetar o sujeito ao ponto de convocá-lo a criar modos singulares de se apropriar dos dispositivos. Essa afetação pode acontecer desde uma simples conversa com um vizinho, na qual valores são expostos e debatidos informalmente, até no contato com informações de pesquisas científicas cujos resultados são disseminados pelos meios de comunicação. Assim, ainda que compartilhemos o mesmo meio social e os componentes de subjetivação nele circulantes, cada sujeito é capaz de se diferenciar de si mesmo e dos outros ao longo do tempo, questionando e problematizando aquilo com que se defronta e produzindo, com isso, linhas de subjetivação variáveis e diversificadas.

¹⁷² Id. *Ibid.*, p. 34

¹⁷³ DELEUZE, Gilles. *O Mistério de Ariana*. Lisboa: Passagens. 1996, p. 84.

Tais variações não são necessariamente evidentes e conscientes. Grande parte delas mantém-se em uma espécie de zona desconhecida justamente por não serem apreendidas imediatamente pela consciência. Podemos dizer, então, que os devires, enquanto mutações, ocorrem como processos inconscientes. E, para Deleuze, a questão está em “*produzir inconsciente* e, com ele, novos enunciados, outros desejos”¹⁷⁴ que façam a vida variar, ampliando suas possibilidades de conexão com o mundo. Portanto, os devires não advêm de um fundo desconhecido e pouco acessível, mas do contato com acontecimentos que, ao atravessar a vida, intensificam os afetos e provocam transformações. Cabe dizer que os desdobramentos dessa passagem nem sempre podem ser imediatamente identificados.

Com isso, cada produção desejante comporta um grau significativo de imprevisibilidade, uma vez que o humano nunca dispõe de uma resposta padronizada para aquilo que lhe advém abruptamente. É próprio do homem *hesitar* nas maneiras de agir, de reagir ou de simplesmente desconsiderar aquilo com o que ele entra em contato a cada instante. E, diante das múltiplas possibilidades que atravessam cada encontro, não é possível saber, antecipadamente, como um determinado sujeito experimentará os diferentes acontecimentos. Desconhecemos essa potência de antemão, pois só temos consciência dela pelos seus efeitos, à medida que eles são produzidos. Precisamente essa dimensão de indeterminação, de hesitação diante dos acontecimentos é o que nos remete ao ser humano como alguém cujo movimento de abertura ou de fechamento para os encontros está exposto a um embate de forças imprevisível e, por isso mesmo, dificilmente controlável.

Então, como é possível compreender a produção do sujeito quando ele está em contato com esses dispositivos de controle contemporâneos? Deleuze, remetendo-se a David Hume, diz que o sujeito se constitui empiricamente no meio dos dados, ou seja, ele se constitui no contato com as diferentes condições que se lhe apresentam a cada instante de sua vida e que o convocam a pensar, a problematizar e a apreciar o que ocorre ao seu redor. Nesse contato, o sujeito vai produzindo “uma

¹⁷⁴ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs I: Capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio

coleção de impressões e de imagens, um conjunto de percepções”¹⁷⁵ sobre si e sobre os outros, independentemente do que esses outros possam ser: pessoas, natureza, leis, acontecimentos, cultura. Pode-se dizer, então, que é graças a cada um dos encontros intensivos vividos que temos acesso ao processo constituinte do sujeito e à potência de afetação do seu corpo.

A maneira como essa afetação irá acontecer é sempre diferenciada e imprevisível, pois, como já dissemos, cada sujeito experimenta graus diferenciados de potência, tanto para afetar como para ser afetado. Desse modo, os graus de potência de um indivíduo não estão nele determinados de uma vez por todas. Eles podem aumentar ou diminuir dependendo dos encontros que esse corpo vive.

Mas ainda é preciso dar um passo adiante e considerar, novamente com Deleuze, que o processo de constituição do sujeito não se restringe a uma experiência geral de contato com os dados. Ele também é capaz de *ir além dos dados* à medida que produz sentidos singulares para cada experiência. Com isso, nenhum dado é portador de um sentido que lhe seja próprio e que permaneça a ele colado infinitamente, como se tivesse uma essência. Temos aí uma experiência que de fato é viva e por intermédio da qual o sujeito “é o único a estabelecer as relações”¹⁷⁶ entre idéias e acontecimentos. A partir dessas relações, ele pode ou não inscrever-se nas diferentes linhas dos dispositivos que atravessam a vida em sociedade, incluindo aí os de controle. Assim, ir além dos dados, ultrapassar os dados é ser capaz de atentar “a certas idéias mais do que a outras”¹⁷⁷, ser tomado por certas sensações mais do que por outras, implicar-se com certas situações mais do que com outras. E essa capacidade de acolher e problematizar cada uma das experiências vividas pode ser compreendida como a própria produção de subjetividade.

Mas vale lembrar que, por vezes, somos surpreendidos por acontecimentos para os quais não temos qualquer tipo de referência que dê conta de

Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34. 1995, p. 28.

¹⁷⁵ DELEUZE, Gilles. *Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 95.

¹⁷⁶ Id. *Ibid.*, p. 110.

¹⁷⁷ Id. *Ibid.*, p. 143.

interpretá-los ou de absorvê-los rapidamente no cotidiano. Nesse caso, aquelas experiências vividas, quase como um “susto”, podem desestabilizar certa imagem que tínhamos de nós mesmos até aquele momento. Diante dessa desorganização, provocada pela passagem abrupta e intensiva dos acontecimentos, é precisamente uma certa imagem de si, que também pode ser entendida como uma composição provisória de forças, que se desorganiza. Quando isso acontece, aqueles componentes que serviam até então como referência e ajudavam o sujeito a se organizar numa representação mais conhecida de si mesmo são parcialmente atacados ou sofrem um esvaziamento de sentido. Dependendo da intensidade vivida nesse contato, “instaura-se [...] na subjetividade uma crise que pressiona, causa assombro, dá vertigem”.¹⁷⁸

Desse modo, ao entrar em contato com situações novas e desorganizadoras, o sujeito afetado é praticamente *forçado* a questionar e a tentar compreender aquela experiência que é desprovida de um sentido pronto. Assim, a erupção de acontecimentos e sua intensificação podem levá-lo a realizar ações que, até então, ele não se julgava capaz de fazer. Nota-se que existe toda uma dimensão exploratória que pode vir a ser ativada diante da indeterminação e da ausência de sentido prévio que explique os acontecimentos. Diante disso, Deleuze assinala que o “dado já não é dado ao sujeito; este se constitui no dado”¹⁷⁹, acionando as forças que nele são atuantes como, por exemplo, as capacidades de associar, de comparar, de agrupar, de selecionar, de organizar e de atribuir valor. Essa produção de sentidos orienta, em larga medida, suas ações no mundo.

Pode-se dizer ainda que quando os acontecimentos são vividos de maneira muito violenta, a sensação de morte emerge com uma força tal que, dependendo das circunstâncias, pode distanciar o sujeito das possibilidades de acolhimento ou elaboração da experiência. Nesse caso, o medo¹⁸⁰ pode sobrepor-se como um componente de subjetivação dominante que se desdobra em desorganização, descontrole, sensação de fracasso, ameaça e risco. Isso, de certa maneira, restringe ou

¹⁷⁸ ROLNIK, Suely. “Fale com ele” ou como tratar o corpo vibrátil em coma. Disponível em <www.pucsp.br/nucleodesubjetividade> Consulta em 15/10/2006.

¹⁷⁹ DELEUZE, op. cit., 2001, p. 95.

até mesmo bloqueia o contato do sujeito com os novos dados que, precisamente por serem inéditos e até então desconhecidos, tornam mais evidente sua vulnerabilidade ao risco de mortes parciais (dos projetos) ou da morte definitiva (do corpo). E tudo isso modifica a potência de afetação do corpo diante de um mundo que pode passar a ser visto como ameaçador.

A possibilidade de experimentar os acontecimentos e seus diferentes desdobramentos sobre as relações cotidianas, incluindo aí a desorganização de uma forma de viver conhecida, está diretamente ligada àquilo que Alfredo Naffah, referindo-se a Friedrich Nietzsche, chama de “envergadura interior”.¹⁸¹ Esta pode ser compreendida como a ampliação do leque de afetos passíveis de serem acolhidos, vividos e digeridos pelo sujeito ao longo de sua existência. Ao acolher tais afetos, o sujeito tem a chance de transitar por diferentes situações e modos de agir. Trata-se de uma atividade constituinte de si que não dá trégua e que, por isso mesmo, coloca o sujeito em contato mais direto com as transformações que se processam na relação consigo mesmo e com o outro.

Naffah ainda assinala que a envergadura “vai se ampliando na medida em que vai aumentando a capacidade de o sujeito acolher e viver a morte, como parte integrante da vida”.¹⁸² As dimensões de morte e vida aí consideradas ajudam a compreender que um certo modo de existir, com o qual o sujeito porventura esteja acostumado, pode sofrer uma defasagem em relação aos novos dados e às novas experiências que emergem ao acaso. Esse devir pode ser precipitado “por qualquer coisa, a mais inesperada, a mais insignificante”.¹⁸³ Quando o acolhimento dessa passagem entre morte e vida está bloqueado ou restrito, o sujeito tende a persistir em um modo mais “endurecido” de se relacionar com o mundo o que, de certa maneira, diminui seu grau de potência para percorrer os afetos que emergem em cada novo encontro.

¹⁸⁰ Que como bem considerou Espinosa consiste em uma paixão triste que diminui a potência de ação.

¹⁸¹ NAFFAH NETO, Alfredo. *Outr’em mim: ensaios, crônicas, entrevistas*. São Paulo: Plexus, 1998, p. 61.

¹⁸² Id. *Ibid.*, p. 61.

¹⁸³ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs IV: Capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34. 1997, p. 89.

Por isso mesmo, a envergadura não é algo que se possua de maneira perene. Ao contrário, ela poderá vir a ser criada a cada nova circunstância em razão das necessidades e das forças que estão nela colocadas. Assim, não existe garantia nenhuma de sua permanência ou a possibilidade rápida de generalizar uma resposta que foi satisfatória para outras situações. Tem-se aí um regime de variação contínua da força de existir e da potência de agir que diferencia os homens entre si, mas que, principalmente, os diferencia em relação a si mesmos. E, para Deleuze, essa variação se dá “segundo uma ordem que é a do Acaso ou do encontro fortuito entre os corpos”.¹⁸⁴

Seguindo nessa perspectiva, podemos considerar também que nenhuma concepção de mundo ou valor pode ser completamente imposto a alguém, seja através de regras rígidas, de dispositivos sofisticados de controle ou pela dominação. Toda e qualquer experiência vivida, por mais limítrofe, autoritária ou restritiva que seja, conta necessariamente com diferentes graus de participação do sujeito. Este comparece nos encontros por meio de um corpo afetável, capaz de produzir sentidos, associações e ações os mais imprevisíveis, perante aquilo que foi vivido. Em outras palavras, o sujeito, tal como estudado por Deleuze, é constituído por relações associativas em meio aos dados de sua experiência. Mas essas relações, que são sempre produzidas de maneira singular, não se reduzem a meros reflexos condicionados ou incondicionados. São relações mais complexas que podem “mudar sem que os termos mudem”.¹⁸⁵

Assim, quando tomamos em análise o cruzamento das linhas dos dispositivos de controle e suas reverberações na produção de subjetividades, estamos diante de práticas que não se esgotam na consolidação de uma identidade (como pode ser visto mais freqüentemente na sociedade disciplinar) ou numa relação de mera passividade e obediência. A participação do sujeito, como um co-produtor de sentidos para as experiências vividas, introduz diferentes graus de tensão e de imprevisibilidade nas relações. E precisamente isso fará com que algo sempre escape ao controle, tornando sua absolutização impossível.

¹⁸⁴ DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34. 1997, p. 159.

¹⁸⁵ DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta. 1998, p. 69.

Portanto, em todo encontro intensivo, ocorrem distribuições contínuas de poderes que podem revirar e transformar a correlação de forças que se afirmava num dado momento. E aqui podemos retomar Foucault quando ele diz que as “relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas”.¹⁸⁶

Essa mobilidade pode ser melhor compreendida quando recorremos a um breve exemplo das possíveis maneiras como o sujeito pode se inscrever em uma linha do dispositivo: Ao ligar para um disque-denúncia, o sujeito atravessado pelo medo e pela intolerância diante de uma situação de violência observada ou vivida, atualiza para si a função de vigilante, que, como vimos, faz parte do dispositivo de controle. Fazendo a denúncia, ele constrói uma funcionalidade singular para os afetos que o atravessaram naquele momento, sendo a sua disposição para agir um dos principais combustíveis para fortalecer o controle. Desta maneira, a denúncia não é simplesmente imposta como uma obrigação formal. Diante dos afetos experimentados, o sujeito pode conectar-se a esse dispositivo, atualizando e assumindo a delação como se ela fosse de sua responsabilidade. Vemos o sujeito inscrever-se, quase por conta própria, nessa espécie de máquina que produz vigilância.

As maneiras como essa inscrição acontece são tão indeterminadas e complexas que, diante dessa mesma situação de medo e/ou de intolerância à violência, os desfechos podem ser completamente diferentes daquele que foi relatado acima, incluindo-se aí, a total indiferença. É precisamente essa ampla margem de ações imprevisíveis, em que o sujeito se conecta singularmente às máquinas de controle, que nos remete ao movimento de redistribuição contínua de poderes.

Ao considerar essa dimensão de imprevisibilidade presente em todo e qualquer encontro, constatamos que o exercício empírico de contato com os dados pode ser elevado a um grau de potência, de criação e de sensibilidade maiores do que poderia

¹⁸⁶ FOUCAULT, Michel. “A Ética do cuidado de si como prática da liberdade”. In: *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade e política*. Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense

vislumbrar aquela imagem de si, organizada em um “eu”. Por isso mesmo, ao viver situações inusitadas, muitas vezes, o sujeito se surpreende com a potência do seu corpo que se mantém, em larga medida, desconhecida.¹⁸⁷

Aí entramos numa especificidade da produção de subjetividade: aquilo que poderíamos considerar como uma interioridade, como um “eu” por intermédio do qual nos reconhecemos com uma história particular de vida é precisamente a melodia mutante de composições provisórias e singulares de parte dos componentes de subjetivação. Ao falar em nome próprio, o sujeito está se reportando a uma certa composição de si, que, por sua vez, pode persistir por um tempo significativo, dando a sensação de permanência e de continuidade desse “eu”. Porém, apesar de essa estabilidade servir como referência que organiza a vida historicamente, ela será sempre precária, uma vez que corre o risco de ser surpreendida por novos encontros ou acontecimentos que tenderão a transformá-la.

Gilbert Simondon diz que para “pensar a individuação é necessário considerar o ser, não como substância, matéria ou forma, mas como sistema tenso, supersaturado, acima do nível da unidade”.¹⁸⁸ Nessa perspectiva, a individuação se caracteriza por um processo de produção de si que não se esgota em uma unidade constante ou absoluta, pois, enquanto movimento, ela envolverá uma “uma seqüência indefinida de individuações sucessivas”.¹⁸⁹ Trata-se de uma atividade constituinte de si que, a cada momento, compõe-se diferentemente, dando movimento à produção dos diferentes modos de viver que podem tanto se alternar quanto coexistir. Como o sujeito é constituído precisamente nesses embates, perguntar pelo “eu” abre para uma multiplicidade de combinações que não admite uma resposta definitiva.

Assim, os processos de subjetivação compreendem um exercício empírico pelo qual o sujeito entra em contato com diferentes microacontecimentos.

Universitária, 2004, p. 276.

¹⁸⁷ Lembramos aqui de Espinosa quando, na *Ética* III, diz: “Ninguém, na verdade, até ao presente, determinou o que pode o corpo”. In: SPINOZA, Benedictus de. “*Ética* III”. In: *Espinosa – Coleção Os Pensadores*. Tradução de Marilena Chauí [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 178.

¹⁸⁸ SIMONDON, Gilbert. “A Gênese do indivíduo”. In: PELBART, Peter Pál & COSTA, Rogério. *O Reencantamento do Concreto*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 102.

¹⁸⁹ Id. *Ibid.*, p. 106.

Mas Deleuze dá um passo adiante em relação à Simondon ao considerar que os movimentos de ruptura e de variação nos modos de subjetivação são gerados quando tais acontecimentos são *vividos intensivamente*. Com isso, não temos um sujeito único e indivisível, mas uma sucessão de composições que se modificam no decorrer de sua trajetória de vida e, *por intensificação dos afetos* experimentados em cada encontro, introduzem rupturas que o fazem devir outro. Nas palavras de Deleuze trata-se de uma “individuação por intensidade”.¹⁹⁰ Portanto, pode-se dizer que os encontros vividos por um sujeito são tanto mais decisivos quanto mais intensivos forem.

Sob essa perspectiva, Deleuze ainda acrescenta que “a subjetividade é um processo”¹⁹¹ e para saber algo sobre sua produção, “é preciso fazer o inventário dos diversos momentos desse processo”.¹⁹² Indagar sobre a subjetividade, então, consiste em investigar: Dada uma experiência, quais são as forças que ali então atuando? Quais afetos e intensidades são experimentados pelo sujeito? Das conexões vividas, quais aumentam ou diminuem sua potência de ação? Em que medida o sujeito se desorganiza e se implica com a tarefa de produzir novos sentidos para o que está vivendo? Mas ainda é necessário considerar que, a cada nova experiência de contato com o mundo, as respostas a essas questões sempre serão diferentes.

Recorrer à cartografia desse processo exige um exercício fino e sensível, atento à maneira como acontecem os encontros e às diferentes afetações que neles são experimentadas. Só assim faz-se possível cartografar, ainda que parcialmente, os componentes de subjetivação que são acionados e assumidos pelo sujeito em cada situação, bem como a funcionalidade singular que ele constrói para as experiências a cada novo cruzamento das linhas.

¹⁹⁰ DELEUZE, Gilles. *A Ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 120.

¹⁹¹ DELEUZE, op. cit, 2001, p. 127.

¹⁹² Id. Ibid.

É precisamente isso que faremos no próximo capítulo: partindo da idéia de que existem diversos componentes de subjetivação que estão em circulação no meio social e que podem vir a ser assumidos singularmente pelo sujeito, vamos acompanhar a história de Ester que, num dado momento de sua vida, foi surpreendida por um acontecimento inusitado: um seqüestro. Será possível perceber, nesse relato, que ao entrar em contato com os dados dessa experiência limítrofe e com suas intensificações, Ester foi aos poucos sendo convocada a produzir sentidos singulares para o vivido e a se conectar de maneira muito própria a uma parte dos dispositivos de controle.

CAPÍTULO VI:

O SEQÜESTRO

O seqüestro é uma modalidade de crime cuja frequência só cresce na contemporaneidade. Ele pode ser caracterizado por uma forma de controle sobre a vida do indivíduo capturado que se pretende absoluta, envolvendo um estado de dominação em que o seqüestrado fica quase totalmente à mercê do seqüestrador no que se refere às suas necessidades vitais e também à restrição da sua liberdade de ir e vir. A libertação do seqüestrado é negociada, na maioria das vezes, em troca de dinheiro, de benefícios ou da libertação de outras pessoas.

Dentre as práticas criminosas, o seqüestro se destaca nesse momento histórico por evidenciar tanto a vulnerabilidade dos dispositivos de controle produzidos para proteger a população como a utilização desses mesmos dispositivos – ampliados, reformulados e sofisticados – em favor do crime. Assim, encontramos nesse tipo de situação a oportunidade de estudar como se produz uma máquina de controle e de dominação revertida para o crime. Mas, nesse mesmo contexto, faz-se possível investigar também a maneira como o sujeito se constitui no contato com os dados de uma experiência e, dentro dela, vai desenhando possibilidades de resistência ainda que envolvido numa relação limite de sujeição.

Para acompanhar mais de perto alguns dos movimentos presentes na produção desse dispositivo, trazemos para discussão a história de Ester. Trata-se de uma mulher de sessenta e quatro anos, profissional liberal bem sucedida que aos sessenta anos sofreu um seqüestro e ficou mantida em cativeiro por cinco dias entre os meses de abril e maio do ano de dois mil e três. A entrevista que se segue foi realizada

no dia vinte e três de maio do ano de dois mil e seis, na residência de Ester, que foi convidada a falar livremente sobre sua experiência.

ENTREVISTA

Um fato pode ser contado de inúmeras maneiras e eu gostaria de conhecer a sua história.

- *“Quando eu entrei no terreno da casa¹⁹³ e olhei pra casa e o jardim, a primeira sensação que eu tive naquele dia foi assim: ‘ai que lindo, que lugar tão gostoso.’ Aí, eu abri a porta de um pequeno hall e estava tentando abrir a porta principal quando eles aparecem furtivamente por trás. Então, foi uma sensação de muito espanto: como é que tem dois caras, encapuzados, vestidos com roupas amarelas, como se fossem do correio. [...] Então foi assim um susto. E daí imediatamente eles me dominaram, sem nenhuma arma, eu não vi nenhuma arma. Mas falando bravo, pegando e empurrando, me puseram num banheirinho e me deixaram fechada lá dentro. E acho que a primeira coisa que me espanta hoje em dia é como que eu fiquei tão quieta, como é que eu não gritei, como é que eu não tinha meios pra me defender. Porque eles não tinham nenhuma arma de fogo me apontando. Foi mais pelo susto, pelo imprevisto e pela invasão, pelo fato deles serem dois e estarem muito determinados e gritando, falando forte e encapuzados.”*

Qual a sensação?

- *“A sensação era de que era um susto, mas que não tinha medo. A coisa também que mais me espanta, pensando hoje, é que eu não senti medo na hora. Eu fiquei... Acho que dominada mesmo. Fazendo como se fosse um cordeirinho que faz as coisas que o outro manda, sem estar morrendo de medo. Eu pensava: ‘meu Deus o que vai acontecer, quem são essas pessoas, cadê os outros que estão pra chegar, tomara que cheguem logo.’ Mas eles me fecharam no banheiro da empregada e nesse meio tempo, que também eu não tenho noção da passagem do tempo com muita clareza, ficou tudo meio borrado... Eu soube depois que tinham chegado a faxineira, que foi dominada, e mais uma colega que também foi dominada, amordaçada, amarrada. A faxineira foi presa no banheiro de cima. E eles diziam: ‘nós não vamos fazer nada com você.’ E ela imediatamente reconheceu o bandido como sendo um pedreiro que havia trabalhado pra gente uns dois meses antes, pela voz. Eu não reconheci na hora, que foi também acho que uma coisa sem querer querendo, um jeito inconsciente de me proteger. Daí eles pegaram um caixote não muito grande e disseram: ‘entra aí dentro’, e*

¹⁹³ Ester refere-se aqui ao consultório onde trabalha.

eu entrei. Hoje em dia eu penso: 'mas como eu não saí correndo, como eu não tentei sair.' Porque eu pensava: 'depois que eu entrar aí dentro eu tô frita.' Mas eu entrei. E era uma caixa tão pequena pro meu tamanho que eu tive que entrar e deitar de lado, encolhendo as pernas. Eles fecharam a tampa, puseram a caixa num carrinho desses de levar bagagem, coisas, e eu sentia que ia trepidando. E eu fiquei quietinha. Eu não estava amordaçada, eles tentaram me prender os braços nas costas, mas pra eu poder caber na caixa eles tiveram que me soltar. Então, foi uma coisa do total despreparo físico pra enfrentar uma briga. Pegaram uma pessoa que é totalmente cabeça e dominaram com um pouco de violência física. Mas não me bateram, não apresentaram armas. Depois eu soube que eles tinham uma faca, mas eu não vi. Só no grito, como tirar sorvete de criança.

Aí eu me lembro que eu tentava ficar muito alerta, tentando entender onde eu estava. E tinha na caixa uma frestinha, que deixava passar luz. Eu tentava o tempo todo espiar por essa mini-fresta pra ver se eu era capaz de reconhecer os caminhos. Mas não conseguia nada, só via que passavam carros, tinha movimentos. Eu ficava prestando atenção pra saber se eu estaria numa estrada, pois eu achava que eles estavam me levando pra fora de São Paulo. Mas não parecia estrada, o tempo todo parecia uma rua e realmente eram ruas pois eles me levaram pro Itaim Paulista. Demorou uma hora e meia pra chegar no destino. E o tempo todo eu estava tão alerta que eu nem senti falta de ar, nem medo. Então eu ficava, através da frestinha, olhando pra saber que horas eram, que horas eles me pegaram... Uma forma de contato com a realidade era controlar o tempo. Então esse exercício de estar extremamente alerta e tentando decifrar o que eu não conhecia, me fazia ficar me sentindo não totalmente dominada ou passiva. Aí chegamos num lugar, quando eles me tiraram da caixa, eu já estava dentro da casa, num quartinho, e eu me lembro que eles pegaram um ventilador, ligaram e puseram o ventilador em cima de mim como se eu tivesse passando mal. Eu não estava passando mal. Estava completamente normal. Mas aí eu me fiz de que estava meio desfalecendo, passando mal, que eu precisava de um pouco de tempo pra me recuperar. Enquanto isso, eu estava encapuzada com um daquele tipo gorro Ninja que só deixa os olhos de fora. Mas o meu estava abaixado, com a parte do nariz e da boca para respirar. Então, eu via através dos furinhos da lã, mas eu fazia de conta que não estava vendo, porque eu não queria que eles vissem que eu estava vendo. Era um jogo de gato e rato, no sentido de que eu tinha que controlá-los, mas eu tinha que fazer de conta que eu não estava percebendo nada. Esse era o meu jogo de sobrevivência, que depois veio a se revelar útil, porque eu fiquei o tempo todo encapuzada, não ficava olhando para eles diretamente, apesar deles estarem encapuzados. E isso me dava uma sensação de menos perigo. Porque eu lembrava de uma história que tinha acontecido alguns meses antes de uma mulher que havia sido seqüestrada por aquele Andinho, em Campinas. Ela tinha reconhecido o Andinho e por causa disso, ela foi morta. Apesar de eu não reconhecer o bandido (reconhecer conscientemente), eu tinha todo o cuidado de mostrar pra ele

que eu não estava sabendo quem ele era. E que eu não teria como saber isso porque eu não estava olhando pra ele. Eu estava vendada. Aí eles me prenderam com um cabo de aço que já estava chumbado no chão, os dois pés cada um com um cabo de aço, e tinha um colchãozinho onde eu fiquei deitada. Esse cabo de aço tinha mais ou menos meio metro que me permitia ficar em pé. Eles me fecharam nesse quartinho e saíram, deixaram a caixa ali e foram embora, ficaram lá fora. E tinha um rádio, que depois eu descobri que era meu mesmo que eles tinham roubado do consultório, que eles puseram numa estação tipo de Igreja Universal, no mais alto volume, que ficava o tempo inteiro falando um pastor, porque se eu gritasse ou falasse alguma coisa isso seria abafado.

Aí, depois que eles saíram, a primeira providência foi olhar, levantar um pouco o capuzinho pra poder enxergar. Eu fiquei observando o quartinho e tentando ver o que tinha. Não tinha nada, era um quarto vazio, só tinha esse colchãozinho onde eu estava deitada, presa, uma mesa e tinha a caixa e mais nada. Era todo ladrilhado e deveria ter, depois eu medi com passos, uns 2,50 metros por 2,50 metros, um quarto pequeno, com uma janela com uma veneziana de metal e ao mesmo tempo um vidro. A janela estava chumbada com cadeado e tinha um vidrinho daqueles de casa bem simples, que abre e fecha. Esse era possível de ser aberto. A primeira providência foi abrir um pouquinho e deixar uma frestinha pra entrar um ar. Mas não abri muito pra eles não perceberem. Aí fiquei lá parada tentando ouvir. O máximo que eu fazia era tentar escutar e saber, a partir dessa escuta, alguma coisa. Aí, além do rádio que ficava no último volume, eu comecei a escutar que tinham vizinhos por perto que vinham principalmente chamar uma mulher que se chamava Dulce. Elas chamavam, a mulher respondia e elas vinham contratar ou fazer alguma coisa. Eu demorei um ou dois dias para descobrir que ela era uma costureira e que as mulheres iam levar costura para fazer com ela.

[...] Eu ficava absolutamente quieta, não falava nada, não gritava, não chorava. Porque eu pensava: a única coisa que eu tenho a mais do que eles é minha capacidade psíquica, que eu sou uma pessoa mais educada, mais terapeuzada. A única coisa que eu tenho a mais é ser melhor do que eles enquanto ser humano, então eu tenho que me conter, me controlar, ser melhor do que eles. Daí eles entravam. No primeiro dia entraram só pra me trazer comida, deixavam uma fruta, pão com manteiga, água. Daí eu pedi pra eles um piniquinho, ou uma panela. Eles me trouxeram uma leiteira pra eu fazer xixi. Tinha uma toalha jogada ali, eu fazia uma espécie duma cabaninha, pra quando eu fosse fazer xixi. Eu pedi depois também pra eles me trazerem papel higiênico, porque eu fiquei com vontade de fazer cocô. Aí eu disse: 'Como é que eu vou fazer?' Aí eu pedi pro cara que entrava, que era mais auxiliar e mais bonzinho – e o bandido mor era o que me deixava falar no telefone, era uma coisa mais ameaçadora – eu disse: 'Você vai me arrumar papel higiênico, você vai me arrumar jornal e um saco plástico, se eu precisar fazer cocô eu vou poder fazer de um jeito legal.' Aí ele trouxe, e quando eu precisei mesmo eu forrei o chão com o

jornal, me agachei, fiz uma espécie de cabaninha, sempre vigiando pra saber se ninguém ia aparecer. Mas eles me deixavam o tempo todo sozinha, fechada ali nesse quartinho, eles não entravam dentro do quarto. Foi ótimo, porque também me dava um espaço pra eu ter minha própria vida, ficar atenta, observando. Aí fiz assim, fechei bem o pacotinho, pus dentro do saquinho plástico, amarei bem, joguei num cantinho não muito longe pois eu não podia ir longe.

E aí eles me deixavam uma hora por dia andar no quartinho, me soltavam, e começaram a me prender num pé só. O diâmetro desse cabo de aço me apertava muito a perna, porque a minha perna é grossa, e aquilo me esfolava, estava me machucando. Então eles me deixaram com um só pra poder trocar um pouco e não ficar sangrando, machucando mesmo.

Daí, no dia seguinte, veio o cara que era o bandido chefe com o telefone celular me deixar falar com o José¹⁹⁴. Aí eu falei: ‘oi meu bem, tudo bem?’ Tudo bem calma, porque não adiantava eu falar desesperada, eu queria mostrar pra ele que estava tudo bem. E quando o rapaz trouxe o saquinho plástico eu queria ver se tinha alguma informação escrita no saquinho que eu pudesse passar onde eu estava. Mas eu não conseguia inventar uma história, não conseguia saber pelo nome do saquinho plástico onde era. Não podia dizer ‘tô na rua tal’ porque eles ficavam ali do lado. Eu ficava inventando na minha cabeça possibilidades de falar coisas por código. Mas depois eu não usei nada disso porque eu só falei com o José uma vez. Depois eles ligavam e eles mesmos negociavam e ameaçavam. Eu só falei uma vez com ele. Então eu pensava: ‘eu vou dizer tal coisa, mas será que ele vai decifrar?’ Umás coisas meio absurdas, não me lembro mais. Mas que eram tentativas de organização, de códigos, muito pré-elaborados que num primeiro momento eles não percebessem mas que depois o José ficasse pensando: ‘ela está em tal lugar.’ Mas nada disso aconteceu, foi só uma tentativa de eu me organizar, mais no sentido de poder dar dicas, de poder ser esperta, de poder ajudar no fato de eu ser achada. Mas também não aconteceu.

Depois ficava aquela rotina: todos os dias eles traziam de manhã a comida, depois mais tarde traziam de novo. Em geral era uma fruta, água, pão com manteiga, às vezes traziam leite. Um dia trouxeram arroz com frango. Mas eu não tinha a menor vontade de comer. Foi um verdadeiro spa, eu perdi dez quilos em cinco dias, mas eu não sentia fome, a coisa não ia. Daí eu fui ouvindo, fui medindo, quando eles me deixavam andar eu ficava contando os passos, contando os metros, não sei para que... Mas era uma tentativa de organização. Pra que adiantava saber se tinha 2,50 metros ou 2,80 metros? Não servia pra nada, mas pra mim, na ocasião, servia pra alguma coisa interna, de sensação de controle, de estar esperta. Aí, um certo dia, eu não ouvia mais as vozes deles, eu tive a impressão de que eles não estavam lá. Eu ficava chamando: ‘moço, moço.’ E ninguém veio. Daí tinha um pequeno quadro de luz (acho que isso foi no sábado, já perto do último dia do seqüestro) que eu consegui alcançar. Eu desliguei a chave de luz pra ver o

¹⁹⁴ Marido.

que acontecia porque eu estava no escuro. Mas aí eu ouvi as pessoas lá fora falarem: ‘acabou a luz, que será que aconteceu, acabou a luz em todo lugar.’ Então essa chave de luz desligava a luz da casinha e mais da casa onde morava essa tal de dona Dulce, que vinha pra fora e ficava falando: ‘acabou a luz, acabou a luz.’ Aí eu liguei de novo e voltou: ‘ah, voltou, voltou, mas o que aconteceu?’ Bom, então essa chave de luz serve pra desligar a luz das casinhas ao lado de onde estou. Mas eu não sabia se essa mulher era a mãe deles. Porque uma das noites eu ouvia vozes conversando com os bandidos, que eram dois, como se tivesse mulheres conversando. Não sei se isso é verdade mesmo ou se não é, acho que não é. Pelo que depois me contaram não entrou ninguém lá. Mas eu jurava que tinha um bando de gente batendo papo e que essa senhora deveria ser a mãe do bandido. Quando tinha franguinho foi ela quem fez. Acho que é uma família de seqüestradores, se eu pedir por socorro ela vai me atacar, vai chamar o filho.

[...] E daí pelo fato de eu ser tão pacífica, calma, não dar trabalho nenhum, quando foi no domingo, que foi o dia que eu saí, eu tinha desconfiado que na noite anterior eles tinham me deixado dormir lá sozinha. Foi quando eu descobri a chavinha, eu percebi que eles não estavam na casa. Tinha tido um monte de barulho de mudança, de carregar coisa. E de fato eles tinham levado todas as coisas deles para um outro cativeiro. Estavam montando e organizando outro cativeiro. Eles estavam assustados achando que esse cativeiro estava sendo descoberto. Eles falavam pra mim: ‘olha, nós vamos sair daqui, mas você vai dentro dessa caixa, viu.’ Eu dizia: ‘não, não preciso ir dentro da caixa, eu sou tão quietinha, você pode me levar. Traz uns óculos escuros pra eu não ver pra onde vocês estão me levando, vocês põe esparadrapo, eu ponho os óculos escuros, e eu vou quietinha, sentadinha no carro. Não precisa me pôr na caixa, não tem porque me pôr na caixa, eu sou uma pessoa muito pacífica, não tem problema nenhum, pode acreditar. Eu não sou louca, eu sei que se eu fizer alguma coisa, pode me acontecer algo de ruim, eu não quero. Eu sou uma pessoa que tem bom senso.’ Ficava argumentando com eles que não precisava me pôr na caixa de novo pra me levar embora dali, que a gente ia fazer essa mudança de lugar. Daí quando eu percebi que eles estavam fazendo a mudança e que não tinha ninguém, eu apaguei a chavinha da luz e vieram as pessoas, várias mulheres ao mesmo tempo. Porque eu pensava: ‘bom, se uma for mancomunada com a família, uma cliente... Eu esperei chegar uma cliente pra fazer isso.’ Porque aí eu pensava: ‘é uma pessoa de fora.’ Então eu apaguei a luz e comecei a gritar ‘socorro, socorro, eu estou aqui presa. Por favor, eu fui seqüestrada, isso aqui é um cativeiro, vocês chamem a polícia.’ Mas elas não acreditavam: ‘Mas como? Cativeiro? Que mulher? Quem está aí, não é possível, não tem mulher nenhuma. Nós não podemos chamar a polícia, imagine.’ Eu fiquei mais ou menos uns quinze minutos argumentando pela janela com elas até que uma se convenceu. Aí ela foi chamar a polícia mas ela avisou os policiais que estava acontecendo uma

briga entre marido e mulher e que a mulher estava dizendo que estava presa e que o marido tinha saído.

Então a polícia vinha atender a ocorrência, mas nesse meio do caminho, ouviu pelo rádio que tinha havido um tiroteio e que um policial tinha sido ferido. Então eles passaram primeiro nesse lugar do tiroteio que era lá perto e demoraram uma hora pra chegar. Aí, eu ficava falando pras mulheres: ‘olha, vocês chamem alguns homens pois se os bandidos chegarem eles empurram vocês e vão matar todo mundo. Vão chamar alguns homens pra ficar aqui esperando a polícia pra não ter perigo.’ Mas acho que, não sei se elas chamaram alguns homens não. Acho que ficaram as três ali mesmo. E depois de uma hora a polícia veio, arrombou o cativo, me descobriu lá. Aí a dona Dulce, que era a dona da casa que tinha sido alugada pra esses dois caras começou a chorar, se desmilingüir, quase desmaiar: ‘Como? Mas na minha casa, meu Deus, eu não sou bandida.’

[...] Aí, eu fui com a polícia até a delegacia. Eles me pareceram assim os seres maravilhosos, tipo cavalaria americana salvando os mocinhos que os índios estão atacando. Eles entraram com o revolver na mão e eu ‘ah, estou aqui, estou aqui.’ Eram os verdadeiros salvadores. De noitona, devia ser umas nove horas, nove e meia... Quando foi meia noite eles voltaram, com um carro emprestado. Eram uns bandidos muito pé de chinelo, eles foram emprestar um carro pra poder me levar e vinham realmente com os óculos escuros (risos) pra me levar de um lugar pro outro, bem de noitona pra ninguém ver. De alguma forma eu tive alguma capacidade de convencimento.

Foi essa a experiência, uma experiência insana porque, apesar de eu ter sido completamente dominada, eu não fiquei com medo. Aí eu pensava assim: ‘bom, o que que pode me acontecer de pior? Morrer. Bom, se eu morrer, eu já vivi.’ Eram raciocínios assim bem simplistas: ‘Já vou fazer quase sessenta anos, então tá bom se eu morrer, minha filha já tá grande, meu marido se vira. Já vivi um certo tempo. As pessoas quando morrem com sessenta anos não perderam a vida, viveram, que bom.’ Que mais que pode me acontecer? Aí eu pensava: ‘eles vão me pôr na caixa e vão me deixar num matagal e eu não vou conseguir sair, vou morrer sufocada dentro da caixa.’ Aí eu pensava assim: ‘não, mas, se eu começar a morrer sufocada, eu vou desmaiando, então eu também não vou perceber muito bem como estou morrendo.’ Então todos os medos, eu ia falando pra mim mesma formas de convencimento, de que não ia ser tão horrível, porque morrer poderia ser perfeitamente possível, que se ficasse presa na caixa também eu não ia ficar desesperada, lutando, eu ia apagando. Mas não sei se seria verdade, né. Porque hoje em dia, qualquer susto que eu levo vem uma carga gigante de adrenalina. Até parece que todo o susto ficou pra depois. Acho que essa forma de admitir que a coisa que eu mais temia que era morrer, que eu achava que poderia morrer muito fortemente, na medida em que eu digo ‘paciência, se eu morrer tá bom’, me deu mais calma, não me deixou com medo do pior, porque eu mesma já assumi que se

acontecesse o pior, estava bom. Como se fosse um jeito de poder me aproximar do mais temido, como se eu estivesse controlando. Essas coisas assim muito doidas, que se faz numa hora dessas, que não tem o menor cabimento, mas que funcionaram, foram eficazes pra mim porque eu me mantive inteira, não entrei em desespero, não me machuquei. E ainda consegui conversar, que é a melhor coisa que eu consegui fazer. Porque brigar eu não sei. Conseguia conversar, manter o padrão da conversa num nível educado: ‘por favor, será que daria pra você me trazer tal coisa.’ Sempre tinha um que era o mais malvado e um que se fazia de bonzinho, como sempre. ‘Olha que ele vai fazer tal coisa, ele vai fazer não sei mais o que.’ ‘Acho que não, não tem porque, não tem necessidade, eu tô aqui tão quietinha.’ Me fiz assim de bem idiota, tão sem ameaça. Acho até que eles me deixaram sozinha por isso. E aí o pior de tudo é que eu fiquei me sentindo meio culpada de ter quebrado esse pacto, esse contrato entre aspas: ‘Como eu me fiz passar por cumpridora das regras e escapo? Mas eu fui muito safada.’ É uma coisa insana, mas era um raciocínio que às vezes aparecia: ‘Olha só, eu não sou uma pessoa de palavra.’

E ao mesmo tempo, por outro lado, são coisas antagônicas que a gente vive, eu sentia assim: ‘Ai meu Deus, eu me vinguei, eu consegui sair dignamente pelas minhas próprias pernas.’ Então era como se eu tivesse resgatado uma certa força para toda aquela submissão. Acho que isso foi uma coisa muito importante e eu me senti mais forte, fiz algo que me trouxe de volta a dignidade, apesar de não ter aplacado o medo. Porque depois eu fiquei uma semana trancada em casa embaixo das cobertas na cama, quietinha, sem poder me mexer. Sem conseguir falar com ninguém. As pessoas ligavam, mas eu não queria falar com ninguém. Eu fiquei uma semana praticamente quieta.

[...] É uma coisa assim que tudo parece que funcionou por sistemas diferentes dos sistemas comuns. E que se eu penso hoje em dia, não tem lógica racional. É uma fala oposta de funcionamento: eu ficava tranqüila quando tinha os mesmo barulhos de sempre, eles falando, o rádio ligado, isso já me era algo familiar. Quando no primeiro dia ficou um silêncio muito grande, porque acho que eles tinham saído, eu comecei a ficar muito aflita, porque alguma coisa tinha mudado. Então eu comecei a ficar mais assustada e pensado em possíveis perigos que poderiam vir e que eram desconhecidos. Quando eles estavam lá falando, dando risada, vendo televisão eu ficava mais calma. Era como se eu já soubesse que aquilo ali queria dizer que eles estão ali quietos, lá fora. E quando ficava muito diferente, muito silencioso, eu ficava mais assustada. Então é uma lógica própria daquele momento e daquela construção que eu fiz para lidar com a situação. Hoje em dia eu penso: ‘mas, por que será que eu senti assim? Que louco. Quanto mais ele me ameaça, mais eu fico sossegada, vou dormir.’ É como se eu pensasse: ‘bom, não adianta eu controlar.’

Outro dia, sexta-feira agora, eu estava saindo do consultório. Meu consultório é exatamente em uma rua que dá em frente ao metrô. E eu estou guardando o carro numa das casas dos vizinhos, porque não tem vaga

nenhuma, então ela me aluga e tem de abrir e fechar o portão. E nós temos um guardinha que fica ali. Eu disse 'vamos lá comigo pra abrir o portão, depois você fecha.' Quando nós estávamos descendo a ladeirinha nós cruzamos com dois caras que estavam subindo que eram bem mal encarados. Aí eu disse pro porteiro: 'Não, não vamos abrir o portão agora porque esses caras estão com cara de bandidos, vamos até a farmácia lá em cima que tem um monte de gente, de taxi, de gente que fica esperando parentes (ficou um point de gente que sai do metrô). Vamos ficar ali esperando até eles subirem e sumirem.' Mas em vez deles subirem a ladeira e irem embora, eles pararam exatamente em frente ao meu consultório e ficaram meio que olhando pra um carro, como se tivessem querendo roubar o carro. Eu disse: 'Bom, o que nós vamos fazer?' E aí ficávamos olhando assim disfarçadamente. Depois eles entraram na casa vizinha, que tem uma garagem, que está pra alugar. E eles sumiram das nossas vistas, ficando ali dentro dessa entrada de garagem. 'O que nós vamos fazer? Até chamar a polícia... Mas não adianta chamar a polícia, porque a polícia vai demorar tanto pra chegar ali que não vai adiantar nada. Vamos esperar mais um pouco. Vamos ficar aqui, no meio do povo, pois acho que na situação de medo é melhor estar perto de pessoas.' Depois de uns quinze minutos eles vieram, desceram a rua, atravessaram a avenida, que tem uma mureta divisória, passaram por cima da mureta, coisa que quase nenhum cidadão faz, vai pela faixa. Em vez de ir até o farol, eles atravessaram no meio do quarteirão, pularam a mureta. 'Então vamos embora.' Aí eu saí, ia pegar a Rua João Moura, e quando eu estou indo pela João Moura, eu vejo um deles parado numa esquina de butuca. Pensei: 'ele está parado e o outro está roubando algum carro. Com certeza ele tá aguardando e o outro tá fazendo ligação direta.'

Mas se você soubesse o stress que isso representou pra mim. Eu fiquei exausta pela impotência, pela sensação de que, se eles fossem roubar o carro no meu nariz, o que eu ia fazer? Eu ia gritar? Ia chamar o tomador de conta de carro? Ia ficar com medo? O que eu ia fazer se realmente eles fossem começar a mexer no carro que estava parado ali na rua, que não era da gente mas era de alguém? Mas eu voltei com uma dor de cabeça, um mal-estar.

Então, de alguma forma, a violência deixa marcas. Uma vez que você foi sujeito de um ato de violência, você primeiro já sabe reconhecer, já sabe antecipar, mas também não sabe o que fazer. Então eu tenho assim... Não sei se eu tivesse que passar por outra situação de violência, se tudo isso não me deixaria ainda mais assustada e fragilizada, com mais medo, mais desespero. Eu tenho a idéia de que essa experiência não serviu pra eu saber lidar com a violência, não. Eu sei lidar menos com a violência. Eu tô mais vitimizada, mais capaz de imaginar a violência de uma forma antecipada. Antes eu era mais ingênua, não era capaz de ficar imaginando como era possível gente se esconder pra assaltar, pra roubar, pra pegar alguém quando tá abrindo uma garagem. Talvez eu fosse mais

desencucada. Agora, eu vejo em todas as situações, o risco. Então eu sou mais assustada.

É uma perda, é um seqüestro da ingenuidade, um seqüestro da confiança. Porque o seqüestro físico é menos ruim do que o seqüestro da confiança, da ingenuidade, do fato de você não estar sentindo que existem perigos. Quando você disse: ‘ah, eu estava andando por Londrina e vi o jardim que estava todo cheio de flores.’ Ai que coisa boa, que você pode andar e se sentir livre. Porque eu nunca mais posso andar e me sentir livre, eu estou sempre vigiando. Tô sempre atenta para ver se tem um motoqueiro que está do lado, se tem um carro, tô antecipando. Outro dia eu estava descendo aqui uma ladeira que vai dar na Sumaré, e eu estava com o carro do meu marido que é um carro melhor, um Corola. Eu tinha um espaço pra eu continuar, mas fiquei parada um pouquinho porque eu achei que o espaço pra seguir na fila era um pouco apertado. Aí estava parada no meio fio e chegou do meu lado um carro Chevrolet velho com quatro caras grandões, uns meio mulatos, outros brancos, mas bem grandes e fortes, com os vidros meio abertos. Eu estava parada, eles pararam do meu lado, a porta de um abriu e um cara enorme desceu. Imediatamente eu desci para aquele lugar que eu tinha achado que o carro não passava. Aí o cara fez de conta que estava olhando o pneu. Agora, na minha cabeça, não sei se era pra olhar o pneu mesmo, ou se ele ia fazer um seqüestro relâmpago. Então, eu estou sempre imaginando que ele poderia descer, abrir a porta pra fazer um seqüestro relâmpago que eu também já sofri. Eles vêm num carro e acompanham o carro que eles pegam atrás. Em geral, descem dois caras, te pegam e o outro vai atrás. Não sei se iria acontecer ou não, mas na minha cabeça seria o momento, a oportunidade e a forma de isso acontecer. Aí eu desci, logo abriu o farol, eu consegui sair e senti: ‘ufa, consegui escapar de uma situação de potencial perigo ou de perigo imaginário, né, fui ativa, fugi, mas a minha perna treme.’ Ao mesmo tempo eu me senti desperta, que bom, não fui uma pata choca, mas às custas de um gasto de energia e de mal-estar que eu demoro pra me recompor. Então acho que esse tipo de seqüela, de consequência, tá aí até hoje, quatro anos depois, com os caras presos. Mas isso não me impede de fazer as coisas, continuo dirigindo, continuo andando de noite, mas é um esforço atravessar a Avenida Paulista inteira de noite porque sempre, em cada farol, virão os ladrões que irão me assaltar. Então eu faço com muito gasto de energia.”

E quando você diz que está muito mais alerta, muito mais vigilante, você chegou a mudar alguma coisa em termos de adquirir equipamentos ou serviços de segurança?

- “Não, a única coisa que a gente pôs a mais foram dois guardinhas na porta do consultório. Um de manhã que abre o consultório – um moço comum, não é armado nem nada, é um homem que fica lá olhando, abre o consultório. Eu nunca mais entrei no consultório sozinha de manhã cedo. Eu espero o guarda ou a faxineira e não carrego mais a chave do consultório. Se o guarda ou a faxineira não chegaram, eu vou atender o cliente no Franz Café. Não entro. Nunca precisei fazer isso. Sempre tem

alguém que já entrou sozinho, um colega que entrou sozinho. Eu toco a campainha e alguém abre. E às vezes, se a pessoa que abre não diz quem é, eu pergunto: ‘quem é que tá aí?’ Também não vou entrar sem saber quem está lá. E se não for alguém conhecido e for um ladrão? Estas coisas ficaram até hoje. Eu não mudei equipamentos mas eu fiquei mais assustada mesmo, alerta, como se isso fosse resolver alguma coisa. Porque na realidade eu sei que isso só me cansa. Outro dia fomos dar uma aula na Faculdade do Ipiranga, um lugar longíssimo, pra lá do monumento do Ipiranga. Voltei era mais de onze horas da noite, tinha de vir pra cá, demora quarenta ou cinqüenta minutos, a gente veio num comboio porque eu não sabia sair de lá. Mas é uma exaustão, porque aquilo parece que demora. Aí a passagem do tempo é lenta e sofrida, uma coisa muito penosa, mas que eu faço. Não deixo de fazer mas sinto que eu tenho de fazer um esforço enorme.

[...] Porque depois disso, nós ainda sofremos um arrastão aqui nesse prédio. Eu não estava em casa no dia do arrastão. Nós entramos logo depois que os bandidos foram embora. As luzes todas do prédio estavam acesas, da portaria, às onze e meia da noite. A gente entrou e não percebeu nada, não vimos o porteiro, também não percebemos. Entramos, vimos um carro com a porta aberta na garagem: ‘que estranho, quem deixou o carro com a porta aberta?’ Não percebi nada, não fiz nenhum tipo de conclusão. Porque era dentro de casa e não era aquele dentro de casa do consultório, era outro. Agora eu já sei aqui, quando eu chego, se o porteiro está na portaria eu já vejo, se a luz tá acesa de um jeito diferente, se tem mais alguém. A gente dá mais uma volta e liga para a portaria para saber quem é que está ali. Mas depois que aconteceu. Porque na hora não fez nenhum sentido todos esses sinais, porque era um monte de sinais. Mas eram sinais novos. Então se o porteiro não tá, ah, ele foi ao banheiro. A luz tá acesa, você nem percebe que está acesa. Você vê o carro com a porta aberta, nossa alguém chegou bêbado e deixou o carro com a porta aberta. Vai dando explicações. Então, de repente chega o porteiro verde... E ainda tinham levado três moradores como reféns. E tinham saído cinco minutos antes da gente chegar. Colocaram todos os condôminos num apartamento no oitavo andar, eles vinham rendendo as pessoas e colocando nesse lugar. Então, agora eu já sei como é um arrastão dentro de um prédio. Você vai tendo um repertório de todos os tipo de criminalidade, você vai sendo vítima de todos os tipos de crime. Meu irmão diz que eu sou a prova viva da evolução do crime em São Paulo porque eu já fui assaltada com faca, assaltada com revolver, seqüestro relâmpago, seqüestro propriamente dito e arrastão em casa.

A minha filha, que estava aqui, começou a negociar com os ladrões armados de metralhadora: ‘ah, não leva o lap top da minha mãe, tem a tese dela aí.’ ‘Não vai dar.’ Daí ela disse assim: ‘Deixa pelo menos um perfume pra minha mãe.’ ‘Ah, é justo.’ Disse a ladra. Vai começar a negociar com bandido? ‘Ah, não leva meu celular que é velho.’ ‘Então esse celular você pode ficar porque é velho.’ Você começa a fazer negociações absurdas com

alguém dentro da tua casa, pra você preservar alguma coisa. Ela é uma menina que passou pelo seqüestro da mãe e, de repente, dois anos depois, tá com um ladrão em casa armado com metralhadora.

Agora, isso tem um preço, né. Tô tomando anti-depressivo, tô fazendo terapia. Passa, você sobrevive, saio e volto às duas horas da manhã de carro sozinha, mas não é impunemente. Eu arrumei um jeito de me organizar, meu marido arrumou o jeito dele de se organizar, mas deixa marcas. E o pior de tudo é que esse assalto no prédio aconteceu há dois anos e só agora eles estão discutindo a segurança. Já deveria ter feito porta-gaiola. Não sei se ajuda, mas, enfim, dificulta um pouco. Eles procuram prédios mais fáceis, né.”

Você que passou pela situação, vê diferença desse vivido com o que é apresentado na mídia?

- *“É completamente diferente. Acho que a gente já conseguiu criar uma espécie de casca grossa pra ver as coisas que se passam com os outros ou na sociedade de uma forma um pouquinho mais banalizada, como se fosse um filme de cinema. Tem um certo distanciamento. Você fica horrorizado, mas você... Não sente que pode acontecer com você, parece que é longe. O bandido é na periferia, as balas perdidas são no Rio de Janeiro, não é aqui em São Paulo. De repente se é aqui em São Paulo, mas eles não estavam atacando as pessoas, estavam atacando os aparatos do Estado, a gente só se assustou mas não precisava ter se assustado¹⁹⁵. Então a gente sempre tem uma forma de minimizar o fenômeno de violência, mais ou menos como uma pessoa que assiste ou que você é tomado de uma forma coletiva. Ao passo que quando você vive, você tem a certeza de que isso existe, é diferente. Não é uma coisa que é visual, que é mental, que você vê pela televisão em geral a violência. Você vê, tem distância. A coisa da visão mantém um distanciamento, por mais que seja chocante. Graças a Deus eu nunca vi ninguém ser assassinado, levar um tiro, ser morto, isso eu nunca vi, eu já vi na televisão várias vezes, mas fica como uma coisa assim: ‘ah, isso não acontece aqui.’ Agora quando tá dentro da tua casa, se eu chego em casa, na garagem, eu olho pra ver se não tem ninguém dentro da garagem. E também se tiver o que é que eu posso fazer se eu já estou dentro, entendeu? Eu vou sair de ré como uma louca? Não sei o que eu poderia fazer.*

Mas pelo menos eu já sei onde olhar. Isso eu não sabia. Então, acho que na hora que acontece com você, você começa a criar repertórios, que fazem parte da tua vida, repertório de conduta, repertório de acontecimentos, repertórios de papéis, que antes você não tinha. Acho que essa é a diferença, que não vem pelo fato de você ver, de você saber. Você não tem as pautas do papel, a maneira como aquilo acontece. Então, por exemplo, você vê fazer um bolo na televisão, um pão, você vê a mulher amassando a

¹⁹⁵ Ester refere-se aqui aos atos de violência ocorridos na cidade de São Paulo durante o mês de maio do ano de 2006 promovidos pelo P.C.C. (Primeiro Comando da Capital) que envolveram a queima de ônibus urbanos bem como ataques aos postos e viaturas policiais.

massa. Mas você não pôs a sua mão na massa, você não sabe qual é a força que você tem de fazer, você não sabe quanto precisa amassar, você não sabe como gruda. Então essa experiência que depois se você faz pão todo dia e só por pegar na massa você sabe se está pronto ou não, se está leve ou não. É isso que você aprende quando você está metido na experiência. Você aprende como é que é mesmo. Como é o detalhe do detalhe do vivencial daquele fato, não só o nome, acontece nessa seqüência, é com tridimensionalidade parece, de dentro e de fora. É como se fosse uma coisa que gire dentro e gire fora e quando você vê na televisão, você só vê de fora. Acho que tem uma grande diferença. Porque depois você sabe. Eu poderia ser uma assaltante hoje em dia, que eu já sei onde eu posso pegar uma pessoa fácil, fácil; qual é o momento propício. E vendo na televisão eles não vão me contar. Porque uma vez que eu vivi esse seqüestro relâmpago, eles ficavam tentando pegar a próxima vítima, então eles ficavam discutindo, como que era, como não era: 'Aqui é bom. Não, aqui não, tem mais gente. Ali, vamos pegar ali. Não, esse não porque tem criança no carro, não interessa, criança dá trabalho.' Então você começa a saber como que é, o modus operanti mesmo. Dentro e fora. Acho que tem essa coisa de você estar metido na experiência, mergulhado na experiência, sentindo, experimentando e vivendo na sua microdosagem, na sua microcalibragem. É pegar mesmo, é a sensação de estar pegando. Porque mesmo depois de passar todos esses assaltos, eu tô te falando que eu vi todos esses sinais no prédio que estava invadido e não decodifiquei, não vi, não entendi que isso seriam sinais. Agora eu sei que são sinais, tenho mais um repertório de susto por saber do assaltante de prédio. Mas também não saberia o que fazer se acontecesse de novo. Se me pegarem com uma arma ou se eu chegar e ver uma pessoa da minha família rendida, se vierem aqui com o zelador: 'a senhora abre ou eu estouro a cabeça dele', vou falar 'ah, estoure que eu não quero saber?' Sabe, então acho que ainda você funciona por uma ética do bom senso, que é burra pra situações de violência, completamente desaparelhada.

Você tem de ser muito violento pra lidar com situações de violência e a gente não é. E além de eu não ser violenta, de não ser ágil, não ser potente do ponto de vista físico, em esperteza, rapidez, prontidão, eu não sei ser tão agressiva quanto um bandido, não sei mesmo. 'Por favor... Daria para...' Enquanto isso eu já levei cinco chapuletadas. Eu não tenho como enfrentar o bandido na violência, eu tenho como enfrentar o bandido no papo, tenho como enfrentar o bandido na capacidade de codificar coisas, tentar achar saídas. É vivendo e pensando à minha moda, não é pensando à moda do bandido, que acho que isso eu nunca vou conseguir fazer. É pensando à minha moda dentro da situação. Então, acho que se você ficar preso, você vai começar a ter de aprender como que é ser preso, né, preso de presídio, que deve ser uma experiência grotesca. Mas acho que as pessoas aprendem. Eu tenho a mais absoluta certeza de que numa guerra, se fosse uma guerra de tiros, que eu seria logo alvejada, porque eu sou muito estúpida nesse sentido, se dependesse de prontidão e capacidade de

esperteza em relação ao ambiente, acho que eu morro como um dos primeiros. Agora se puder pensar um pouco, talvez, quem sabe. Então são certos tipos de habilidade que tem de ter, que eu não tenho. Mas de alguma forma isso tem me servido pra ir despistando, sobrevivendo, pedir socorro. Agora, isso tem um preço, ninguém passa por uma violência assim lepidamente, sem deixar marcas. Então você fica mais conectado em determinados, em pequenos sinais, que antes para você passavam como nada. Então, como o cara abre a porta do carro, imediatamente eu penso que ele está vindo me atacar. Coitado, talvez ia ver o pneu e não ia me atacar. Agora, quatro caras dentro de um carro (risos) é meio esquisito, né. Dificilmente tem quatro caras desocupados no meio da tarde. Se fossem trabalhadores de bonezinho, com aquelas caras de pedreiros, trabalhadores indo e voltando do trabalho... Então você vai inventado enredos imaginários de perigo. É uma pena que você fica tão cansada. Da vontade de exorcizar.”

ANÁLISE DA ENTREVISTA

O que faremos, a partir de agora, é cartografar como o dispositivo de controle, engendrado pelo cruzamento entre diversas linhas, foi e continua sendo apropriado singularmente por Ester durante e após essa experiência. Um aspecto significativo a ser colocado em destaque nesse relato são os diferentes processos de individuação experimentados. Assim, enquanto ela acolhe os mínimos detalhes dessa experiência atribuindo-lhe alguns sentidos que vão ora se afirmando, ora se desmanchando, é seu próprio modo de comparecer na situação que se transforma. E, será possível notar como ela registra e lida com tais mudanças.

Na primeira parte da entrevista, Ester relata detalhadamente o momento do seqüestro e o tempo em que esteve em cativeiro. Destaca-se na sua fala que, diante

daquela abordagem inesperada dos seqüestradores, sua primeira atitude foi de obediência a tudo o que eles lhe mandavam fazer. Ela conta: *“E aí imediatamente eles me dominaram, sem nenhuma arma... Mas falando bravo, pegando e empurrando.”* Ester mostra-se surpresa ao lembrar da primeira reação diante daquilo que foi vivido como um *“susto”* quando questiona: *“como que eu fiquei tão quieta, como é que eu não gritei, como é que eu não tinha meios pra me defender?”* Pode-se supor que aquele cotidiano rotineiro e aquele espaço conhecido com os quais ela estava acostumada sofreu uma desorganização de tal forma que a única possibilidade encontrada no momento foi responder de maneira obediente aos imperativos que lhe eram ditados agressivamente. Recebendo ordens e acatando-as, Ester começa a se conectar à experiência de seqüestro. Assim, deixar-se dominar *“fazendo como se fosse um cordeirinho”* foi a primeira resposta que se configurou como possível ante uma situação brutalmente invasiva. É interessante perceber que o seu estranhamento se dá principalmente pelo fato de que, mesmo na ausência de armas, a obediência foi uma resposta quase que *“natural”* àquela abordagem conduzida *“só no grito, como tirar sorvete de criança.”* Como vimos nos capítulos descritivos, acatar ordens é a expectativa primeira do controle exercido por meio de imperativos, ainda mais quando se trata de uma situação de violência.

Mas em seguida, quando já estava a caminho do cativo, Ester começa a construir outras formas de lidar com a situação as quais se somaram à atitude de obediência utilizada naquele primeiro momento. No seu relato, ela vai esclarecendo como o alerta passou a fazer parte de sua conduta. Assim, apesar de estar permanentemente vigiada, Ester começa a construir para si uma espécie de máquina de vigilância e de monitoramento voltada para os seqüestradores sem saber muito bem qual a sua funcionalidade naquele momento: *“Aí eu me lembro que eu tentava ficar muito alerta, tentando entender onde eu estava. Tinha, na caixa, uma frestinha que deixava passar luz, e eu tentava o tempo todo espiar por essa mini-fresta pra ver se eu era capaz de reconhecer os caminhos, mas não conseguia nada.”*

Chegando ao cativo e percebendo que os seqüestradores acreditavam que ela estava passando mal, Ester começa a entrar no que ela denominou como jogo:

“Mas aí eu me fiz de que estava meio desfalecendo, passando mal, que eu precisava de um pouco de tempo pra me recuperar.” Ao assumir a condição de alguém que estava passando mal, que lhe fora atribuída pelo seqüestrador, Ester vai aos poucos se organizando e aguçando a sua percepção da situação. É nesse momento que ela fica mais atenta a outra sutileza daquele encontro. Estando encapuzada, ela relata: *“eu via pelos furinhos da lã, mas eu fazia de conta que não estava vendo, porque eu não queria que eles vissem que eu estava vendo. Era um jogo de gato e rato, no sentido de que eu tinha que controlá-los, mas eu tinha que fazer de conta que eu não estava percebendo nada. Esse era o meu jogo de sobrevivência.”* A atenção aos detalhes de onde estava e principalmente às nuances que atravessavam a relação entre seqüestradores e seqüestrada aos poucos dava mais consistência àquilo que Ester chamou como *“jogo de sobrevivência.”* Na sutileza de ver sem demonstrar que estava vendo, Ester ensaia outros modos de se portar diante daquele contexto de sujeição que se anuncia. Ao tentar exercer algum tipo controle sobre a situação ela relata: *“... isso me dava a sensação de menos perigo.”* Podemos considerar que esse jogo marca o início de um enfrentamento.

Como Ester se inscreve nele? Ela relata então a lembrança de uma história, veiculada pela mídia, *“que tinha acontecido alguns meses antes de uma mulher que havia sido seqüestrada por aquele Andinho, em Campinas. Ela tinha reconhecido o Andinho e por causa disso ela foi morta.”* Tentando evitar esse tipo de desfecho para si, Ester continua obedecendo às ordens, mas, ao mesmo tempo, tenta preservar ao máximo um espaço para ensaios e simulações que ela percebe ser possível no jogo. Pode-se dizer que, apesar da situação de sujeição, é atendo-se à sutileza de cada detalhe que Ester começa a entrever alguns pontos de reversibilidade favoráveis à sua liberação. E um dos meios para fortalecer a máquina de controle que ela estava construindo era precisamente responder à expectativa de subordinação colocada pelo seqüestrador e aparentar ser alguém obediente. Para isso, todo o seu psiquismo foi mobilizado a fim de acolher os mais diferentes afetos que emergiam daquele encontro e lidar com eles, incluindo aí aqueles mais destrutivos que, em alguma medida, precisavam ser afastados da consciência para lhe garantir alguma proteção.

Mas essa maneira obediente de comparecer na relação sofria variações assim que ela se via sozinha no cativeiro. Nesses momentos, Ester mostra-se ainda mais aberta para experimentar o que lhe adveio e se implica com as tarefas de observação e de investigação. Como? “*Depois que eles saíram, a primeira providência foi olhar.*” Em seguida ela continua: “*Aí fiquei lá parada tentando ouvir. O máximo que eu fazia era tentar escutar.*” Percebe-se que olhar e escutar são as ações que ela pratica para explorar os dados, produzir uma máquina de vigilância e, assim, se inscrever nesse jogo imprevisível.

Talvez seja possível considerar que essas ações de vigilância tiveram duas funções distintas naquele momento: primeiro, valendo-se do fato de estar sozinha na maior parte do tempo, ela mantém-se atenta a detalhes e precisamente essa atenção silenciosa e invisível escapa ao controle dos seqüestradores, permitindo-lhe mapear por pouco que fosse o local onde estava, as rotinas e as pessoas que passavam por perto. Mas, uma segunda função se soma a esta: ocupando o tempo com tais atividades, ela faz todo um esforço para não se desorganizar afetivamente e conseguir manter-se conectada a cada instante vivido, por mais que eles reafirmassem sua condição de sujeição. Assim, ao atuar como vigilante, foi possível criar uma espécie de escudo protetor que, em alguma medida, bloqueava a sensação de desamparo e a angústia que sentia na condição de seqüestrada.

Ester abre então um canal de negociação com os seqüestradores tendo como um dos objetivos suprir as necessidades básicas do corpo. Desde o primeiro dia, ela recebia comida sem ter de pedir por ela, mas não tinha acesso a um banheiro. Ao relatar minuciosamente as negociações feitas para obter vasilha e papel higiênico, ela reafirma sua vulnerabilidade corporal àquele encontro, mas também reconhece o quanto precisou ser forte para assumir uma postura passiva e obediente que produziu efeitos na relação.

Conseguindo transitar entre a obediência aos seqüestradores e a atividade de monitoramento que lhes permanecia inacessível, foi possível garantir um espaço mais reservado para continuar sua investigação: “*Eles me deixavam o tempo todo*

sozinha, fechada ali no quartinho, eles não entravam dentro do quarto. Foi ótimo, porque também me dava um espaço pra eu ter minha própria vida, ficar atenta, observando.”

No primeiro e único contato telefônico em que pode falar com o marido, Ester limitou-se a tranquilizá-lo, mas também começou a se utilizar de uma outra habilidade: a de construir hipóteses e articular maneiras de lhe passar informações que poderiam ser posteriormente decifradas. Como os telefonemas não se repetiram com a sua participação, Ester incluiu essa atividade no jogo de sobrevivência, mapeando antecipadamente os possíveis riscos que estavam em vias de se configurar. Mas também continuava demonstrando aos seqüestradores que não representava nenhum tipo de perigo. Numa das conversas em que soube que teria de ser novamente colocada na caixa para trocar de cativo, ela argumenta: “... não tem porque me pôr na caixa, eu sou uma pessoa muito pacífica, não tem problema nenhum, pode acreditar. Eu não sou louca, eu sei que se eu fizer alguma coisa, pode me acontecer algo ruim, eu não quero. Eu sou uma pessoa que tem bom senso.” Diante da importância atribuída por Ester a esse “jogo de sobrevivência” é possível considerar que ele tenha servido como um exercício vital por meio do qual era possível criar artifícios para participar mais ativamente do processo, experimentar certo grau de potência e, assim, não deixar-se reduzir a um corpo prisioneiro e sujeitado.

Conseguindo ficar mais tempo sozinha, Ester dirige sua atenção ao que chama de “rotina” da vida no cativo, identificada principalmente pelas conversas, passagem de pessoas, sons de rádio e de televisão. Com isso, tanto a atenção quanto a construção de hipóteses tornaram-se exercícios cada vez mais refinados e desafiadores ao ponto dela encontrar, no quarto onde estava, um pequeno quadro de luz por meio do qual julgou que poderia criar um canal de comunicação com o lado externo do cativo. Persistindo na atitude investigativa, Ester ensaia maneiras de se comunicar com as pessoas que estão do lado de fora, construindo uma série de hipóteses sobre elas – quem eram, se tinham alguma ligação com os seqüestradores, se poderiam ajudar ou,

ao contrário, complicar ainda mais sua situação – e, principalmente, vislumbrando qual seria o melhor momento para tentar um contato. Ao proceder dessa maneira, ela percorre os dados da experiência, analisa sua possível utilização e escolhe o melhor momento para intervir. Percebe-se que, ao agir assim, seu jogo vai ganhando maior sofisticação e, por meio dele, foi possível ampliar o espaço de participação para investigar e se articular – ações que, num certo sentido, possibilitavam uma fuga daquela condição de submissão majoritária e, por isso mesmo, Ester investia nelas o quanto lhe era possível.

Com base em suas observações e mensurações, Ester percebe que está sozinha e decide agir: *“Aí eu desliguei a chave de luz pra ver o que acontecia... Aí eu ouvi as pessoas lá fora falarem: ‘Acabou a luz...’ Bom então essa chave de luz serve pra desligar a luz das casinhas ao lado de onde estou.”* Sempre convocada a hipotetizar situações adversas e avaliar os riscos, Ester escolhe precisamente o momento em que está sozinha no cativeiro e sabe que há várias pessoas do lado de fora com as quais pode se comunicar: *“Daí quando eu percebi que eles estavam fazendo a mudança e que não tinha ninguém, eu apaguei a chavinha e vieram as pessoas... Eu esperei chegar uma cliente para fazer isso. Porque aí eu pensava: ‘é uma pessoa de fora’.”* Cada novo detalhe percebido nesse jogo redistribui os dados e isso altera sua percepção da situação. Tal mobilidade a convoca para acolher e decifrar os novos dados, atribuindo-lhes sentido. Ao experimentar outras facetas desse jogo, Ester vai aprimorando esse jeito singular de funcionar em meio aos dados que essa situação adversa lhe oferece.

Mas é ao vislumbrar os riscos que mais temia, principalmente o de morrer, que Ester vai se aproximando dos seus medos e tomando contato com a angústia que tanto tentara evitar. Como ela faz isso: *“Então, todos os medos, eu ia falando pra mim mesma formas de convencimento, de que não ia ser tão horrível, porque morrer seria perfeitamente possível.”* Ester constrói um jeito muito próprio de controlar o medo que sente da morte fazendo esse mapeamento minucioso dos riscos. Ela diz: *“... na medida em que eu digo: ‘Paciência, se eu morrer tá bom’, me deu mais*

calma, não me deixou com medo do pior, porque eu mesma já assumi que se acontecesse o pior, estava bom. Como se fosse um jeito de poder me aproximar do mais temido como se eu tivesse controlando.” Nesse momento do relato é possível notar que, apesar dos cuidados em manter-se ocupada para não se desorganizar, uma espécie de angústia ia-se produzindo ao vislumbrar a proximidade da morte. Diante disso, era necessário novamente mobilizar o corpo e o psiquismo para tentar bloquear, pelo menos em parte, as intensidades afetivas que emergiam dessa constatação. E o recurso utilizado nesse momento era fazer frente ao acontecimento, tentando controlá-lo. Mas, podemos dizer também que a intensificação do medo diante da constatação de que a própria vida estava em vias de desaparecer é o que dá consistência à emergência desse “eu” vigilante que, como veremos, irá persistir após o seqüestro.

No quinto dia do seqüestro, Ester consegue comunicar-se com algumas mulheres que, após suas argumentações, entram em contato com a polícia. No intervalo de tempo entre o contato e a chegada da polícia, ela continua a monitorar e alertar as pessoas para os riscos que correm quando dizia: *“olha, vocês chamem alguns homens, pois se os bandidos chegarem eles empurram vocês e vão matar todo mundo.”*

Ao final dessa primeira parte do relato, Ester reconhece a estratégia que executou quando comenta: *“Me fiz assim de bem idiota, tão sem ameaça. Acho até que eles me deixaram sozinha por isso.”* Nesse acontecimento complexo no qual foram vividos afetos com diferentes graus de intensidade e foram produzidos os mais diversos sentidos, Ester se surpreende com algumas das reações que teve depois que saiu do cativeiro e comenta: *“E o pior de tudo é que eu fiquei me sentido meio culpada de ter quebrado esse pacto, esse contrato entre aspas: ‘Como eu me fiz passar por cumpridora das regras e escapo? Mas eu fui muito safada.’ É uma coisa insana, mas era um raciocínio que às vezes aparecia.”* Lembrar disso lhe remete a algo ainda muito contraditório, difícil de ser absorvido e elaborado à medida que foge de uma explicação mais racional. Como em outros momentos, aqui também pode-se entrever o quanto ela está dividida: ao mesmo tempo que age, ela também se distancia, observa suas ações e se surpreende com elas.

Assim, ela continua: *“E ao mesmo tempo, por outro lado, são coisas antagônicas que a gente vive, eu sentia assim: ‘Ai, meu Deus, eu me vinguei, eu consegui sair dignamente pelas minhas próprias pernas.’ Então era como se eu tivesse resgatado uma certa força para toda aquela submissão.”* As “coisas antagônicas” vividas mostram como Ester se transformou no decorrer daquela experiência e o quanto pôde experimentar diferentes maneiras de lidar com aquele acontecimento. Vemos essa mudança, por exemplo, quando uma postura aparentemente passiva, por meio da qual foi firmada uma aliança obediente, pôde ser revertida em uma atitude efetiva de rompimento e quebra do “*pacto*”. A atenção sobre essa variação de si, que se processou no decorrer daquele jogo, funcionou para multiplicar as possibilidades de conexão com aquele encontro.

Mas é precisamente essa mobilidade afetiva que ainda a impacta. Tanto que no final dessa parte da entrevista, ela continua relatando seu estranhamento diante de algumas atitudes que, no seu ponto de vista, *“não tem lógica racional.”* Ela conta: *“eu ficava tranqüila quando tinha os mesmos barulhos de sempre, eles falando, o rádio ligado, isso já era algo familiar.”* À medida que o controle de riscos se configurou como uma atividade importante no jogo, a regularidade dos sons a acalmava, dando a sensação de que a situação poderia estar sob controle. O medo se intensificava *“quando ficava muito diferente, muito silencioso, eu ficava mais assustada.”* Nesse caso, o controle sobre a rotina se perdia e os sons já não eram mais facilmente decifrados. De alguma maneira, Ester percebia uma maior vulnerabilidade em face daquele acontecimento que não podia ser totalmente representado e muito menos controlado. Deparando-se com o limite de sua vigilância, Ester experimentou também sua fragilidade diante do caráter imprevisível da situação – de microacontecimentos que desorganizavam a rotina do cativo. Em decorrência disso, ela se dá conta da impossibilidade de controlar tanto os fluxos (de vozes, de pessoas, de barulhos) que atravessavam aquele encontro quanto suas intensificações afetivas. Assim, ela constata: *“Bom, não adianta eu controlar.”*

Pode-se dizer que observando, prevendo riscos e aparentando ser passiva, Ester acolheu a experiência como um conjunto de signos a serem decifrados criando, com essa abertura, uma espécie de envergadura interna para sobreviver dentro daquela situação. Tal envergadura, presente durante aqueles dias de restrição da liberdade, foi condição para que ela pudesse agir e conquistar sua liberação.

Aqui temos um paradoxo: a situação de maior restrição da liberdade, vivida nos dias de cativo, foi também aquela em que Ester experimentou um maior grau de potência para deixar-se afetar pelos dados e para afetar os seqüestradores com sua atitude obediente que foi então, de certa forma, traduzida como confiabilidade. O seqüestro chega ao fim quando, por suas ações e contando com um acaso favorável, ela contra-efetua o acontecimento¹⁹⁶: Ester rompe o pacto transformando o adverso a seu favor e invertendo aquela correlação de forças que a sujeitava. Com isso, sua participação culminou na conquista da liberdade e na prisão dos seqüestradores.

Mas foi ao se distanciar espacial e temporalmente do acontecimento-seqüestro que Ester passou a lidar de maneira diferente com os desdobramentos dessa experiência. Ela afirma: *“Até parece que todo o susto ficou pra depois.”* Vejamos como esse susto adiado vem-se efetuando em seu cotidiano.

Primeiramente, ela relata que tende a manter-se o tempo todo alerta a pequenos detalhes de situações e de pessoas que estão ao seu redor e, de alguma forma, são mapeadas como tendo *“cara de bandidos”*. Assim, ao viver intensamente aquela situação de violência, Ester experimentou uma mudança na maneira de se relacionar com os outros que, por sua vez, lhe acarretou *“uma perda, um seqüestro da ingenuidade, um seqüestro da confiança. Porque o seqüestro físico é menos ruim do que o seqüestro da confiança, da ingenuidade, do fato de você não estar sentindo que existem perigos.”* Tomando em consideração os mínimos detalhes que intensificam o medo, cada pessoa ou situação mapeada por ela como suspeita, torna-se uma espécie de

¹⁹⁶ A noção de contra-efetuação de um acontecimento é desenvolvida por Deleuze e pode ser encontrada em: DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, p. 151-156.

inimigo ou de risco em potencial sobre o qual é preciso manter-se atenta e, de preferência, à distância.

Tendo sido a ingenuidade e a confiança seqüestradas, esse mapa de riscos se sobrepõe a grande parte dos outros encontros vividos e isso, de alguma maneira, impossibilita um contato mais efetivo com os novos dados que a vida cotidiana continua a oferecer. Aderir à vigilância permanente imprime direção ao seu cotidiano que passa a ser preenchido com a tarefa de detectar e de se distanciar do que é avaliado como “*esquisito*” e isso, de alguma maneira, bloqueia a potência do seu corpo para deixar-se afetar pelos novos encontros. Assim, Ester continua seu argumento: “*Porque eu nunca mais posso andar e me sentir livre, eu estou sempre vigiando. Tô sempre atenta para ver se tem um motoqueiro que está do lado, se tem um carro, tô antecipando.*” A tentativa de mapear perigos e possíveis inimigos prolonga-se como uma tarefa quase infinita e, ao mesmo tempo, muito mais precisa, capilar e onipresente do que a intervenção de uma instituição profissionalizada. De certa maneira, a cada novo contato com o “*esquisito*” há uma reativação da memória da violência vivida e, diante dela, o medo passa a comandar suas ações.

Repetir o monitoramento talvez sirva como uma estratégia para proteger-se, diminuindo a angústia ante a consciência da vulnerabilidade do seu corpo ao acaso dos encontros. Porém, ele deixa entrever uma configuração ainda mais severa à medida que Ester executa essa atividade sem qualquer interrupção. Ainda mais vivendo em uma metrópole onde os encontros e os dados se multiplicam infinitamente quando comparados à situação do cativo. Essa multiplicação de dados desafia qualquer forma de controle.

Diante do mal-estar e do susto gerados pelo risco de ser novamente surpreendida por um desconhecido violento, a repetição do controle funciona como tentativa de produzir uma fuga antecipada. Podemos ter uma idéia de como esse monitoramento se repete quando ela conta: “*Outro dia eu estava descendo aqui uma ladeira... Eu estava com o carro do meu marido que é um carro melhor... Eu tinha espaço para continuar, mas eu fiquei parada um pouquinho porque eu achei que o*

espaço que eu tinha ali para seguir na fila era um pouco apertado. Ai... chegou do meu lado um carro Chevrolet velho com quatro caras grandões... eles pararam do meu lado, a porta abriu e um cara enorme desceu. Imediatamente eu desci para aquele lugar que eu tinha achado que o carro não passava. Aí o cara fez de conta que estava olhando o pneu. Agora, na minha cabeça, não sei se era pra olhar o pneu mesmo ou se ele ia fazer um seqüestro relâmpago. Então eu estou sempre imaginando que ele poderia descer, abrir a porta pra fazer um seqüestro relâmpago.” Fugir tornou-se para Ester, nesse momento, uma solução provisória e vital. Talvez ela se sinta mais ativa criando para si tais hipóteses e se esforçando ao máximo para escapar antes que elas possam se efetuar: *“Ao mesmo tempo eu me senti desperta, que bom, não fui uma pata choca.”* Porém, mantendo-se conectada a essa repetição do controle, ela reativa continuamente a memória da violência e permanece prisioneira numa espécie de cativo a céu aberto.

Apesar de experimentar certo alívio graças à estratégia de fuga adotada quando comenta: *“... ufa, fugi, consegui escapar da situação de potencial perigo ou de perigo imaginário, né, fui ativa, fugi”*, nota-se que existe algo nesse monitoramento que a incomoda. Ester está ciente de que não pode antever se a situação irá ou não, de fato, desdobrar-se em um ato de violência. Ela continua: *“Não sei se iria acontecer ou não, mas na minha cabeça seria o momento, a oportunidade e a forma de isso acontecer.”* A energia gasta para manter-se conectada corporalmente a esta máquina gera aflição, ansiedade e produz um corpo cada vez mais esgotado. Tanto que Ester deixa claro não saber o que faria se tivesse certeza sobre a concretização de um crime quando diz: *“Então, de alguma forma, a violência deixa marcas. Uma vez que você foi sujeito de um ato de violência, você primeiro já sabe reconhecer, já sabe antecipar, mas também não sabe o que fazer.”* As marcas assinaladas engendraram aprendizagens distintas: tanto a capacidade para decifrar sinais quanto a constatação de que é impossível controlá-los de forma absoluta.

Quando questionada sobre a relação que estabelece com os equipamentos e serviços de segurança, Ester esclarece a maneira como constrói, a seu modo, uma condição de vigilante: *“Eu não mudei equipamentos mas eu fiquei mais assustada*

mesmo, alerta, como se isso fosse resolver alguma coisa. Porque na realidade eu sei que isso só me cansa.” Novamente aqui, Ester mostra dúvidas sobre a eficiência dessa repetição. Entretanto, todo esse gasto de energia ainda não é suficiente para provocar um rompimento com essa máquina à qual está conectada.

E como ocorre essa conexão? É aí que ela começa a relatar sua preocupação com o que chama de “*sinais*”. Durante todo o seqüestro, Ester procurou ficar atenta aos mínimos detalhes do que acontecia à sua volta. Suas observações respondiam a uma espécie de desafio que lhe era colocado a cada instante: encontrar maneiras de sair viva do confinamento. Para isso, Ester levou a sério a variedade dos sinais, pois, segundo a sua leitura, eles ajudavam a construir algum tipo de entendimento sobre o vivido. Assim, sua participação nessas investigações foi definitiva.

Mas, ao sair do cativeiro, o monitoramento passou a ser realizado em caráter permanente: “*Então você fica mais conectado em determinados, em pequenos sinais, que antes para você passa como nada. Então, como o cara abre a porta do carro, imediatamente eu penso que ele está vindo me atacar.*” Percebe-se que os dados atuais são outros, mas a estratégia de vigilância utilizada para detectar riscos, que tão bem funcionara nos dias de confinamento, acaba se sobrepondo a eles. Com isso, os novos sinais já não a convocam mais à decifração. Ao contrário, eles estão previamente decifrados sob a ótica da violência vivida. Dessa maneira, a exposição ao acaso dos encontros e o reconhecimento da vulnerabilidade do corpo intensifica ainda mais o medo e a necessidade de agir antecipadamente. Lidar com os novos dados, como ela já registrou de maneira parcial, implica em acionar novamente a sua potência para experimentar a vulnerabilidade do corpo. E isso provoca ainda mais medo.

Talvez essa necessidade recorrente de controle guarde certa vizinhança com o medo da morte mencionado em diversos momentos da entrevista. Nesse caso, não se trata apenas da morte concreta e definitiva do corpo mas também de mortes parciais que envolvem a ameaça de desorganização, de desconstrução e de desagregação de um modo de viver conhecido e investido desejantemente, que até

então esteve em curso. Mas implica também em saber que, uma vez em contato com o acaso de um acontecimento, outros modos de se relacionar com o mundo podem emergir. Temos aí um indício de que a maior dificuldade hoje seja acolher o fato de que esse processo de desorganização, de dúvida e de variação é próprio da existência e que ele persistirá enquanto houver vida.

Já no final da entrevista, quando questionada sobre a intervenção da mídia na questão da violência, Ester comenta que existe “*um certo distanciamento*” entre aquilo que é relatado nos programas televisivos e o que é realmente vivido por alguém que foi surpreendido por uma situação de violência. Assim, “*... a gente sempre tem uma forma de minimizar o fenômeno de violência, mais ou menos como uma pessoa que assiste ou que você é tomado de uma forma coletiva. Ao passo que quando você vive, você tem a certeza de que isso existe, é diferente. Não é uma coisa que é visual, que é mental, que você vê pela televisão em geral a violência. Você vê, tem distância.*”

A distância constatada por Ester nos ajuda a entender como os dispositivos de controle, amplamente disseminados no cotidiano, são capazes de produzir os mais diferentes efeitos sobre a vida da população, pois também eles colocam em circulação diversos componentes que concorrem para se afirmar na produção de subjetividades. Porém, os efeitos dessas informações sobre a vida de cada um são sempre indeterminados, visto que nunca será possível controlar a maneira como alguém será afetado e como agirá diante de um encontro intensivo com o inusitado. De qualquer maneira, vale assinalar que no cativado Ester se recorda de uma notícia que viu em jornais e essa lembrança é tomada em consideração no momento em que se vê convocada a construir uma estratégia para sobreviver.

Esse acontecimento produziu efeitos singulares no modo como Ester se relaciona com o mundo. Dentre eles, ela conta: “*Mas pelo menos eu já sei onde olhar. Isso eu não sabia. Então acho que na hora que acontece com você, você começa a criar repertórios, que fazem parte da tua vida, repertório de conduta, repertório de acontecimentos, repertórios de papéis, que antes você não tinha. Acho que essa é a*

diferença, que não vem pelo fato de você ver, de você saber, você não tem as pautas do papel, a maneira como aquilo acontece.” Diante desse fragmento da entrevista, pode-se dizer que o contato intensivo com um acontecimento inusitado possibilita processos de subjetivação que ampliam as maneiras como o sujeito se conecta ao mundo. E não se trata, nesse caso, de uma mera adaptação. Isso porque os paradoxos e as contradições emergentes convocam o sujeito para questionar sobre aquilo que lhe ocorre e tais interrogações, como não admitem respostas rápidas e definitivas, insistirão por um bom tempo. Por isso mesmo, um exercício desse tipo também dá movimento a processos de individuação ao acrescentar novas maneiras de “olhar”, ou, em outras palavras, novas perspectivas a partir das quais é possível compreender aquilo para o que “*você não tem as pautas do papel.*”

Percebe-se que foi somente entrando em contato com essa experiência desorganizadora que Ester criou uma maneira própria de lidar com ela. E isso pode ser notado quando ela diz: “... *é isso que você aprende quando você está metido na experiência. Você aprende como é que é mesmo. Como é o detalhe do detalhe do vivencial daquele fato, não só o nome, acontece nessa seqüência, é com tridimensionalidade parece, de dentro e de fora. É como se fosse uma coisa que gire dentro e gire fora e quando você vê na televisão você só vê de fora. Acho que tem uma grande diferença.*” Existem diferentes maneiras de experimentar a ação das forças que circulam do “lado de fora” e não é possível verificar imediatamente como essa experimentação produzirá efeitos do “lado de dentro” pois isso dependerá da situação e do grau de potência de cada corpo para acolher e experimentar aquilo com que se defronta. De qualquer maneira, é nessa passagem intensiva entre “dentro” e “fora” que se opera a construção de novos modos de existência.

Sendo assim, é difícil, por exemplo, encontrar atualmente uma pessoa que não saiba o que é um seqüestro. Agora, os afetos que nascem desse encontro violento, as soluções construídas para lidar com cada um de seus detalhes e a “*tridimensionalidade*” dessa experiência não necessariamente podem ser traduzidos em palavras ou em informações. Ester viveu de perto a vulnerabilidade do seu corpo ao acaso dos encontros. Desde então, ela vem experimentando uma alternância entre sua

potência e seus limites, tentando absorver, elaborar e digerir essa experiência intensa vivida como um “*susto*”.

Tanto que ela ainda relata: “*Eu poderia ser uma assaltante hoje em dia, que eu já sei onde eu posso pegar uma pessoa fácil, fácil; qual é o momento propício... Então você começa a saber como que é, o modus operandi mesmo. Dentro e fora. Acho que tem essa coisa de você estar metido na experiência, mergulhado na experiência, sentindo, experimentando e vivendo na sua microdosagem, na sua microcalibragem. É pegar mesmo, é a sensação de estar pegando.*” Vemos aqui que a produção do sujeito não pára de se processar. Entrar em contato com essa experiência sinaliza a Ester outras dimensões daquilo que ela pode vir a ser, incluindo, nesse caso, os conhecimentos e as habilidades necessários para se tornar uma assaltante. Talvez ela nunca tenha parado para considerar essa possibilidade e até a rejeite categoricamente. Entretanto, o contato com as “*microdosagens*” e “*microcalibragens*” dos dados presentes nessas experiências de violência vividas lhe deram acesso a essa aprendizagem fina e sofisticada.

Ester destaca então uma outra nuance desse processo que é sempre muito próprio: ele envolve uma história de sensibilidade construída no decorrer de sua trajetória de vida. Resgatando essa história afetiva ela constata: “*Eu não tenho como enfrentar um bandido na violência, eu tenho como enfrentar o bandido no papo, tenho como enfrentar o bandido na capacidade de codificar coisas, tentar achar saídas. É vivendo e pensando à minha moda, não é pensando à moda do bandido, que acho que isso eu nunca vou conseguir fazer. É pensando à minha moda dentro da situação.*” O reconhecimento dessa história extensiva, composta também por múltiplas experiências intensivas, permite a Ester cartografar seus graus de potência. Mas tal conhecimento também não oferece respostas prontas para serem imediatamente aplicadas aos novos encontros. Assim, mesmo afirmando a importância da própria história ela constata que cada possibilidade de ação só pode ser dimensionada “*dentro da situação*”.

Nesse sentido, é possível compreender porque cada solução provisória por ela construída (vigilância, fuga, controle) não suprime o campo problemático no

qual ela foi lançada. Há uma pergunta que “persiste através de todas as respostas”¹⁹⁷ por ela elaboradas. Essa questão diz respeito à variação da potência do seu corpo. E, diante dela, só é possível ensaiar respostas parciais que mudam de contorno a cada novo contato com os dados.

Ainda mais quando sabemos da impossibilidade de fazer uma consulta prévia para verificar se um sujeito dá conta ou não de viver aquilo que lhe ocorre. Um acontecimento não se presta a esse tipo de parecer. Ele é sempre abrupto e imprevisível. Sobre isso, Ester diz: *“não sei se eu tivesse que passar por outra situação de violência, se tudo isso não me deixaria ainda mais assustada e fragilizada, com mais medo, mais desespero. Eu tenho idéia de que essa experiência não me serviu pra eu saber lidar com a violência não. Eu sei lidar menos com a violência. Eu tô mais vitimizada, mais capaz de imaginar a violência de uma forma antecipada, que antes eu era mais ingênua, não era capaz de ficar imaginando como era possível gente se esconder pra assaltar, pra roubar, pra pegar alguém quando tá abrindo uma garagem. Talvez eu fosse mais desencucada.”* Nota-se então como um acontecimento experimentado intensivamente produz ressonâncias que insistem e que se prolongam para além daquele tempo em que foi vivido.

Nessas últimas considerações de Ester vemos o quanto os processos de subjetivação são complexos e fazem o sujeito se diferenciar de si assumindo opiniões e posições distintas. Assim, ao mesmo tempo que escutamos seus argumentos sobre a impossibilidade de exercer um controle absoluto sobre o vivido e sobre a necessidade de estar *“mergulhado na experiência”* para, a partir dela, criar possibilidades de ação; em outros tantos momentos, ela insiste em relatar a repetição escrava daquele monitoramento que tanto lhe *“cansa”* e *“assusta”*. Essas distintas posições atravessam o cotidiano de Ester dando movimento a um processo complexo de elaboração que, de maneira alguma, pode ser reduzido a uma explicação meramente racional ou lógica. Precisamente essas diferenciações a desafiam para insistir na problematização sobre o acontecimento vivido e sobre seus desdobramentos.

¹⁹⁷ DELEUZE, op. cit., p. 59.

Ester termina a entrevista dizendo: “*Então você vai inventando enredos imaginários de perigo. É uma pena que você fica tão cansada. Dá vontade de exorcizar.*” Temos novamente aí um indício da variação do grau de potência de seu corpo quando o contato com os dados de uma sociedade insegura se cruza com as marcas intensivas da violência vivida. Assim, o seu desafio hoje é saber que vive numa sociedade atravessada pelo medo, pela violência e pelas formas de controle e, de dentro desse contexto, criar maneiras de lidar com isso agarrando-se às potências e mapeando os limites que a atravessam mas que, como em parte ela já consegue constatar, não são conhecidos de uma vez por todas.

Talvez o desejo de exorcizar, gerado pelo cansaço desse corpo que, em larga medida, ainda se mantém preso numa repetição escrava do controle sobre os encontros demande, de fato, um “exorcismo afetivo”.¹⁹⁸ E esse envolve uma desconstrução paciente e insistente daquele mapa de riscos dominante (construído no tempo do cativo) que recoloca em cena todos os medos. Dessa maneira, é preciso que esse mapa seja esvaziado daquele sentido que o sustenta e que traduz tudo aquilo que é “*estranho*” como necessariamente violento e perigoso. Somente esse esvaziamento poderá abrir espaço para o esquecimento e para a experimentação dos novos dados.

Se assim for, uma análise sobre as possibilidades de sujeição ou de resistência às mais diferentes formas de controle passa necessariamente por um campo no qual cada sujeito percorre uma multiplicidade de posições que variam seu grau de potência para experimentar os encontros. Percorrer esse campo é percorrer a própria produção de subjetividade. Trata-se de um “caminho que jamais acaba”¹⁹⁹, um caminho que torna a análise dos dispositivos, bem como das linhas de subjetivação, uma tarefa tão complexa.

¹⁹⁸ ROLNIK, Suely. *Uma terapêutica para tempos desprovidos de poesia*. Disponível em: <www.pucsp.br/nucleodesubjetividade>

¹⁹⁹ DELEUZE, Gilles. O Método de dramatização. In: DELEUZE, Gilles. *A Ilha deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 134.

CONCLUSÃO

É recorrente, na obra de Deleuze, uma espécie de elogio ao “meio”. Em um desses momentos ele comenta: “Nunca é o início ou o fim que são interessantes; o início e o fim são pontos. O interessante é o meio”.²⁰⁰ Este trabalho é marcado pelo estudo de uma passagem que estamos vivendo e que, por isso, nos coloca em contato com algumas de suas dimensões, que já podem ser cartografadas, mas também com outras que se efetuam tão rápida ou sutilmente que nem sequer há condições para nos apropriarmos delas. Por isso mesmo, o término desta pesquisa não coincide com o fim das problematizações que a atravessam. Diante dessa constatação, podemos novamente recorrer a Deleuze e considerar que, mesmo no momento de uma conclusão: “Está-se no meio de uma linha, e é a situação mais desconfortável”.²⁰¹ Então, cabe-nos utilizar este momento para delinear as novas questões que este estudo fez emergir e para quais direções elas se estendem.

Durante o percurso investigativo e descritivo deste trabalho, constatamos que a produção dos dispositivos de controle introduz diferentes mudanças na relação do sujeito com o mundo que o cerca. Isso exige todo um esforço de elaboração e análise

²⁰⁰ DELEUZE, Gilles & PARNET, Clair. *Diálogos*. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998, p. 52.

²⁰¹ Id. *Ibid.*

dos novos componentes de subjetivação que circulam no meio social. Diante dessa necessidade, uma interrogação tomava forma: Quais as novas problematizações que uma sociedade assim organizada coloca para o sujeito e, mais especificamente, para a prática da Psicologia Clínica que se ocupa em compreendê-lo? Para responder parcialmente a esta questão partimos de uma concepção de clínica que, no dizer de Naffah, pode ser

[...] entendida num sentido amplo, que transcende as práticas de consultório. Designa, antes de tudo, uma certa maneira de avaliar a realidade (social, cultural, psíquica), a partir de certos sintomas manifestos e buscar, a partir deles, a conjuntura subjacente que produziu e mantém essa realidade.²⁰²

Quando certos componentes de subjetivação e sintomas passam a ser compartilhados por um grande número de sujeitos temos aí uma rede histórica e social complexa que dá movimento e consistência a essa produção cotidianamente. Perante ela, cada sujeito é mobilizado a responder e a lidar com as transformações que se efetuam em escalas macro e microsociais. A Psicologia, como uma área de atuação profissional voltada para a compreensão da subjetividade, também se enfrenta com os impasses colocados por essa nova organização social e, quando atenta a ela, tem condições de oferecer outras perspectivas de análise para uma problemática que se apresenta de maneira tão complexa.

Assim, com o objetivo de dar visibilidade a essas transformações elaboramos, no decorrer do Capítulo I, uma análise sobre a passagem histórica que estamos vivendo: aquela que vai da sociedade disciplinar à de controle. Em diversos momentos desta investigação foi possível constatar que, na contemporaneidade, coexistem componentes heterogêneos que concorrem para a produção do sujeito, sendo uma parcela deles derivada da configuração disciplinar enquanto que outros, mais recentemente produzidos, caracterizam-se pelo controle. Ao realizarmos esse percurso, foi possível verificar a dimensão política presente na prática da Psicologia Clínica. Se, como vimos, os regimes de poder penetram e se inscrevem na subjetividade por meio dos diferentes dispositivos, acompanhar e diagnosticar essas transformações históricas

contribui para uma maior contextualização e análise dos modos de vida atuais o que, por sua vez, também coopera para formular a crítica que lhe é necessária.

Daí a importância de mapear, ainda que parcialmente, as novas linhas que estão emergindo e, ao se cruzarem, tecem essa trama subjetiva contemporânea. Atentos a isso é que optamos por percorrer e analisar os três feixes de linhas: “*Vigilância Disseminada*”, “*Controle-estimulação*” e “*Controle de Riscos*”. Em cada um deles, pudemos cartografar novos componentes que serviram como indicação de algumas das mudanças sociais e relacionais que vêm sendo experimentadas na atualidade.

Assim, na “*Vigilância disseminada*” pudemos encontrar diferentes indícios de que o monitoramento sobre a própria existência e sobre a existência do outro cresce aceleradamente. A disseminação da vigilância se efetua pela disponibilização de diferentes equipamentos que facilitam o controle. Mas também por intermédio de componentes subjetivos como o medo, a insegurança e a persecutoriedade. Claro que esses componentes não são novos. O que aparece como diferencial, neste tempo histórico, é que cada um deles participa de um circuito que se retroalimenta: uma atitude vigilante amplamente *incentivada* aumenta a sensação de insegurança e, assim, legitima a necessidade de adotar mais cuidados preventivos. Diante disso, a adesão às formas de vigilância torna-se, por vezes, desejada e consentida. Tanto que a população vem sendo convidada, por instituições e movimento sociais de diferentes tipos, a se inscrever voluntariamente nesse circuito participando nas ações de vigilância e delação muitas vezes em nome da cidadania. Como resultado dessa inscrição, foi possível perceber também que a avaliação sobre pessoas e situações tidas como “suspeitas” ou “estranhas” se intensificou e, em certas circunstâncias, ela acaba sendo realizada sob uma ótica moral que coloca o sujeito no dilema de enunciar e sustentar seus julgamentos sobre o outro.

Já quando percorrermos o capítulo sobre o “*Controle-estimulação*”, distintos componentes puderam ser mapeados. Ali, notamos que o desejo tornou-se uma das principais matérias-primas utilizada pelas campanhas publicitárias para

²⁰² NAFFAH NETO, Alfredo (org). *Falando de amor: uma escuta musical dos vínculos afetivos*. São Paulo:

produzir mundos idealizados que, segundo seu ponto de vista, poderiam ser acessados pelo acúmulo de mercadorias e pelo acesso a serviços. Em face da disseminação dos mais diversos imperativos de consumo, o sujeito é amplamente estimulado a responder a tais campanhas inscrevendo-se no dispositivo como um consumidor encantado com produtos e serviços que veiculam promessas para aperfeiçoar a beleza do corpo, promover o acúmulo de bens, garantir a segurança, bem como facilitar a formação e a colocação profissionais. Com isso, a competitividade e a preocupação com a performance (em diferentes níveis) intensificam-se e tornam-se componentes subjetivos que circulam nos mais variados contextos. Indissociável dessa estimulação, pudemos mapear também a presença da frustração, que aparece quando o sujeito se depara com a impossibilidade de acessar os “mundos” que foram prometidos pelas campanhas publicitárias.

Por fim, nas descrições sobre o “*Controle de riscos*”, é perceptível uma preocupação crescente da população com a continuidade, a qualidade e a variação da existência. Para isso, a expectativa de evitar riscos, recorrendo a procedimentos preventivos, destacou-se como um componente subjetivo que é atualizado nas mais diversas frentes: saúde, manutenção de bens, segurança pessoal. No decorrer desse capítulo foi possível notar um interesse cada vez mais dirigido para a seleção e a mensuração de riscos como forma de obter algum tipo de controle sobre o futuro (daí a recorrente atitude preventiva) ou, por outro lado, conseguir informações sobre fatos que aconteceram no passado e que agora, com o auxílio da tecnologia, podem ser esclarecidos e revistos. Aqui o medo, manifesto diante da finitude da vida e dos projetos, reaparece como um componente significativo. Nesse mesmo feixe de linhas, também mapeamos situações nas quais o corpo comparece como uma matéria viva e mutante por meio da qual é possível construir novos conhecimentos e experimentações.

Juntamente com o mapeamento desses componentes verificamos que o funcionamento dos dispositivos acontece de maneira muito variável, envolvendo pequenos detalhes e estratégias sutis que, uma vez compreendidos, podem ser tomados em consideração numa prática clínica que busca estar sintonizada com as

transformações subjetivas de seu tempo. Nesse funcionamento, ganha particular destaque a maneira singular como cada sujeito nele se inscreve.

Inicialmente, notamos que os dispositivos de controle não envolvem um procedimento simples pelo qual se impõem condutas para alguém que estaria totalmente submetido a eles. Ao contrário, os dispositivos são resultado de uma produção coletiva da qual cada sujeito pode participar de diferentes maneiras e graus como um co-produtor.

Assim, o mapeamento dessas situações de controle serviu como um primeiro passo para desnaturalizá-lo. Isso porque, como vimos, existe um conjunto heterogêneo de enunciados, práticas, leis, programas institucionais e áreas arquitetonicamente planejadas que estão distribuídos pelos mais variados contextos e que colocam os dispositivos em funcionamento. Ao buscar atender às expectativas de segurança e controle tão presentes no discurso coletivo, os dispositivos quase que se autolegitimam, produzindo efeitos na subjetividade. Em razão disso, o sujeito imerso em suas atividades cotidianas, por vezes não nota como se dá sua participação nesse empreendimento nem que implicações daí decorrem. Pode-se dizer, então, que a abertura para acolher os dispositivos de controle como uma série de procedimentos inquestionáveis e indispensáveis para a sobrevivência já é um dos componentes de subjetivação que sustenta essa aparente naturalidade. Em diversas ocasiões, isso inviabiliza uma postura mais crítica em relação aos modos de subjetivação produzidos nesse momento histórico.

Outro risco, também decorrente desse processo de naturalização dos dispositivos, consiste em adotar uma posição niilista do tipo: “não tem saída alguma, o controle é mesmo absoluto.” Nesse caso, não se tem uma simples avaliação, mas, indissociável dela, está presente uma posição dogmática e totalizante diante da qual as possibilidades de luta, de resistência e de ruptura tendem a ser minimizadas. Dizer que o controle é absoluto ajuda a construir a imagem de um único controlador, detentor de

poderes superiores, por meio dos quais ele seria capaz de manipular e decidir sobre a existência de alguns ou de muitos.²⁰³

Entretanto, o que uma análise mais cuidadosa sobre as práticas atuais de controle coloca em evidência é que a eficácia desses dispositivos decorre precisamente do seu caráter múltiplo, móvel e descentralizado. Apesar disso, seus limites são evidentes pois, a possibilidade de um sujeito acolher um dispositivo em seu cotidiano e lhe atribuir certa funcionalidade é sempre circunstancial: existe aí um amplo movimento pelo qual cada sujeito pode estar ora conectado, ora em fuga, ora indiferente aos dispositivos, e cada uma dessas possibilidades só pode ser avaliada dentro de cada situação.

Uma tal perspectiva implica em saber que a realidade é complexa ao ponto de não poder ser simplesmente manipulada por um agente centralizado. Como bem considerou Deleuze, no interior de cada regime de poder há jogos complexos de forças em que “se enfrentam as liberações e as sujeições”.²⁰⁴ A atualização desse enfrentamento a cada nova experiência impossibilita a instauração de um controle arrebatador e absoluto sobre tudo e sobre todos. Situar a Psicologia nesse campo problemático é decisivo, pois, estando atenta à presença sempre renovada desses embates, ela tem condições de multiplicar as perspectivas a partir das quais os casos clínicos e os acontecimentos podem ser analisados. Trata-se de acompanhar os “imprevisíveis jogos entre o liberar e o controlar”²⁰⁵ e, diante deles, a idéia de um controle absoluto fica mais e mais distante.

Parte dessas variações puderam ser notadas no relato feito por Ester que, atenta aos dados daquela experiência limítrofe de seqüestro, conectou-se ao que chamou “jogo de sobrevivência” e, ainda que em situação de sujeição, multiplicou suas possibilidades de questionamento e de participação, observando cada movimento dos seqüestradores e daqueles que estavam na vizinhança do cativo. As regras daquele

²⁰³ E, nesse caso, retornaríamos àquela forma de controle centralizado que foi relatada no início deste trabalho por meio dos romances *Admirável mundo novo* e *1984*.

²⁰⁴ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 220.

jogo foram definidas num regime de sujeição. Mas, também naquela circunstância, elas não eram absolutas e sofriam variações a cada instante. Para lidar com aquela situação, Ester contou quase que exclusivamente com um corpo afetável, capaz de observar detalhes e elaborar questões investigativas do tipo: Quem e quantos são eles? Como agem? Existem outras pessoas envolvidas? Que tipo de barulhos e rotinas há no cativeiro? Com quem é possível contar e em quais circunstâncias? Somente deixando-se afetar por aquele encontro e acolhendo os dados que nele se faziam presentes, foi possível construir uma série de sentidos para o vivido, vislumbrar e ensaiar saídas, revertendo assim uma situação de controle que tendia para o absoluto. Pode-se notar, na primeira parte dessa entrevista, um revezamento complexo entre liberações e sujeições que se modificava a cada instante e, com isso, redistribuía o poder entre os envolvidos.

Assim, dizer que uma sociedade caracterizada pelo controle está tomando forma é considerar que se torna cada vez mais possível selecionar, analisar e controlar um maior número de fluxos que atravessam e organizam a existência – e esse controle pode ser facilitado por diferentes agentes e com diferentes objetivos (sejam eles legais ou ilegais). Com isso, é possível encontrar equipamentos que facilitam o controle sobre os mais variados fluxos como os de pedestres, veículos, dinheiro, mercadorias, drogas, vírus, ruídos, animais, palavras, enfim, uma lista que, como vimos, se expande a cada dia, contando com o apoio maciço da tecnologia.

Trata-se de uma atenção minuciosa e dirigida a determinados aspectos da existência que funcionam, em alguma medida, dentro de regularidades e especificações amplamente examinadas. E aqui o foco não recai, necessariamente, sobre o indivíduo, mesmo porque os fluxos monitorados podem ser bem menores que ele. Aliás, o corpo do indivíduo é atravessado por milhares de microfluxos e ele nem sequer tem consciência da maioria deles. Assim, os agentes e aparatos de controle ocupam-se daquela parcela de fluxos que já está atualizada e pode, em certa medida, ser representada. Imerso num contexto que facilita esses monitoramentos, o sujeito tende a

²⁰⁵ ORLANDI, Luiz B. L. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? In: ORLANDI, Luiz B. L. (et all) *Imagens de Foucault e Deleuze – ressonâncias nietzscheanas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 235.

acompanhar mais atentamente sua passagem e seus bloqueios reativando, quase por conta própria, um controle que anteriormente era efetuado por agentes especializados (como, por exemplo, a polícia).

Nas descrições ficou evidente que a seleção e a análise dos fluxos está se expandindo numa velocidade acelerada. Com isso, o controle está penetrando em dimensões da existência outrora preservadas, uma vez que eram consideradas como parte da vida privada ou da intimidade do sujeito. Ao romper a barreira entre vida pública e vida privada, os dispositivos de controle tornam-se mais presentes e mais disseminados no cotidiano e, por extensão, passam a ser mais freqüentemente tematizados no encontro clínico e nos grupos sociais.

Entretanto, podemos considerar, a partir dos autores que até agora compareceram na elaboração deste estudo²⁰⁶, que a vida humana não se deixa apreender completamente em regularidades ou especificações. Além disso, é impossível controlar aquelas dimensões intensivas que atravessam os encontros e para as quais não existem possibilidades de representação imediata e, portanto, de controle. Trata-se, nesses casos, de agitações e de variações que afloram somente quando o sujeito entra em contato com os dados de cada experiência e é afetado pela sua passagem. Precisamente essa experimentação escapa a um poder representativo. Desde já podemos dizer que tal movimento existe apenas nos encontros intensivos. Há, assim, uma irreducibilidade da vida (e de seus fluxos) às formas de controle sejam elas quais forem. E tal irreducibilidade está na sua renovada potência de ruptura, criação e transformação que extrapola os comandos e as estruturas necessários ao “bom funcionamento” de um dispositivo.

Assim, quando se analisa a emergência de novos componentes de subjetivação percebe-se que eles não provêm, em primeira instância, dos dispositivos de controle vigentes, mas da potência psíquica e política de todos e de cada um que participa das invenções e das transformações sociais – inclusive daquelas que produzem novos dispositivos. Temos aí um indicador da complexidade do humano: a

²⁰⁶ Em especial Michel Foucault e Gilles Deleuze.

mesma vida que é minuciosamente investigada, monitorada, e serve como ponto de partida para construção dos dispositivos é também aquela que tem a potência para atrapalhar seu funcionamento e decretar a sua obsolescência.

Pode-se considerar, então, que os limites do controle existem porque, como vimos, cada um dos encontros vividos pelo sujeito, por mais previsíveis, reguláveis e programáveis que possam ser ou parecer, são habitados por microacontecimentos intensivos (muitas vezes indizíveis e invisíveis) que emergem ao acaso e alteram a correlação de forças aí presente. Sem dúvida, existem certas regularidades nos modos de vida e nos fluxos que são monitorados pelos dispositivos de controle. Mas, junto com tais regularidades, coexistem também mil jogos de forças que redistribuem, aleatoriamente, os componentes que participam de cada situação. Portanto, quando a presença e a ação das forças entram nessa análise nota-se o quanto a produção de subjetividades é complexa.

Partindo-se dessa perspectiva, que concebe a existência como uma construção mutante, é indispensável ao trabalho clínico atentar para os detalhes e para os mínimos jogos de poder que se configuram em um campo social, buscando compreender as maneiras como os dispositivos são engendrados. E, principalmente, acompanhar e cartografar como o sujeito se move singularmente entre os dispositivos podendo acolhê-los, recusá-los, transformá-los ou nem sequer percebê-los. Cabe destacar que suas ações e posicionamentos, ou seja, a maneira como cada um recorta, a seu modo, os dispositivos e os coloca em funcionamento, em diferentes graus, também produz efeitos no plano das relações de poder.

Mas essa perspectiva coloca outras implicações para a prática clínica. Se, como vimos no decorrer do Capítulo V, os sentidos não estão nem prontos nem colados nos dados da experiência, a apreciação de um caso clínico envolverá um movimento vivo de criação e de desconstrução de sentidos. E isso independe da vertente teórica adotada pelo analista, visto que demanda, antes de tudo, a disponibilidade para acolher, escutar e analisar a emergência das novas forças e das novas cartografias que se anunciam cotidianamente, alterando a paisagem subjetiva e a textura social de um

tempo histórico. Por isso mesmo, num encontro analítico, há uma constelação de sentidos a serem percorridos e criados.

A essa altura podemos indagar: o que faz com que um sujeito se conecte ou não a certo dispositivo e se envolva com sua problematização? Como já vem sendo assinalado, as respostas a essa questão serão sempre múltiplas e situacionais. Mas vale ressaltar que, dentre elas, um componente subjetivo se destaca: a cada vez que o sujeito aciona um dispositivo temos aí o indício de um investimento desejante. Tal investimento é feito por miríades de pequenas conexões intensivas que ligam, cortam, agrupam e dissolvem composições, mantendo o processo de produção de si e do mundo num movimento inesperado e em aberto. Pode-se dizer, assim, que é por intermédio do desejo que o sujeito se inscreve nos dispositivos e lhes dá consistência, colocando-os ou tirando-os de circulação. Cabe à Psicologia investigar a natureza desses investimentos: os conflitos, os questionamentos, as satisfações e frustrações experimentados pelo sujeito quando ele entra em contato com cada máquina de controle que atravessa o seu cotidiano e produz efeitos em seu psiquismo.

Mas, cabe lembrar que a dimensão desejante, presente e atuante no processo de constituição tanto do sujeito quanto dos regimes de poder, também passou a ser amplamente analisada e incluída nos cálculos do controle. Nesse sentido, Foucault assinala:

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer.²⁰⁷

Por meio desses “efeitos positivos a nível do desejo”, certos dispositivos são aceitos, interiorizados e amplamente legitimados pelos indivíduos que passam a considerá-los indispensáveis para a sua sobrevivência. Assim, o controle se efetua ali, onde menos se espera, e o faz pela produção e pela intensificação do desejo.

²⁰⁷ FOUCAULT, Michel. “Poder – Corpo”. In: *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996, p. 148.

É em razão desses efeitos positivos que, em diversas ocasiões, os dispositivos de controle aparecem para o sujeito e para a comunidade como resposta eficaz a uma necessidade concreta. Uma escola, por exemplo, que enfrenta problemas de violência contra seus alunos, pais e funcionários tende a desejar a implantação de dispositivos de vigilância austeros, ainda que eles tragam também diferentes restrições e constrangimentos. Numa tal correlação de forças, em que componentes como a violência, o medo e a insegurança entram em jogo, a adesão ao dispositivo tende a ser vencedora.

A tarefa clínica consiste em percorrer esses indícios de desejo, verificando que tipo de experimentação se faz aí presente e quais são as novas conexões que estão em vias de ser experimentadas pela adesão aos dispositivos. Uma investigação assim abre-se para um leque de problematizações bastante diversificado e, por intermédio delas, compreende-se que o desejo amplia a análise daquilo que liga o sujeito aos dispositivos, uma vez que aponta também para a funcionalidade singular que é construída por ele em cada nova situação.

Em ressonância com essa complexidade, Deleuze assinala: “É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle”.²⁰⁸ Em nosso entendimento há nessa consideração um desafio instigante a ser acolhido pela Psicologia: afinal, falar em processos de subjetivação implica em considerar que existem diferentes maneiras pelas quais um sujeito pode se conectar às produções sociais que estão em circulação, incluindo-se aí os dispositivos contemporâneos de controle. Cada ação de acolhimento ou de resistência envolve posições políticas distintas que, por sua vez, irão produzir modos de vida também distintos. Assim, acolher tal desafio vai muito além da decisão individual, pois implica uma problematização de ordem política e, como vimos, desejante.

No decorrer deste trabalho, deparamo-nos com situações nas quais o sujeito pode ora se inscrever em parte dos dispositivos no intuito de organizar sua existência, ora romper com eles, exercitando sua potência para escapar e criando assim

outras maneiras de se relacionar com o mundo que o cerca. Vale então questionar: A propósito de cada problema enfrentado no dia-a-dia, o sujeito experimenta liberações ou sujeições? Quando há possibilidade de liberação, temos sujeitos relativamente livres e relativamente senhores de si naquela situação. Já, quando essa possibilidade está restrita, temos as mais diversas formas de sujeição. A complexidade presente na análise de um caso está em saber que o resultado desses enfrentamentos não está dado de uma vez por todas. Daí a necessidade de, numa escuta clínica, evitar uma posição por demais rígida que avalia o controle apenas por seus efeitos imediatos.

Sabendo que os problemas e as questões enfrentados pelo sujeito se modificam a cada novo encontro pode-se dizer que nesse processo de elaboração dos afetos é o próprio sujeito quem se modifica. É nesse sentido que o conceito de envergadura interna pode ser aqui retomado como mais uma ferramenta conceitual que auxilia na compreensão dessas mudanças. Como vimos, tal envergadura não é dada de uma vez por todas. Ela é produzida em circunstâncias muito específicas, possibilitando ao sujeito uma maior abertura para transitar entre os dados, os afetos e, principalmente, transitar pela variação de potência que seu corpo é capaz de experimentar quando em contato com os acontecimentos. Podemos dizer então que o sujeito, aqui analisado, se constitui à medida que entra em contato com os dados de cada experiência e, de maneira desejante, é capaz de agir sobre eles, podendo reverter os seus efeitos.

A envergadura para lidar com essa variação nos aponta novamente para o processo de individuações sucessivas pelo qual o sujeito se diferencia de si mesmo a cada novo encontro intensivo. É nesse contexto mutante que a resistência pode ser compreendida. Por meio dela é possível ensaiar maneiras de ultrapassar aqueles dispositivos que limitam e empobrecem a vida. Deleuze observa que as possibilidades de resistência são criadas por ocasião de cada encontro, como “se uma linha de fuga, mesmo que começando por um minúsculo riacho, sempre corresse entre os segmentos, escapando de sua centralização, furtando-se à sua totalização”.²⁰⁹ Assim, as linhas de resistência se ensaiam no contato do sujeito com a passagem dos dados e dos fluxos

²⁰⁸ DELEUZE, op. cit., 1992, p. 218.

²⁰⁹ DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol.3. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 94.

que atravessam seu cotidiano e com os quais ele produz novas e inusitadas combinações. Essa criação pode acontecer de maneira sutil, delicada e não imediatamente perceptível.

Por isso mesmo, não há um lugar privilegiado onde se possa encontrar a resistência. Não há o momento da grande recusa ou ainda uma resistência pura. Resistência e controle, por vezes, andam juntos e, num certo sentido, estamos nos dois lados ao mesmo tempo. Nessa direção, Foucault ressalta: “Não podemos nos colocar *fora* da situação, em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder. Mas nós podemos sempre transformar a situação”.²¹⁰ O importante, nessa fala de Foucault, é que ao demarcar a presença irreduzível das relações de poder em cada nova situação, a luta por uma vida mais potente fica preservada. Somente trazendo a discussão sobre os dispositivos e as formas de resistência para essa perspectiva irreduzível da luta, podemos vislumbrar uma prática clínica politicamente posicionada e capaz de fazer alianças com aquilo que aumenta a potência de ação do sujeito para construir novas maneiras de expressar os afetos e agir no mundo.

Mas, ainda é preciso avançar. A cada vez que o jogo entre sujeição e liberação é produzido, tem-se uma outra questão política a ser analisada: O que posso fazer com cada dispositivo que me atravessa, a cada momento?²¹¹ Ester talvez nos dê um indício de como responder a tal questão quando, uma vez submetida quase que totalmente à dominação dos seqüestradores, aciona a potência de afeto do seu corpo para produzir outras conexões cujo resultado era imprevisível. Mas, uma vez libertada do cativeiro, verificou-se que essa potência sofreu transformações. Marcada pelo medo da violência, ela passou a adotar atitudes de controle e de prevenção mais rígidas que, de certa forma, restringem seu contato com o mundo. Pode-se dizer que em ambas as situações é o corpo afetável que comparece conectando-se diferentemente aos encontros. Assim, cada ato realizado pode ser compreendido como aquilo que um corpo é capaz de fazer sob certas circunstâncias e numa certa conjunção de forças.

²¹⁰ FOUCAULT, Michel. Sexo, poder e a política de identidade. In: FOUCAULT, Michel. *Sexo, poder e indivíduo: entrevistas selecionadas*. Santa Catarina: Edições Nefelibata, 2003, p. 35

²¹¹ ORLANDI, op. cit.

Nesse sentido, a potência de um corpo se modifica a cada novo encontro e só é possível conhecê-la transformando o corpo e sua potência de afeto em um objeto de indagação.

E, para isso, talvez a resistência nos indique como o exercício clínico pode ser transformado em uma prática de criação. A começar pela temporalidade que ali se experimenta e que, de certa maneira, recusa alguns imperativos contemporâneos voltados para a mensuração e o controle de resultados. Mas também pela ousadia de sustentar questões que não admitem respostas definitivas ou generalizações rápidas. Afinal: Quais são as conexões que aproximam ou separam o sujeito de sua potência? Como os encontros podem levar a uma vida mais potente ou mais escrava? Como aumentar a potência de afetação do sujeito para que ele possa transitar entre elementos heterogêneos e, a partir deles, construir outras cartografias? Trata-se de uma apreciação crítica daquilo sobre o que pouco se conhece e nunca se conhecerá completamente: a potência do corpo para acolher, interceptar e/ou emitir fluxos que façam a vida variar. E, diante desse desconhecido, também é preciso criar condições para que novas questões sejam formuladas.

Claro que essa investigação não envolve uma tarefa simples. Por vezes, como vimos no Capítulo V e na entrevista de Ester, os encontros podem ser por demais violentos a ponto de bloquear o contato do sujeito com a passagem dos fluxos e dos afetos. De maneira defensiva, ele pode ficar restrito àquelas conexões que são reconhecidas como mais familiares e cujos perigos poderiam ser, sob sua ótica, contornados. Mas, nesse caso, o risco maior é permanecer prisioneiro na memória das feridas que foram produzidas no corpo ao longo da trajetória de sua vida e adotar uma postura majoritariamente reativa e defensiva diante dos encontros.

Naffah considera que quando “*o corpo não possui enzimas capazes de digeri-lo, o acontecimento é, via de regra, traumático*”.²¹² Lidar com esses sintomas e traumas emergentes requer um grau de prudência e de paciência para entrar em contato com cada um daqueles afetos que não puderam ser elaborados. Por vezes, o medo reativado pela memória de tais feridas aumenta a necessidade defensiva de mais

²¹² NAFFAH NETO, Alfredo. *Outr’em mim: ensaios, crônicas e entrevistas*. São Paulo: Plexus, 1998, p. 29.

controle. O que a clínica irá buscar, então, é criar condições investigativas para percorrer e analisar as conexões experimentadas pelo sujeito no seu contato com as forças do mundo. E, a partir dessas investigações, buscar novas maneiras por meio das quais lhe seja possível expressar os afetos intensivos que tanto perturbaram ou desorganizam um modo de ser mais conhecido. Somente esse acolhimento abrirá espaço para que outras experiências possam ser vividas.

Pode parecer impossível tanto detectar quanto multiplicar a potência de resistência num mundo organizado a partir do controle. Mas, ao mesmo tempo, é inegável que os acontecimentos não cessam de emergir e de disparar discussões sobre os impactos que esse regime de poder está produzindo ao penetrar no cotidiano mais íntimo da vida da população. Tais discussões acontecem no contexto clínico, em pequenos grupos ou, em escalas maiores, na esfera da opinião pública. E também nesses momentos, fica evidenciada a multiplicação da diferença nas avaliações, na implicação política e no investimento desejante sobre os dispositivos de controle. Estamos, portanto, num terreno complexo e, diante dele, Foucault destaca ainda a necessidade de “contribuir para que algumas coisas mudem nos modos de perceber”²¹³ os acontecimentos.

Assim, se os sentidos não estão colados aos dados nem às experiências, há, em cada novo encontro, a possibilidade renovada de escapar das significações dominantes expressas em palavras de ordem e imperativos que são tão recorrentes em nosso cotidiano de controle. Claro que todas elas impactam o psiquismo de diferentes maneiras e em diferentes graus. Entretanto, é precisamente ali onde elas perdem o sentido ou onde elas tomam configurações, por demais intoleráveis, que novas lutas e novas possibilidades de resistência se ensaiam.

Deleuze considera: “Se um criador não é agarrado pelo pescoço por um conjunto de impossibilidades, não é um criador. Um criador é alguém que cria suas

²¹³ FOUCAULT, Michel. Mesa redonda em 20 de maio de 1978. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV: Estratégia; poder-saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Riberio. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 347.

próprias impossibilidades, e ao mesmo tempo cria um possível”.²¹⁴ A resistência, enquanto um processo de criação, traça seus caminhos entre impossibilidades. Uma prática clínica aliada dos movimentos de resistência busca sustentar o caráter de abertura e de tensão que atravessa cada relato, cada acontecimento, cada caso e diante dos quais não existem caminhos consolidados ou soluções definitivas. Acolher a resistência como um projeto político consiste em acreditar no mundo como um lugar complexo onde coexistem diferenças irreduzíveis. Mas, “significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle”.²¹⁵ Talvez isso possa acontecer por um acanhado deslocamento nas maneiras de sentir e de perceber os encontros.

A Psicologia, quando exercida como uma prática política comprometida com o diagnóstico de seu tempo histórico, também se situa nesse campo problemático e seu trabalho analítico será tanto mais decisivo quanto mais colocar-se à escuta dos novos componentes de subjetivação que são engendrados no cruzamento das novas linhas que estão emergindo. Sua contribuição consiste em criar espaços para esses componentes subjetivos, por vezes agravados em sintomas e traumas, possam ser enunciados, acolhidos e elaborados. Para isso, Deleuze nos convoca então a um novo desafio: “Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”²¹⁶ por meio das quais sejam produzidas ações efetivas de ruptura e de criação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Paulo Roberto de. *O Tédio nosso de cada dia: uma abordagem parcial dos processos de subjetivação da contemporaneidade*. Tese de Doutorado. PUC/SP, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. *O Vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo:

²¹⁴ DELEUZE, op. cit., 1992, p. 167.

²¹⁵ Id. Ibid., p. 218.

²¹⁶ Id. Ibid., p. 220.

Brasiliense, 1988.

_____. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *O mistério de Ariana*. Tradução de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega Passagens, 1996.

_____. *Crítica e Clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997

_____. *Lógica do Sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

_____. *Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. *A Ilha deserta e outros textos*. Edição preparada por David Lepoujade; organização da edição brasileira e revisão técnica Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Vol. 1: Capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Consta. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. *Mil Platôs – Vol. 3: Capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora. 34, 1998.

_____. *Mil Platôs – Vol. 4: Capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles & PARNET, Clair. *Diálogos*. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

ELIAS, Norbert. *A Solidão dos moribundos*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Tradução de Denize Lazan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. *História da Sexualidade I: A Vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza de Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

- _____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- _____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976)*. Tradução de Maria Ermínia Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A Verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999a.
- _____. *Sexo, poder e indivíduo: entrevistas selecionadas*. Santa Catarina: Edições Nefelibata, 2003.
- _____. *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *Ditos e escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GLASSNER, Barry. *Cultura do medo*. Tradução de Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Tradução de Lino Vallandro e Vidal Serrano. São Paulo: Globo, 2001.
- LASCH, Chistopher. *O Mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- LAZZARATO, Maurizio. *Le gouvernement par l'individualisation*. Multitudes 4, mars, 2001.
- _____. *Créer des mondes: capitalisme contemporain et guerres "esthétiques"*. Multitudes 15 – Hiver, 2004.
- LEVI, Pierre. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.
- NAFFAH NETO, Alfredo. *Outr'em mim: ensaios, crônicas, entrevistas*. São Paulo:

Plexus, 1998.

_____. *Falando de amor: uma escuta musical dos vínculos afetivos*. São Paulo: Ed. Agora, 2007.

_____. Violência e ressentimento: Psicanálise diante do niilismo contemporâneo. In: CARDOSO, Irene & SILVEIRA, Paulo (orgs.). *Utopia e mal-estar na cultura: perspectivas psicanalíticas*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

NEGRI, Antonio & HARTDT, Michel. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Record, 2001.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Tradução de Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ORLANDI, Luiz B. L. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos? In: ORLANDI, Luiz B. L. (et all) *Imagens de Foucault e Deleuze – ressonâncias nietzscheanas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

ORWELL, George. 1984. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1975.

PASSETI, Edson. “Ecopolítica: o que pode um corpo?”. In: LINS, Daniel & GADELHA, Sylvio. *Nietzsche e Deleuze: Que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RABINOW, Paul & DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de Identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel (org.) *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Papirus, 1997.

_____. “Fale com ele” ou como tratar o corpo vibrátil em coma. Disponível em: <www.pucsp.br/nucleodesubjetividade> Consulta em 15/10/2006.

_____. *Uma terapêutica para tempos desprovidos de poesia*. Disponível em: <www.pucsp.br/nucleodesubjetividade> Consulta em 12/03/2007.

SANT’ANNA, Denise Bertuzzi. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo. Estação Liberdade, 2001.

- SANTOS, Laymert Garcia. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SIMONDON, Gilbert. A Gênese do indivíduo. In: PELBART, Peter Pál & COSTA, Rogério. *O Reencantamento do Concreto*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- SPINOZA, Benedictus de. *Espinosa* – Coleção Os Pensadores. Tradução de Marilena Chauí [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- VIRÍLIO, Paul. *A Arte do motor*. Tradução de Paulo Roberto Pires. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- _____. *A Bomba informática*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- _____. *Estratégia da decepção*. Tradução de Luciano Vieira Machado São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- WACQUANT, Loïc. *As Prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

DOCUMENTOS DE DOMÍNIO PÚBLICO

Capítulo II: Vigilância Disseminada

- BENTES, Ivana. “1984” em 2003. *Folha de São Paulo*, São Paulo: 1º. jun. 2003. Caderno Mais.
- BRASIL, Kátia. Índio vira ‘informante’ da Polícia Federal na Amazônia. *Folha de S. Paulo*, Manaus, 17 nov. 2003.

CENEVIVA, Walter. Braceletes para esvaziar prisões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo: 13 set. 2003. Cotidiano.

GERCHMANN, Léo. Taxistas viram informantes da polícia no RS. *Folha de S. Paulo*, Porto Alegre, 27 abr. 2004. Cotidiano.

Grã-Bretanha usará satélite para combater crime. *BBC Brasil*, Brasília, 13 jul. 2004.

MOTOMURA, Marina. Celular é febre no Brasil e no exterior. *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 06 jul. 2003. Caderno Especial.

OLIVEIRA, Ana Paula de. Sorria, você está sendo vigiado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2003. Folha Equilíbrio.

Ônibus deverão fixar telefone em vidros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 dez. 2003. Cotidiano.

SILVA, Fábio Porto. Colégios viram abrigos contra violência. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2002.

VARGA, László. Operadoras de celulares lançam serviço de localização por satélite. *Folha de S. Paulo*: São Paulo, 26 jul. 2002. Folha Dinheiro.

Capítulo III: Controle-estimulação

BURGIERMAN, DENIS Russo. A Ciência do Sexo. *Super Interessante*. São Paulo, Editora Abril, edição 189, jun. 2003.

COLLUCCI, Cláudia. Início da vida sexual decepciona jovens. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 out. 2004. Cotidiano.

CORRÊA, Pedro. Aumento de violência alimenta negócios. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 jun. 2004. Cad. Especial.

Guia Quatro Rodas: Brasil. São Paulo: Editora Abril: 2004.

KORMANN, Alessandra. Meninas turbinadas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jul. 2004. Folha Teen.

O Homem em nova pele. *Veja*. São Paulo, Editora Abril, edição 1822, n. 39, 1º out. 2003.

Tempo de Vaidade. *Isto é*. São Paulo, Editora Três, 22 set. 2004.

COLAVITTI, Fernanda. Beleza Revelada. *Galileu*. São Paulo, Editora Globo, n. 155, jun. 2004.

YURI, Débora & SAMPAIO, Paulo. Acessório erótico ganha espaço e adeptas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 nov. 2004. Cotidiano.

Capítulo IV: Controle de riscos

BIANCARELLI, Aureliano. OMS lança cruzada mundial pelo consumo de fruta, verdura e legume. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2003. Cotidiano.

Britânicos dizem ter criado vacina contra cocaína. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2004.

COLLUCCI, Cláudia; LEITE, Fabiane; GOIS, Antônio. Médicos revelam que eutanásia é prática habitual em UTIs do país. *Folha de S. Paulo*, São Paulo 20 fev. 2005. Cotidiano.

CONY, Carlos Heitor. Seguro de infidelidade conjugal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 out. 2003. Ilustrada.

Dieta e genética. *Revista Época*. São Paulo: Editora Globo. Edição 351, fev, 2005.

MORAES, Jomar. Viciados em remédios. *Super Interessante*. São Paulo, Editora Abril, Edição 185, fev. 2003.

Pioneirismo contestado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 2001. Folha Mundo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALLIEZ, Éric (org.). *Gilles Deleuze: Uma vida filosófica*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 2000.

ARAÚJO, Hermetes Reis de (org.). *Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

- BURROUGHS, William. *A Revolução eletrônica*. Tradução de Maria Leonor Teles e José Augusto Mourão. Lisboa: Vega Passagens. 1994.
- CARVALHO, Paulo Sérgio de. *Interação entre humanos e computadores: uma introdução*. São Paulo: Educ, 2000.
- COSTA, Rogério da. *A Cultura digital*. São Paulo: Publifolha: 2003.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Lisboa: Mibis in mobile, 1991.
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda. 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)*. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- GEORGE, Susan. *O Relatório Lugano*. Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY David. *A Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- MACHADO, Arlindo. *Máquinas de vigiar*. In: Revista USP, 23. São Paulo, nov. 1990.
- NAFFAH NETO, Alfredo. *A Psicoterapia em busca de Dioniso: Nietzsche visita Freud*. São Paulo: Escuta / Educ, 1994.
- NEGRI, Antonio. *Exílio*. Tradução de Renata Cordeiro. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- PARENTE, André (org.). *Imagem Máquina: A Era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- PASSETI, Edson. *Anarquismos e Sociedade de Controle*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PELBART, Peter Pál. *A Vertigem por um fio: Políticas de subjetividade contemporânea*. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2000.
- RIFKIN, Jeremy. *A Era do acesso: A Transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi (org.). *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação

Liberdade, 1995.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

SIBILIA, Paula. *O Homem pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real*. Tradução de Paulo César Cartanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SITES CONSULTADOS

www.saude.gov.br

www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/040602_1.htm

www8.pr.gov.br/portals/portal/patrolhaescolar/index.php

www.prevent.com.br

www.legalcare.com.br

www.pucsp.br/nucleodesubjetividade

www.folha.uol.com.br

www.bbc.co.uk/portuguese

www.disquedenuncia.gov.br